

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO

A AÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DA IGREJA CATÓLICA N'O
JORNAL DE MARINGÁ

ADRIANA SALVATERRA PASQUINI

MARINGÁ
2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO

**A AÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DA IGREJA CATÓLICA N'O *JORNAL DE*
*MARINGÁ***

Dissertação apresentada por ADRIANA SALVATERRA PASQUINI, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:
Prof. Dr.: CÉZAR DE ALENCAR ARNAUT DE TOLEDO

MARINGÁ
2009

ADRIANA SALVATERRA PASQUINI

A AÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DA IGREJA CATÓLICA N'O *JORNAL DE MARINGÁ*

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo
(Orientador) PPE - UEM**

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho – UFMG/FaE

Profa. Dra. Marcília Rosa Periotto – PPE - UEM

Maringá, 03 de abril de 2009

Dedico este trabalho ao meu amado esposo
Eraldo, companheiro de todas as horas. A João
Paulo e Laura, meus filhos, minha alegria.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo, pela socialização do conhecimento, mas, sobretudo pelo respeito e amor constante ao próximo;

Aos membros da banca examinadora, Prof.^a Dra. Marcília Rosa Periotto, Professor Dr. Luciano Mendes de Faria Filho e Professora Dra. Celina Midori Murasse, por tão valorosa contribuição;

A amiga-irmã Cristina Cerezuela Jacobsen, pelo apoio constante;

Ao corpo docente e funcionários do Programa de Pós-graduação em Educação da UEM, pela gentileza e dedicação;

Às amigas Vanessa, Madalena, Helaine e Carmen, companheiras na caminhada;

A Ademar Schiavone, Antenor Sanches, Verdelírio Barbosa e Sidney Fabril por terem disponibilizado tão preciosas fontes;

À Crysthiane Lopes, por ter possibilitado minha permanência nos estudos;

Aos meus pais, Amadeu e Maria Helena (Marlene), que na magnitude de sua simplicidade, me ensinaram a buscar o caminho da fé e da retidão;

Às minhas queridas irmãs, Rosângela e Rozana, pela preocupação e carinho e às minhas sobrinhas e sobrinhos, de modo especial à pequena Eloísa, que chegou em boa hora e trouxe alegria para nossa família;

Ao meu sogro Antonio, e minha sogra Alda, pela preocupação e carinho;

PASQUINI, Adriana Salvaterra. **A AÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DA IGREJA CATÓLICA N'O JORNAL DE MARINGÁ.** 147f. Dissertação (mestrado em Educação) Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2009.

RESUMO

O presente trabalho é um estudo sobre a imprensa em Maringá, representada pelo *O Jornal de Maringá*, fundado em 05 de abril de 1953. O propósito da pesquisa é analisar uma seleção de artigos publicados pela Igreja Católica, escritos ou assinados, na sua maioria, por D. Jaime Luiz Coelho, primeiro bispo da diocese. Esse jornal marcou sua existência por registrar os primeiros passos dados pela recém criada cidade no caminho do desenvolvimento, que abalizou os debates realizados pelos setores dominantes, no sentido de conformarem uma prática social propensa aos interesses que representavam. O retrato da jovem cidade, marcada por contínuo progresso, hoje considerada uma das principais economias do estado do Paraná encontra-se presente nas páginas desse jornal como uma rica fonte historiográfica. O conteúdo divulgado, especialmente no espaço destinado à Igreja Católica, permeado por questões pastorais, políticas, doutrinárias, econômicas e educacionais, expõe em detalhes o processo de construção de um pensamento em que as idéias das camadas superiores puderam vigorar sem obstáculos, e formalizar um modo de pensar que até os dias atuais influenciam a vida dos habitantes da cidade. Na década de 1960, em específico, na coluna *Por Um Mundo Melhor*, a Igreja se fazia representar diariamente, e apresentava aos leitores um quadro marcado pela produção e reprodução de um ideário conservador, tendo em vista o apoio inicial ao regime militar e a defesa da escola privada em razão da tramitação e aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº4.024/61. Junto ao desenvolvimento material da cidade observa-se também a propagação desse ideário, que se fortificou na medida em que as forças políticas e sociais aliavam-se à Igreja Católica, ou com ela se confundiam, ouvindo-a nos assuntos que demandavam decisões políticas mais relevantes.

Palavras-chave: Educação. História da Educação. Imprensa. Igreja Católica. Maringá.

PASQUINI, Adriana Salvaterra. **THE POLITICAL AND EDUCATIONAL STANCE OF THE CATHOLIC CHURCH IN THE JORNAL DE MARINGÁ**. 147f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2009.

ABSTRACT

The press in Maringá PR Brazil, represented by the newspaper, *O Jornal de Maringá*, established on the 5th April 1953, is analyzed. Current investigation analyzes a series of articles published by the Catholic Church, most of which were written or signed by the first bishop of the diocese, D. Jaime Luiz Coelho. The newspaper has been conspicuous owing to its reporting the initial developmental steps of the recently founded city and discussing the issues brought forward by the dominant sectors of society which fitted a social practice tending within the interests that it represented. The newspaper gives a bird's eye view of the young city, destined towards continuous progress and at present one of the most prosperous in the state of Paraná, and turns up to be an important historiographic source. The published contents, especially those related to the Catholic Church, reporting on pastoral, political, doctrinarian, economic and educational issues, reveal in detail the process of building a stance in which the ideas of the dominant sectors flourished without hindrance. In fact, it is still a way of thought that up to the present affects the lives of the citizens of Maringá. During the 1960s, the Church was daily represented through a report titled *Por Um Mundo Melhor*, in which she forwarded to her readers a conservative framework and ideal within the context of her support to the military regime and her defense of the private school triggered by discussions and approval of the first Law on Educational Guidelines and Bases 4024/1961. Coupled to the city's material development, the propagation of the above conservative stance may be observed. Such ideal was strengthened as the political and social groups aligned themselves to the Catholic Church or mixed themselves with her and took her lead in issues that demanded the most relevant political decisions.

Key words: Education. History of Education. Press. Catholic Church. Maringá.

LISTAS DE SIGLAS

AI	Ato Institucional
ABE	Associação Brasileira de Educação
AIB	Ação Integralista Brasileira
ALN	Ação Libertadora Nacional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CELAM	Conselho Episcopal Latino Americano
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPC	Centro Popular de Cultura
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CP	Instrução <i>Communio et Progressio</i>
CTNP	Companhia de Terras do Norte do Paraná
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVII	Concílio Vaticano II
DENTEL	Departamento Nacional de Telecomunicações
DOI	Destacamento de Operações e Informações
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
FAP	Frente Agrária Paranaense
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IM	Decreto <i>Inter Mirifica</i>
INEP	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
LEC	Liga Eleitoral Católica

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da educação
MEB	Movimento da Educação Básica
MCP	Movimento de Cultura Popular
MCS	Meios de Comunicação Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MP	Encíclica <i>Miranda Prorsus</i>
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
OCIC	Organização Católica Internacional de Cinema
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC	Partido Comunista
PDC	Partido Democrata Cristão
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR	Partido Republicano
PRP	Partido Republicano Paulista
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TFP	Tradição, Família e Propriedade
TRT	Tribunal Regional dos Trabalhadores
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O JORNAL DE MARINGÁ E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE.....	19
2.1	O Jornal de Maringá: Um Pouco de sua História.....	19
2.2	A Imprensa: Objeto de Investigação para a História da Educação.....	34
2.3	O Jornal de Maringá e o Desenvolvimento da Cidade.....	42
3	O JORNAL DE MARINGÁ E A IGREJA CATÓLICA NA CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO MARINGAENSE.....	53
3.1	O Magistério da Igreja Católica e a Imprensa	53
	A Luta Contra o Comunismo e o Apoio Inicial da Igreja Católica ao Regime Militar nas Páginas d'O Jornal de Maringá.....	62
4	O JORNAL DE MARINGÁ: A IGREJA CATÓLICA E O DEBATE SOBRE A ESCOLA PÚBLICA E A ESCOLA PRIVADA NA TRAMITAÇÃO DA LDBNº4.024/61.....	91
4.1	Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024/61: Antecedentes Históricos.....	91
4.2	O Debate Político e Ideológico Acerca da LDB 4.024/61 nas Páginas d'O Jornal de Maringá.....	99
5	CONCLUSÃO.....	120
6	REFERÊNCIAS.....	125
	ANEXOS.....	131
	ANEXO A – SEDE D'O JORNAL E DA RÁDIO CULTURA.....	131

ANEXO B –	PROPAGANDAS	132
ANEXO C –	ANÚNCIOS.....	133
ANEXO D –	RECEPÇÃO AO PRIMEIRO BISPO DIOCESANO – <i>O MEZ DO BISPO</i>	134
ANEXO E –	ATA DE PUBLICAÇÃO DA EREÇÃO DA DIOCESE DE MARINGÁ (TEXTO ORIGINAL EM LATIM).....	135
ANEXO F –	COLUNA <i>POR UM MUNDO MELHOR</i> . PRESENÇA DOS CATÓLICOS NA POLÍTICA.....	136
ANEXO G –	COLUNA <i>CRÔNICA DA SEMANA</i> – MÁRIO CLAPIER URBINATI.....	137
ANEXO H –	COLUNA <i>ANTENA FORENSE</i> – TÚLIO VARGAS.....	138
ANEXO I –	COLUNA <i>NOTÍCIAS DA MUNICIPALIDADE</i> – ANTENOR SANCHES.....	139
ANEXO J –	COLUNA <i>ARTIGO DO DIA</i> – IVENS LAGOANO PACHECO.....	140
ANEXO K –	COLUNA “ <i>POR UM MUNDO MELHOR</i> ” ATUAÇÃO DE D. JAIME JUNTO À REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ.....	141
ANEXO L –	CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS QUE AMPLIARAM AS DISCUSSÕES SOBRE COMUNICAÇÃO NA IGREJA CATÓLICA.....	142
ANEXO M –	COLUNA <i>POR UM MUNDO MELHOR</i> - CRISTIANISMO E COMUNISMO.....	144
ANEXO N –	COLUNA <i>POR UM MUNDO MELHOR</i> – COMÍCIO PELAS DIRETAS-JÁ.....	145
ANEXO O –	COLUNA <i>POR UM MUNDO MELHOR</i> – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO.....	146
ANEXO P –	COLUNA <i>POR UM MUNDO MELHOR</i> – DEFESA DA ESCOLA PARTICULAR.....	147

1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta discussão a respeito do papel da Igreja Católica na cultura e na educação maringaense pela imprensa local está relacionado aos estudos iniciados no curso de Especialização em Pesquisa Educacional, promovido pela Universidade Estadual de Maringá, no período de abril de 2004 a maio de 2006, que resultou na monografia intitulada *Fontes para a Educação em Maringá: A influência da Igreja Católica na Educação nas décadas de 1960 e 1970*, defendida em março de 2006.

O tema dessa pesquisa chamou a atenção, pois, uma vez em contato com o periódico *O Jornal de Maringá*, utilizado como fonte primária de pesquisa, observou-se um grande número de artigos assinados pelo então bispo diocesano, D. Jaime Luiz Coelho, relacionados aos mais diversos problemas sociais e políticos do contexto histórico da época. Ao constatar que o conteúdo divulgado pela Igreja Católica n' *O Jornal de Maringá* contribuiu para a formação da sociedade maringaense, estabeleceu-se a problemática que envolve esta investigação: Como a Igreja Católica atuou na formação político-educativa da sociedade maringaense via imprensa? Deste modo, a presente pesquisa tem como objetivo geral: analisar a ação político-educativa da Igreja Católica apregoada no periódico *O Jornal de Maringá*.

Uma vez constatada a magnitude do jornal como fonte para a historiografia da cidade maringaense, optou-se inicialmente, pela classificação dos artigos que tiveram como eixo central a educação. Os artigos foram digitalizados e agrupados nas seguintes temáticas: educação; eleição; desenvolvimento urbano; Lei de Diretrizes e Bases da educação; Combate ao comunismo; ação pastoral da Igreja Católica.

Para a realização deste estudo a seleção dos artigos obedeceu a dois critérios: primeiramente aqueles artigos cujo conteúdo oferecesse aporte para analisar a atuação do jornal no processo de desenvolvimento da cidade e também aqueles que, vinculados à Igreja Católica, estivessem direta ou indiretamente relacionados com a educação. A escolha dos artigos se deu de modo independente da data de publicação.

Nos últimos anos, a imprensa brasileira tem se constituído em fonte de inestimável valor para a Historiografia Educacional, seja porque em suas páginas as questões aparecem sistematizadas ao olhar do grande público, seja pelo alcance que o debate nela realizado leva ao conjunto da sociedade. Tais debates, muitas vezes, respondem às idéias ali defendidas pelos setores mais organizados da comunidade, ou, das elites.

A trajetória da imprensa no Brasil indica que sua participação foi efetiva na formação política e cultural dos brasileiros e que serve no mais das vezes como meio educativo. As informações que divulga permitem construir uma ligação entre os interesses dos grupos dominantes e a permanente regulação coletiva que exercem. Com isso consegue transmitir aos indivíduos que compõem a sociedade e o conteúdo ideológico que formula.

A imprensa pretende satisfazer não somente às necessidades de uma determinada categoria (público), mas, pretende ainda, criar e desenvolver essas necessidades, ou seja, sujeitar seu público às suas análises e ideologias. Sua ação, portanto, explica-se pelo fato de atuar a serviço dos segmentos hegemônicos da sociedade e por firmar as idéias e os procedimentos desses grupos. O posicionamento da educação, num dado contexto social por meio dos artigos veiculados pela imprensa, permite a discussão das idéias que dirigiram as concepções da sociedade diante de fatos e acontecimentos que alteraram o *modus vivendi* e impuseram condicionantes às suas participações na vida política e social do país.

Ao partir do pressuposto de que não é possível pensar a educação sem que se considere seu percurso histórico, faz-se necessário examinar o desenvolvimento da sociedade, pois a educação é constituída no interior das contradições sociais. Assim, não pode ser considerada uma ciência isolada, já que recebe a influência dos mais variados campos de conhecimento. Desta forma, os pesquisadores buscam elementos que convergem em objetos de estudo específicos para analisar a educação. Neste caso, elege-se aqui a imprensa como fonte de pesquisa, pois esta apresenta características que a fazem reveladora da história e registram a multiplicidade dos fatos acontecidos no espaço onde atua. Além disso, a imprensa se caracteriza pelo fato de que possui um poder educativo e faz uso desse atributo sempre que os interesses da classe que representa, e que domina a sociedade, são

colocados em questionamento e podem ser alterados pelos conflitos existentes em seu interior.

A pesquisa histórica com fontes provenientes da imprensa é um procedimento que possibilita um maior conhecimento do passado cujas articulações conceituais e reverberações são observadas no presente e provavelmente se projetarão ainda no futuro. Apresentam-se como importante recurso para a elucidação do processo educacional e devem, enquanto tal, passar pelo crivo de uma adequada crítica documental.

A utilização da imprensa local como fonte de pesquisa para se escrever a História da Educação em Maringá foi um processo elaborado com a superação de algumas dificuldades que não estão alheias à cultura de alienação da história da sociedade brasileira, tais como obstáculos estruturais de um lado, e obstáculos de não-democratização do conhecimento histórico, do outro. No que se refere aos aspectos estruturais, é possível identificar a ausência de fontes completas no acervo da Biblioteca Municipal de Maringá, bem como a falta de um programa de estruturação das fontes que, em razão dessa deficiência, faz com que o acervo de jornais antigos se encontre arquivado em condições inadequadas, sem relação cronológica, em lugares de alta umidade, corroídos pelo tempo e pela má conservação.

Foi em meados do ano de 1990, que a Biblioteca Municipal de Maringá passou a contar com um profissional de biblioteconomia para estruturar os periódicos ali disponíveis. Assim, não é possível contar ainda com arquivos em microfilmes ou informatizados. Foi nessa situação que se procurou recorrer aos arquivos particulares existentes.

A partir das fontes consultadas no periódico *O Jornal de Maringá*, percebeu-se que a Igreja utilizou estratégias diversificadas de propagação e acomodação de um pensamento conservador na cidade de Maringá e região, uma vez que o periódico em estudo foi o único a circular por quase uma década.

O período em análise foi delimitado ao considerar dois fatos importantes: a fundação de *O Jornal de Maringá* em 1953 e o declínio do Regime Militar no Brasil em 1984, período marcado por apoios, conflitos e rompimentos entre a Igreja e o governo. Foi nesse recorte histórico, mais em específico no início de década 1960, que foi imposto aos brasileiros um regime de governo baseado na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), com o argumento de combater o "fantasma do

comunismo", cujo ponto de partida foi a Revolução Cubana, inspiradora de grupos de esquerda da América Latina.

Ao assumirem o poder, após a deposição do presidente João Goulart (1919-1976), em abril de 1964, os militares deram continuidade a uma longa tradição intervencionista. O governo eleito pelo regime democrático foi substituído por um regime de força imposto pelos militares. Era a defesa regional dos interesses norte-americanos para manter a hegemonia no continente. Esse episódio da história nacional, recente ainda, foi marcado por ações que não se limitaram à imposição do regime de exceção, mas, para legitimá-lo, tiveram que, em obrigatório, construir um ideário calcado na defesa da nação frente ao avanço do comunismo. Além do mais, esse foi um período marcado por transformações em todos os setores da sociedade brasileira.

Nesse período, e de acordo com a política de endurecimento do regime, a Igreja Católica, por meio de seus setores mais conservadores, resistiu às tentativas da esquerda política para organizar o movimento social pró-defesa dos interesses nacionais. Em Maringá, o movimento de oposição ao pensamento que propugnava um governo mais concatenado com aquelas aspirações foi conduzido de forma clara e inequívoca via imprensa pela Igreja Católica, no sentido de reprovar e alertar sobre o perigo da "revolução vermelha".

A imprensa registrou e divulgou o pensamento resistente às mudanças propalado pela Igreja Católica, representado pelo bispo diocesano D. Jaime Luiz Coelho, que expressava diariamente sua preocupação com a disseminação dos ideais socialistas, ao mesmo tempo em que se empenhava na defesa da escola privada. Tal fato pode ser verificado a partir da análise dos artigos que demonstram o apelo à comunidade para apoiar a escola privada quando da tramitação do projeto convertido na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei nº 4.024/61, isso demonstra a intenção da Igreja Católica em se fazer representar em todas as esferas do poder local e nacional entre os diversos segmentos da população. Esses diálogos contribuíram, por sua vez, para a penetração e consolidação de uma mentalidade conservadora da qual hoje a cidade ainda é herdeira.

A vinculação entre Igreja Católica e educação em Maringá é inegável, e se deu no ensino formal com a fundação das escolas confessionais. Não se pode excluir dessa história as influências que os diálogos religiosos e o poder político representado pela figura do seu signatário maior, o bispo diocesano D. Jaime Luiz

Coelho, exerceram em todos os níveis de ensino, nos estabelecimentos públicos ou privados. A diocese de Maringá foi criada em 1º de fevereiro de 1956, e a posse do primeiro bispo diocesano se deu em 24 de março de 1957. Desde então, D. Jaime Luiz Coelho atuou junto à sociedade maringaense, em específico, na década de 1950 foi responsável pela manutenção e instalação dos principais colégios privados de denominação religiosa católica. O Colégio Santa Cruz foi o primeiro que se fez presente em Maringá, a partir do ano de 1952; o Colégio Santo Inácio foi fundado em 1957 e o Colégio Marista de Maringá instalado em 1958, a pedido do próprio bispo, ex-aluno do Colégio Marista de Franca, estado de São Paulo.

Nesse período, os acontecimentos relacionados à educação fornecem importantes informações sobre a relação, mesmo que implícita, entre a cúpula da Igreja Católica e o governo. Na cidade de Maringá, tal proximidade aconteceu de modo contínuo e determinante, pois todas as discussões políticas e educacionais eram considerados os ideais católicos.

A compreensão histórica do fenômeno religioso pode levar à percepção de que a religião não está imune aos embates existentes no interior da sociedade. As realizações humanas sejam de cunho material, social, ou mesmo religioso, desenvolvem-se de maneira contraditória. Esta condição é determinada pelas diferentes formas do homem produzir a sua vida e se desenvolver o que expõe as contradições e os esquemas que as sustentam.

A classe social que tem à sua disposição os meios da produção material usufrui, ao mesmo tempo, dos meios da produção espiritual, uma vez que as idéias dominantes se constituem expressão ideal das relações materiais. Deste modo, os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, a consciência dominante. Por isso, na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, em consequência, dominem também como produtores de conhecimento.

Desse modo, é mister afirmar que a classe que detém os meios de produção material, que é classe dominante no plano material, domina também as relações de poder no plano intelectual, e, ao mesmo tempo direciona os meios de produção intelectual das demais classes, a fim de manter o *status quo* e perpetuar sua condição de classe dominante.

Para articular as questões apresentadas o presente trabalho está organizado em três seções. A primeira apresenta a história d'*O Jornal de Maringá* e sua contextualização no desenvolvimento da cidade, bem como enfatiza o papel da imprensa como importante instrumento para a compreensão da História da Educação. A segunda apresenta a utilização da imprensa pela Igreja Católica como meio de divulgação do seu pensamento. Discute-se também as relações de poder entre a Igreja Católica e o governo militar durante o período analisado, bem como da Igreja que está em Maringá, por meio dos artigos apresentados no periódico, vinculados ao bispo diocesano D. Jaime Luiz Coelho. Finalmente, a terceira seção apresenta as discussões sobre a tramitação da primeira LDB e o debate sobre a escola pública e privada, bem como a análise dos artigos publicados n'*O Jornal de Maringá*, na coluna *Por Um Mundo Melhor*, de responsabilidade da Igreja Católica.

A primeira seção, intitulada *O Jornal de Maringá e o desenvolvimento da cidade*, está dividida em três subseções, assim estruturada: a história do periódico e um panorama das colunas; o redimensionamento da imprensa como fonte documental que contribui para a historicidade do pensamento educacional; e a contextualização da atuação do periódico *O Jornal de Maringá*. Em concomitante, esta seção contempla também a história da cidade de Maringá e a atuação do jornal no desenvolvimento da chamada "Cidade Canção".

Os instrumentos utilizados pela Igreja Católica com o objetivo de estabelecer a democratização e utilização dos meios de comunicação social em sua ação pastoral são analisados na segunda seção intitulada *O Jornal de Maringá e a Igreja Católica na consolidação da educação maringaense*. Entre os documentos destacados na primeira subseção constam: a encíclica *Vigilante Cura*, de 29 de junho de 1936, sob o papado de Pio XII; a encíclica *Miranda Prorsus*, exarada do papa Pio XII, em 8 de setembro de 1957; o decreto *Inter Mirifica*, resultado do Concílio Vaticano II, de 4 de dezembro de 1963, convocado pelo papa João XXIII; e a instrução pastoral *Communio et Progressio*, de 23 de maio de 1971, sob o papado de Paulo VI. Destacam-se também os documentos Latino-Americanos oriundos das Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano, realizadas em Medellín (Colômbia), no ano de 1968 e, na cidade de Puebla de Los Angeles (México), em 1979. A segunda subseção expõe o combate da Igreja Católica ao comunismo, o apoio inicial ao regime militar e sua relação com o governo instituído, marcado por apoios e conflitos.

Finalmente, a terceira seção, intitulada *O Jornal de Maringá: A Igreja Católica e o debate sobre a escola pública e a escola privada na tramitação da LDB nº 4.024/61*, é a última parte deste estudo. A seção foi dividida em duas subseções: a primeira apresenta as discussões que envolveram a tramitação do projeto de lei que culminou na aprovação da primeira LDB e, a segunda analisa o embate ideológico que se deu na tramitação e aprovação da referida Lei e sua propagação dessa disputa nas páginas d'*O Jornal de Maringá*. Acompanham o trabalho alguns anexos que auxiliam na compreensão dos instrumentos utilizados pela Igreja Católica enquanto aparelho ideológico, tais como a cronologia dos principais documentos, decretos e eventos sobre comunicação social instituídos pela Igreja Católica e, com foco ilustrativo, fotografias de artigos d'*O Jornal de Maringá*.

É importante destacar, que as citações das fontes primárias conservaram a redação original, sem qualquer alteração ou atualização ortográfica.

2 O JORNAL DE MARINGÁ E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

“O *Jornal de Maringá* cresceu com a cidade. Ele foi e é um retrato vivo da nossa história”.

Ademar Schiavone, redator d'O *Jornal de Maringá* (nos anos de 1958 a 1963).

2.1 O *Jornal de Maringá*: Um Pouco de sua História

O que se pretende nesta parte do trabalho é a apresentação do periódico *O Jornal de Maringá*, sua história, o contexto social de sua fundação, bem como um panorama das colunas que o compunham.

Em 5 de abril de 1953, ano em que tomou posse o primeiro prefeito eleito da cidade, Inocente Villanova Júnior, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Samuel Silveira, também pioneiro do rádio e da TV em Maringá, fundou o periódico chamado *O Jornal*. Em 28 de setembro de 1957, foi acrescentado o nome da cidade a esse periódico, que passou a ser denominado *O Jornal de Maringá*.

As informações que veiculava o jornal reproduziam os principais fatos políticos nacionais e da região, propagandas e eventos sociais que enfatizavam as atividades religiosas da Igreja Católica ou a ela relacionados. A atuação do jornal contribuiu para a divulgação de um pensamento que pode ser caracterizado como elitista e que até os dias atuais ainda predomina em muitos setores da sociedade maringaense. Tal perspectiva de análise vai ao encontro da concepção apresentada pelo professor Luciano Mendes de Faria Filho, ao se referir à imprensa em geral. Para ele, os jornais são “uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes” (FARIA FILHO, 2002, p.134).

A par da contribuição desse periódico para a construção do processo educativo no qual a cidade de Maringá sedimentou um pensamento conservador que vigora até os dias atuais, ressalta-se o descaso das instituições públicas no guardo dessas fontes documentais, em geral, acomodados em condições inóspitas, tendo em vista que não consta em nenhum arquivo público da cidade de Maringá sequer um exemplar d'O *Jornal* que data de 1953, ano da sua fundação.

Samuel Silveira, fundador do jornal, veio da cidade de Campinas – São Paulo, com a intenção de instalar na cidade de Mandaguari uma rádio. Foi convidado por

Ademar de Barros, então diretor da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a conhecer o distrito de Maringá. Assim, em junho de 1951, após a autorização cedida pelo Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), Samuel Silveira fundou a Rádio Cultura de Maringá – Rede Paranaense de Rádio (SCHIAVONE, 2007)¹ (ANEXO A).

Os principais redatores do jornal na época da fundação eram o médico Helenton Borba Cortes (1920-1988), o advogado Mário Clapier Urbinati (1900-1974), Túlio Vargas (1929-2008), Antonio Mário Manicardi, primeiro funcionário público da prefeitura de Maringá, Antenor Sanches, e o redator-chefe Ivens Lagoano Pacheco (1911-1980), proprietário d'*O Jornal de Maringá* a partir de 1956.

O periódico recebia ajuda mensal da prefeitura por meio de significativa verba, o que de certo modo o tornava efetivamente um porta-voz de alguns grupos vinculados diretamente ao exercício do poder político e econômico. O comércio local colaborava para a sua manutenção porque nesse período o número de assinantes era pequeno.

Em relação à tiragem do periódico, observou-se que nos primeiros anos de atuação esteve restrita a aproximadamente quinhentos exemplares. Com o desenvolvimento da cidade essa tiragem atingiu outros números, chegando na década de 1960 a aproximadamente quatro mil e quinhentos exemplares distribuídos na cidade e região. Entretanto esses números não possuíam uma regularidade mensal, pois dependiam de fatores de ordem técnica e estrutural, como falta de energia elétrica, que ocasionalmente reduziam a tiragem.

O Jornal de Maringá cresceu simultaneamente com a cidade, fato que pode ser observado nas propagandas, inicialmente expressivas, da característica agrícola da cidade, como o anúncio de armazéns de secos e molhados, a divulgação dos preços dos produtos produzidos na região e das oficinas de conserto dos implementos agrícolas. As propagandas levavam ao conhecimento dos agricultores o avanço tecnológico das máquinas utilizadas nos trabalhos do campo. Em concomitância, faziam apologia à modernidade e alargava-se a distância social entre

¹ Samuel Silveira iniciou a vida profissional como radio-difusor, associando-se à direção da Rádio Clube Hertz, de Franca (SP) e Rádio Cultura de Poços de Caldas (MG). Em 1949 fundou e instalou a Rádio Cultura da Bahia, bem como a Rádio Itaparica no mesmo estado. Chegou a Maringá em julho de 1949, quando iniciou as atividades para a instalação de um canal de ondas médias. Em 15 de junho de 1951, com total apoio da Companhia de Terras e Melhoramentos, inaugurou a Rádio Cultura de Maringá (ALTOÉ, 2007, p. 94).

os grupos sociais que compunham a sociedade maringaense. A estratificação social não se estabelecia somente pela divulgação dos avanços tecnológicos, mas, em essência, por dois aspectos: primeiro, o acesso aos produtos mais sofisticados, tanto de objetos quanto de saberes, eram direcionados à elite, por óbvias razões econômicas; e segundo, por se cultivar a idéia de que somente a ela cabia o usufruto dos benefícios que traziam.

Tais propagandas eram apresentadas com poucos recursos visuais e de persuasão publicitária, entretanto, eram diretos na apresentação dos produtos e serviços apresentados.

Posteriormente, sob a influência do aumento do consumo proporcionado pela chegada de novas casas comerciais na cidade, nota-se a divulgação de produtos que representavam grandes marcas como *Philco*, *Goodyear*, *Ford*, *Philips*, todas vinculadas a empresas comerciais hegemônicas como Hermes Macedo e Prosdócimo, o que demonstra a inserção da cidade no mercado capitalista. As atividades comerciais e a prestação de serviços eram amplamente divulgadas no periódico e se constituíram como parâmetros para a prevalência do desenvolvimento urbano no processo de modernização. (ANEXO B).

A constatação de anunciantes de outras cidades n'O Jornal indica que o periódico circulava também na região e que despertava nesses comerciantes o interesse em valorizar seus produtos e serviços para consumidores de outras cidades.

As propagandas revelavam também a projeção de Redes de estabelecimentos que, além dos produtos, anunciavam a localização de filiais. É importante destacar que tais propagandas ocupavam páginas inteiras e eram divulgadas em diversos números. A concorrência entre os comerciantes estimulava o aspecto persuasivo das propagandas que tinham como ponto comum a ênfase nos baixos preços das mercadorias.

Os anúncios de prestação de serviços eram apresentados em forma de pequenos textos, destacados por contornos específicos e traziam, em alguns casos, o desenho do produto anunciado, como os tratores e as camionetes, tudo em preto e branco. Percebeu-se também a divulgação diária dos trabalhos oferecidos por profissionais liberais e prestadores de serviços, tais como: advogados, médicos, dentistas, chaveiros, mecânicos de tratores, farmacêuticos e outros (ANEXO C).

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) anunciava a venda de terra nas regiões de Maringá e Londrina. Oferecia a planta dos lotes aos compradores com a garantia de ausência das temidas formigas saúvas nas terras adquiridas. É preciso atentar para o fato de que o jornal e a rádio, Rádio Cultura de Maringá, eram do mesmo proprietário. A programação diária dos programas radiofônicos era divulgada pelo periódico, o que indica a forte influência ideológica sobre a cidade por parte do grupo que detinha o monopólio da mídia escrita e falada².

O periódico estava estruturado em oito páginas: a primeira era constituída por uma manchete e o lide, recurso que apresenta todas as informações mais importantes sobre o assunto, com imagens para chamar a atenção do leitor. Nas páginas seguintes, em meio às propagandas, estavam distribuídas as colunas informativas, de responsabilidade de seus autores, das quais se destacam *O Editorial* e *Artigo do Dia*, ambas assinadas por Ivens Lagoano Pacheco, que apresentava a análise dos fatos políticos da cidade; logo a seguir as colunas *Notícias da Municipalidade*, *Crônica da Semana* e *Por um Mundo Melhor*.

A Igreja Católica sempre se fez representar no jornal, porém, ganhou maior representabilidade após a criação da diocese de Maringá, pelo papa Pio XII (Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli, 1876-1958). Seu papado foi entre o período de 1939 a 1958. Em 1º de fevereiro de 1956, exarou a bula intitulada *Latissimas Partire Ecclesias*, que promulgava como papel primordial da Santa Igreja desmembrar as dioceses de grande extensão territorial a fim de atender e oferecer aos cristãos “os confortos e utilidades da religião católica” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1982, p. 06).

De acordo com Fabril (2007), uma vez desmembrada da diocese de Jacarezinho, cidade localizada ao norte do Paraná, a diocese de Maringá “teve a nomeação do 1º bispo diocesano em três de dezembro de 1956”, D. Jaime Luiz Coelho, que atuava na Catedral de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo. O jovem bispo de apenas 40 anos de idade, natural de Franca, estado de São Paulo, foi ordenado sacerdote na Catedral de São Sebastião, de Ribeirão Preto, em 7 de dezembro de 1941.

² A Rádio Cultura de Maringá foi fundada em 1951, por Samuel Silveira com as parcerias de Joaquim Dutra e Francisco Dias Rocamora. À época havia poucos aparelhos receptores para a divulgação da programação local, porém foram instalados vários alto-falantes nos postes localizados nas principais avenidas da cidade, que levavam as informações à população (SCHIAVONE, 2007).

A vinda do novo líder espiritual ganhou destaque nas páginas d'*O Jornal de Maringá*. Em três de março de 1957, iniciava o principal artigo do dia, e anunciava o evento de maior importância já vivido pela cidade:

O MEZ DO BISPO – IVENS LAGOANO PACHECO

Neste mês, que nos encontramos, no dia 24, isto é no penúltimo domingo antes que março desapareça, Maringá irá receber seu primeiro bispo. Temos de convir que o evento é dos mais nobres exigindo uma comemoração também das mais elevadas. A honraria que o Vaticano houve por bem em conferir a Maringá é das mais distintas e segundo ouvimos constitui uma distinção ímpar, tão grande que não há similar no mundo.

Uma cidade que possa alcançar esse ponto, antes de que tenha completado 10 anos, necessariamente tem que compor uma série de requisitos que não são só os de ordem religiosa. Não sabemos como procede a Igreja em casos dessa natureza. Mas o bom senso indica de que há necessidade de um trabalho dos mais cuidados a fim de que concretize o que hoje é uma realidade entre nós. Lembramo-nos a propósito disso que, na nossa terra, só foi conquistado um bispado da I. Católica Apostólica Romana depois que ela tivesse completado 90 anos. Das outras religiões por serem consideradas menos poderosas, os bispos são raríssimos. Eis porque nossos sentimentos cristãos se agitam aguardando a ocasião em que, triunfalmente, será conduzido à Catedral D. Jaime Luiz Coelho, 1º bispo de Maringá. Nessa ocasião, lembraríamos mesmo aos habitantes das avenidas e ruas a serem percorridas, a necessidade de ornamentarem suas casas e mandarem confeccionar faixas de forma a darem à cidade, nesse dia, um tom realmente festivo. Numa ocasião como esta temos que nos irmanar o mais possível, mostrando àquele que terá a responsabilidade de dirigir um enorme rebanho de almas não só o nosso respeito, mas também nossa consideração. Eis porque consideramos este o mês do nosso bispo D. Jaime Luiz Coelho, e esperamos certos de que o povo católico desta cidade saberá de uma maneira evidentemente clara, prestar-lhe as homenagens que lhe são devidas (O JORNAL DE MARINGÁ, 3 março de 1957, p. 2), (ANEXO D).

No dia vinte e quatro de março de 1957, foi instalada canonicamente a diocese e tomou posse o primeiro bispo, conforme ata apresentada no Anexo E. O evento foi assim narrado pelo padre Orivaldo Robles:

No dia 24 de março de 1957, no aeroporto de Maringá envolto num turbilhão de pó, por volta da 15h00, o novo bispo pisou pela primeira vez o solo de Maringá. Chovera no dia anterior, mas, depois de poucas horas de sol, a terra encontrava-se inteiramente seca. Uma multidão de quase 30.000 pessoas reuniu-se no campo de pouso, ao longo da Avenida Brasil, na Avenida Getúlio Vargas e na praça da Catedral. Para que D. Jaime foi formado à sua volta uma corrente de braços, a fim de que o povo na ânsia de cumprimentá-lo, não colocasse em risco sua segurança. Em veículo aberto, foi

acompanhado por ruidoso foguetório, por um cortejo de aproximadamente 500 veículos (ROBLES, 2007, p. 139).

A chegada de D. Jaime Luiz Coelho à cidade também foi destaque n'O *Jornal de Maringá*, em 26 de março de 1957. A manchete foi: "VERDADEIRA APOTEOSE A RECEPÇÃO A D. JAIME LUIZ COELHO: Cerca de 30.000 pessoas aplaudiram o primeiro bispo de Maringá – Indiscutível entusiasmo – Eloquente demonstração de Cristianismo". A partir da chegada de D. Jaime Luiz Coelho à recém criada diocese, a Igreja Católica se fez representar diariamente nas páginas do periódico *O jornal de Maringá*, cujos artigos eram assinados pelo então bispo diocesano, ou por representantes locais da Igreja, ou ainda, por outras autoridades eclesiais do país.

No dia 26 de março de 1957, o jornal publicou na íntegra a Carta Pastoral de D. Jaime Luiz Coelho, que enfatizava ao povo católico o dever do pastor que conduz a Igreja, e prima pela vontade de Deus na concretização do "Reino de Paz". Segue o trecho final da carta: "Quando todas as forças devem se unir para o bem estar da sociedade e paz das consciências, o vosso bispo quer ser este elo de união inquebrantável. No seu coração há lugar para todos, pois para todos eles foi enviado" (O JORNAL DE MARINGÁ, 26 de março de 1957, p. 3).

A partir de 1960, esta representação passou a ter um espaço próprio por meio de uma coluna denominada *Por um Mundo Melhor*, que ocupava a segunda página, à esquerda, e tinha como articulista D. Jaime Luiz Coelho, que escrevia diariamente artigos de orientação religiosa e política destinados aos fiéis católicos.

A coluna *Por um Mundo Melhor* representou o espaço mais significativo de divulgação da Igreja Católica no jornal, num período considerado também como o mais organizado, que foi de 1960 a 1963 (ANEXO F).

De forma geral, os conteúdos dos artigos estampados pelo jornal possuíam características específicas, conforme o estilo literário de seus articulistas, porém, era comum entre eles o posicionamento político e o discurso em prol da consolidação da cidade como referência nacional. Os redatores do jornal participaram da vida política da cidade e do estado do Paraná, entre eles Mário Clapier Urbinati que foi eleito vereador em 1966, pelo Partido Social Democrático (PSD), com 353 votos. Em meados da primeira gestão do prefeito João Paulino Vieira Filho (1921-2002), no período de 1961 a 1964, criou-se o cargo de vice-prefeito e Mario Clapier Urbinati foi

escolhido para assumir a função. João Paulino Vieira Filho exerceu a função de prefeito por mais um mandato no período entre 1977 a 1982.

Mário Clapier Urbinati representou n'O *Jornal de Maringá*, por meio da coluna *Crônica da Semana*, o grupo político que pretendia estar à frente das decisões e dos rumos da cidade. Ao se responsabilizar por esse espaço e apresentar ao leitor sua opinião sobre os principais fatos da semana, externava sua oposição aos políticos em evidência, os quais classificava como algozes do povo (ANEXO G).

Crônica da Semana

Mario Clapier Urbinati

Chegamos ao final do ano de 1954, sem que o panorama político administrativo oferecesse a menor modificação.

Tudo permanece na situação que é tão bem traduzida pelo ditado popular: "deixa estar, para ver como é que fica".

Queda-se o município no mais negro abandono. Nada se fez... e nada se fará, até que termine o mandato dos atuais administradores, que denegriram essa primeira página em que Maringá se libertou para ter a sua vida política administrativa independente, mas que infelizmente nenhum resultado e prapuações deficitárias aos cóticos lhe trouxe, a não ser sífres municipais e calamitosa aos munícipes.

Diante do atual estado de coisas, torna-se necessário uma reação dos homens que de fato, querem bem a essa comuna, candidatando-se aos cargos eletivos, para que Maringá não venha a cair em mãos de outros algozes, como os atuais, que só aprovam alguma coisa, quando isso lhes reverte em gordas e polpudas propinas, em detrimento a economia dos munícipes que são sobrecarregados de impostos abusivos e coercitivos. É, pois, chegada a hora de iniciar um movimento de verdadeira redenção municipal para que se restaure em nosso município um clima de confiança e decoro que só é dado gozar aos municípios que elegem homens capazes de desempenhar o seu mandato, conforme o juramento prestado.

É pois como já dissemos chegada a hora dos verdadeiros maringaenses tomarem as rédeas do poder, saindo do seu comodismo burguês para que chegado o pleito, se elejam os que de fato tenham merecimento para tanto, afim de que Maringá possa ocupar o lugar de destaque que lhe pertence, como potencia produtora e pelo elevado índice de cultura de seus habitantes (O JORNAL, 04 de janeiro de 1955, p. 3).

Embora muito jovem e mesmo antes da emancipação, Maringá era marcada por acirradas disputas políticas. Os grupos que disputavam o poder se faziam representar na Câmara Municipal de Mandaguari, comarca da qual Maringá era distrito. Em 1947, ano em que a vila de Maringá foi fundada, os moradores foram inscritos como eleitores e até se candidataram ao cargo de vereador. Arlindo Planas, industrial do ramo de madeiras, pela União Democrática Nacional (UDN), com 139 votos, e o comerciante Napoleão Moreira da Silva, pelo PSD, com 98 votos, foram

os primeiros representantes do povo maringaense na Câmara Municipal de Mandaguari (SCHIAVONE, 2007).

Uma vez elevada à condição de município em 1951, Maringá teve sua primeira eleição para prefeito no ano seguinte, na qual se inscreveram os seguintes candidatos: Octávio Periotto, pelo Partido Republicano Paulista (PRP), Valdemar Gomes da Cunha, pela UDN, Ângelo Planas, pelo Partido Republicano (PR) e Inocente Villanova Júnior, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Houve uma disputa acirrada que envolveu toda a população. Valdemar Gomes da Cunha, da UDN, era considerado o candidato com maiores chances de vitória, uma vez que recebia apoio da CMNP. Entretanto, o candidato vitorioso foi Inocente Villanova Júnior (1903-1986), que reproduzia o discurso de Getúlio Vargas e que encontrou muita dificuldade para governar a cidade entre os anos de 1953 a 1956. Esse quadro se deu em consequência de duas forças políticas contrárias que viviam em constante disputa na Câmara Municipal: o grupo de apoio ao prefeito e o grupo que apoiava diretamente a CMNP, vinculado à UDN. Este segundo grupo contrariava os interesses municipais e se tornou um poder paralelo.

Foram assíduos participantes do jornal o médico Helenton Borba Cortes, eleito vereador no mesmo pleito com 249 votos também pelo PSD e Túlio Vargas, que fundou o Partido Democrata Cristão (PDC), pelo qual se elegeu deputado estadual em 1961 e reeleito na legislatura seguinte. Em 1970, elegeu-se deputado federal e, em 1978, tornou-se o senador mais votado no Paraná.³

Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, n'O *Jornal de Maringá*, Túlio Vargas prestava esclarecimentos aos leitores sobre questões jurídicas, auxiliava na resolução de problemas com a justiça e emitia seu parecer sobre o assunto na coluna *Antena Forense* (ANEXO H).

³ Natural de Piraí do Sul, onde nasceu em 28 de junho de 1929, Túlio Vargas era filho do deputado Rivadávia Vargas e de Dalila Rolim Vargas. Frequentou escolas do ensino fundamental em cidades do interior de São Paulo e graduou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1954. Depois de formado mudou-se para Maringá, Noroeste do Paraná, onde se elegeu presidente da Associação dos Advogados e fundou o partido Democrata Cristão. Foi o partido pelo qual se elegeu deputado estadual, em 1961, e se reelegeu na legislatura seguinte. Em 1970 elegeu-se para Câmara dos Deputados, em Brasília. Em 1974 foi nomeado secretário de estado de Justiça, no governo de Jaime Canet Júnior, e posteriormente nos governos de Ney Braga e Hosken de Novais. Ainda na década de 70, em 1978, foi o candidato mais votado na eleição para o Senado Federal. Ainda como político, Túlio Vargas também exerceu a presidência do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e foi nomeado procurador-geral do estado junto ao Tribunal de Contas do Paraná, cargo em que se aposentou (*JORNAL GAZETA DO POVO*, 27 de março de 2008, p. 1).

É importante destacar a atuação de Antenor Sanches, eleito vereador por sete vezes. Ele atuou como Inspetor Municipal de Ensino, no período de 1957 a 1960, na gestão do prefeito Américo Dias Ferraz e, como secretário de administração do prefeito João Paulino Vieira Filho, na gestão de 1977 a 1982. O espaço do jornal sob sua responsabilidade, denominado *Notícias da Municipalidade*, informava a população sobre os fatos corriqueiros da cidade, trazia pequenos comunicados da Prefeitura, da Câmara Municipal e dos demais segmentos da sociedade, inclusive da Igreja Católica, além de atender as reivindicações da população, uma vez que o articulista era vereador na cidade (ANEXO I).

Outro espaço significativo foi a coluna intitulada *O Editorial*, posteriormente substituída pela coluna *Artigo do Dia*, ambas assinadas pelo diretor do jornal, Ivens Lagoano Pacheco, inicialmente editor-chefe e posteriormente diretor-proprietário. É considerado um dos principais propagadores da imprensa paranaense. Ele realizava uma análise dos principais fatos políticos da cidade e região e emitia um parecer pessoal (ANEXO J).

Na coluna diária, ele apresentava artigos que revelavam um posicionamento político e ideológico conservador, conforme registros dos artigos de 1954, que consolidavam determinada forma de pensar e favoreciam um debate que atribuía ao jornal um caráter nitidamente elitista:

Coluna O EDITORIAL – Ivens Lagoano Pacheco

Linguagem da força

Um comentarista especializado assim classificou a melhor maneira de lidar com os comunistas: “Os últimos acontecimentos internacionais provam claramente que só uma linguagem que os comunistas entendem: é a linguagem da força”.

Qualquer uma pessoa de formação democrática jamais poderá ser comunista, pois ele é antes de tudo a negação da verdade e do direito de pensar (O JORNAL, 25 de junho de 1955, p. 2).

Esse tipo de opinião tornou-se uma constante no jornal. A unidade da posição contra um presumido avanço comunista garantiu àquele espaço um caráter estratégico quando se tratava de influenciar objetivamente os indivíduos para que estes incorporassem idéias nem sempre expressivas da condição de classe que ocupavam.

A rejeição ao comunismo enquanto uma nova forma de organização da sociedade foi reforçada. Percebe-se que, paralelamente a isso, propagava-se a idéia

de que a sociedade na qual se vivia era igual para todos e de fato democrática, sem distinção entre as pessoas.

A cada artigo publicado o pensamento conservador se renovava, conforme observado no conteúdo apresentado em 29 de agosto de 1957, no qual o editor se posiciona contrário ao voto dos analfabetos, ao relacionar o ato de ler e escrever como condição de eleitores conscientes:

Voto para os Analfabetos

Já está amplamente discutida nas altas esferas do país, através do pronunciamento de gregos e troianos a necessidade de que os analfabetos possam também votar.

O ponto de vista do Sr. Vieira Melo, líder do governo na Câmara dos Deputados é favorável ao voto daqueles que não sabem ler, enquanto que, e até aí é obvio, a oposição alinha argumentos em contrário.

Não sabemos até que ponto chegar se por ventura tal causa acontecer.

Temos a nítida impressão de que o Brasil dará uma triste demonstração ao mundo, de que realmente não é um país em crescimento, no mais amplo sentido da palavra, mas sim uma nação que retroage. Uma das chagas mais profundas que o país possui é o analfabetismo. O próprio governo assim reconhece tanto que vem fazendo, não de hoje, uma campanha persistente pelas formas mais variadas que se conhecem.

Foi assim que surgiram os cursos noturnos para a alfabetização de adultos. É, em função da mesma, que todos os dias, vereadores, deputados, senadores, prefeitos e homens interessados, pedem escolas, desejam escolas (O JORNAL DE MARINGÁ, 29 de agosto de 1957, p. 3).

O direito ao voto para todos foi um processo marcado por conflitos ao longo da história do Brasil. Com a promulgação da quarta Constituição Brasileira, em 18 de setembro de 1946, a participação da sociedade nas eleições foi mais abrangente. Contudo, o direito ao voto foi vetado aos analfabetos, que o alcançaram após a redemocratização do país com a Constituição de 1988.

O discurso desse artigo se sustenta no argumento de que ao serem excluídos do processo eleitoral, os próprios analfabetos buscariam recursos para aprender a ler e a escrever, o que aceleraria o processo de alfabetização da população e, em consequência, a erradicação do analfabetismo no Brasil.

É possível inferir que o pensamento de caráter elitista personificado por Pacheco é ainda hoje cultivado na cidade, quadro verificado principalmente quando, por ocasião das eleições municipais, são eleitos para o cargo majoritário os representantes da elite econômica e indivíduos pertencentes ao que se

convencionou chamar de famílias pioneiras. Na história de Maringá um único representante da esquerda política conquistou a prefeitura, mas o fez num momento conturbado da vida política na cidade e em meio à decepção dos eleitores com o representante anterior⁴.

A continuação do artigo de Pacheco revela justamente tal apregoação:

Também vem sendo em razão desse movimento que escolas particulares facilitam matrículas e incentivam valores ainda em embrião. Pois bem. Agora se pretende de uma penada, liquidar com tudo isso, simplesmente porque alguns políticos que encontram pouca ressonância no leitor que sabe ler acham que, colocando os analfabetos com o título na mão tem mais possibilidades de se reelegerem ou de elegerem seus afilhados. Se o eleitor atual que é obrigado, praticamente, ao exame de suficiência diante do Juiz, ainda apresenta senões enormes, principalmente naquilo que se relaciona com a liberdade de votar, como não será a situação quando os analfabetos votarem?

Hoje em dia, ninguém ignora, ainda existem eleitores que votam por conveniência e mercantilizam seu voto. Existe o eleitor de cabresto. Há, o que utiliza o título para atitudes inconfessáveis e assim por diante. Quando tivermos os analfabetos votando, será muito fácil para um delegado de polícia, um prefeito ou mesmo um chefe político, junta-los como tropa de boi e os conduzi-los às urnas na certeza de que poderá conseguir uma quantidade certa de votos, sem dificuldades. Só a circunstância de uma pessoa maior de 18 anos não saber ler, indica, facilmente, o seu acanhamento mental e como tal, oferece oportunidade para que faça julgamentos apressados, como por exemplo atender que em se tratando de autoridade deve obedecer sem as observâncias das garantias que possui. Por outro lado, fica, ainda, o voto, praticamente desmoralizado.

O que adianta ao eleitor consciente, procurar dar o seu voto visando o bem comum da nação, quando é certo que num distrito ou numa cidade a eleição pode ser decidida por quem não aprendeu a ler? (O JORNAL DE MARINGÁ, 29 de agosto de 1957, p.3).

É importante ressaltar que mesmo sem assumir diretamente qualquer agremiação partidária, o grupo político que estruturava e articulava o periódico representava e propagava o pensamento conservador, que se constituía inclusive secundado pelo posicionamento elitista transmitido pela Igreja Católica, conforme relato de Schiavone

⁴ Nas eleições de 2000, para prefeito e vereadores, Maringá elegeu com 70% dos votos José Cláudio Pereira Neto, candidato de esquerda, pelo Partido dos trabalhadores (PT). Vitimado por um câncer, José Cláudio faleceu no dia 16 de setembro de 2003, a prefeitura foi assumida pelo vice-prefeito, o professor João Ivo Caleffi, hoje filiado ao PMDB.

Em 1957, no dia 24 de março, instalou-se a diocese de Maringá, criada no ano anterior, tomando posse o nosso primeiro bispo, D. Jaime Luiz Coelho, fato que marcaria indelevelmente a história cultural, social e política da cidade nos anos seguintes, graças à atuação comunitária e ativa do então jovem pastor (SCHIAVONE, 2007, p. 53).

Nesse universo de difusão ideológica, permite-se realizar um paralelo entre o conteúdo divulgado nos artigos assinados por Ivens Lagoano Pacheco, na década de 1950, mesmo antes da chegada de D. Jaime Luiz Coelho à cidade, e o conteúdo dos artigos escritos pelo bispo diocesano no início da década de 1960.

LINGUAGEM DE FORÇA – IVENS LAGOANO PACHECO: Um comentarista especializado assim classificou a melhor maneira de lidar com os comunistas: “Os últimos acontecimentos internacionais provam claramente que só uma linguagem que os comunistas entendem: é a linguagem da força”.

Qualquer uma pessoa de formação democrática jamais poderá ser comunista, pois ele é antes de tudo a negação da verdade e do direito de pensar. (O JORNAL DE MARINGÁ, 25 de junho de 1955, p. 2)

COLUNA “POR UM MUNDO MELHOR” – O BISPO E AS ELEIÇÕES: Na reunião do Clero da diocese de Maringá, realizada dia 08 último nesta cidade, o Sr. bispo diocesano D. Jaime Luiz Coelho, entregou aos vigários a circular abaixo com a qual deve orientar os católicos nas próximas eleições. Segue o documento da Cúria Diocesana:

CIRCULAR AO CLERO DIOCESANO – CÚRIA DIOCESANA DE MARINGÁ, 07 DE JULHO DE 1960.

ESCLARECIMENTO IMPORTANTÍSSIMO SOBRE ELEIÇÕES: **APOIO AOS CANDIDATOS DOS COMUNISTAS** – O Santo Padre João XXIII confirma condenação já antes feita por Pio XII: perguntou-se a Suprema Sagrada Congregação do Santo Ofício, na escolha dos representantes do povo é lícito aos católicos votar em partidos ou em candidatos os quais embora não professem princípios contrários a doutrina católica, ou até se digam cristãos todavia de fato se unam aos comunistas e com isso os favoreçam.

Os Cardeais encarregados da defesa da fé, decretaram que a resposta seja negativamente: o comunismo é materialista e anti-cristão.

Transmitimos aos senhores Padres a decisão da Santa Sé, para que com prudência, mas firmemente, esclareçam seus paroquianos em assuntos de tanta importância. Recomendamos aos eleitores que votam em consciência, visando não a interesses particulares, mas ao bem comum.

Afetuosamente em Xto.

D. Jaime Luiz Coelho (O JORNAL DE MARINGÁ, 10 de julho de 1960, p. 2)

Do ponto de vista político-ideológico, observou-se que mesmo em décadas diferentes e por pessoas distintas, o conteúdo d'O *Jornal de Maringá* apresentou-se como manifestação de um pensamento resistente às mudanças. Tanto para os articulistas do jornal quanto para a Igreja, a consolidação da jovem cidade baseada nos princípios católicos era condição para manutenção da ordem pública, numa perspectiva conservadora.

De acordo com Schiavone (2004), fazer jornal no início da década de 1950 não era tarefa fácil. A composição gráfica era realizada manualmente e as palavras eram organizadas letra por letra e depois prensadas em uma máquina que rodava as páginas uma a uma. Posteriormente, o trabalho foi um pouco facilitado com a máquina duplana adquirida em 1955, que imprimia duas folhas ao mesmo tempo e depois a rotaplana, que imprimia a página inteira e completa.

Porém, o grande avanço tecnológico do jornal se deu em 1958 com a aquisição do linotipo. Era uma máquina que possibilitava a escrita do texto por linhas e não mais letra a letra. No mesmo ano, a compra de uma clichéria enriqueceu e facilitou ainda mais a escrita do periódico. A clichéria era um aparelho que realizava a cópia de fotografias para a ilustração do jornal. Anterior a essa aquisição, os redatores reuniam o maior número possível de fotos de pessoas influentes da cidade e as enviavam a Curitiba, capital do estado, para a montagem dos clichês.

Para as cidades vizinhas, o transporte se dava por malotes nominais às prefeituras que os distribuíam gratuitamente; já para a capital, a companhia Viação Aérea de São Paulo (VASP) fazia o transporte dos exemplares.

O *Jornal de Maringá* trazia notícias locais, regionais e internacionais. As informações internacionais eram obtidas junto às agências internacionais de notícias, por meio de um instrumento chamado teletipo, que enviava as informações em pequenas tiras de papel e de difícil leitura e, que, quando aqui chegavam, já estavam desatualizados, por isso os redatores centravam-se em mais notícias locais e regionais.

Em meio à prestação de serviços à comunidade, notas policiais e propagandas, as colunas formavam um todo organizado que despertava o interesse dos leitores e fazia d'O *Jornal de Maringá* um instrumento de ordenação das relações sociais, políticas e religiosas da sociedade maringaense, conforme os interesses dos grupos detentores do poder na cidade.

No ano de 1963, Ivens Lagoano Pacheco, motivado para fixar residência em Curitiba, vendeu o periódico em questão para um grupo de pessoas, dentre as quais estava o prefeito João Paulino Vieira Filho. Os novos proprietários permaneceram apenas dois anos à frente do jornal, que em 1965 teve a direção assumida pelo dono da Companhia Telefônica do Paraná, Ardinial Ribas, cuja sede ficava em Maringá. Ardinial Ribas elegeu-se deputado federal em 1970 e, em razão dos compromissos na Câmara Federal, vendeu o jornal para um grupo de jornalistas da cidade.

Dentre os proprietários destacam-se Divanir Braz Palma, eleito deputado estadual em 1998, o profissional do setor imobiliário Ramires Pozza e o jornalista Verdelírio Barbosa.

Em 31 de março de 1991, Verdelírio Barbosa assumiu o *O Jornal de Maringá*. A partir de então o jornal passou a ser chamado *Jornal do Povo*, periódico que circula ainda hoje, diariamente, na cidade de Maringá e região.

Foi nesse contexto que D. Jaime Luiz Coelho se destacou como um dos principais colaboradores e articulistas d'*O Jornal de Maringá*. Pode-se dizer que a partir de sua vinda a Maringá, em 1957, a Igreja Católica esteve diariamente presente no periódico, tanto nos artigos escritos pelo bispo, quanto pelas visitas frequentes à redação do jornal, evidentemente noticiadas com destaque. Cumpre destacar que mesmo ausente da cidade, D. Jaime Luiz Coelho se fazia representar no jornal por meio de pequenas notas, nas quais informava aos leitores sua saída e retorno à cidade:

VIAGEM DO SENHOR BISPO

Afim de tomar parte da 5ª Conferência Nacional dos bispos, no retiro dos bispos segue hoje para Curitiba o Sr bispo diocesano D. Jaime Luiz Coelho (O JORNAL DE MARINGÁ, 15 de março de 1960, p.2)

SR BISPO DIOCESANO

Devolta de Ribeirão Preto onde passou alguns dias junto à família, chegará hoje à cidade o Sr bispo diocesano D. Jaime Luiz Coelho.

S. Excia no dia 5 seguirá para a Paróquia de Paraíso do Norte, em visita pastoral, devendo regressar no dia 8 pela tarde (O JORNAL DE MARINGÁ, 28 de julho de 1960, p.2).

O fato de escrever mesmo em pequenas notas sobre os passos que dava era uma forma de manter a população presa à sua pessoa. Mesmo distante, o bispo mantinha a dominação que exercia sobre os fiéis e sobre a cidade. Seu cuidado na

tarefa político-pastoral assumia o papel de pastor que cuidava e vigiava suas ovelhas onde quer que elas estivessem.

Desde sua chegada à cidade, D. Jaime Luiz Coelho fazia questão de participar dos acontecimentos promovidos pelos mais diversos segmentos sociais. Atuou ativamente junto às autoridades políticas do Estado para a instalação da primeira instituição de ensino superior da cidade, a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, em 1959, bem como posteriormente na fundação da Faculdade Estadual de Direito e a Fundação Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, em 1966.

No ano de 1969, foi autorizada a criação da Universidade Estadual de Maringá, que abrangeu as três faculdades já existentes. D. Jaime acompanhou todo o processo de estruturação do ensino superior de Maringá, fato que era relatado pelo *O Jornal de Maringá*. Ele continuou presente nos anos que se seguiram, conforme o artigo que se segue:

ARCEBISPO NA UNIVERSIDADE

Para uma visita de cortesia, estive na Universidade Estadual de Maringá, na última quinta-feira, o Arcebispo Metropolitano D. Jaime Luiz Coelho que foi recebido pelo reitor Paulo Roberto Pereira de Souza. D. Jaime que é professor “Honoris Causa”, e que foi o principal fundador do primeiro curso superior instalado nessa cidade (Ciências Econômicas), faz questão de acompanhar toda a história da Universidade, participando dela com transparente entusiasmo. No encontro com o reitor Paulo Roberto, D. Jaime Luiz Coelho manifestou-se especialmente animado em colaborar, diretamente ou através de sacerdotes e leigos cristãos, no sentido de que a atividade universitária esteja sempre associada ao crescimento espiritual dos estudantes e dos professores (O JORNAL DE MARINGÁ, 7 de maio de 1983, p. 3), (ANEXO K).

A comunicação pela imprensa foi tão importante para a Igreja Católica que, em 1962, D. Jaime Luiz Coelho fundou seu próprio jornal, *A Folha do Norte*. É relevante constar que mesmo tendo fundado um jornal, o bispo continuou presente n’*O Jornal de Maringá*.

Os artigos sistematizados durante a elaboração do estudo apontam que a imprensa atuou na formação ideológica da população maringaense. Os textos demonstram uma intenção que supera a simples narração e o comentário dos fatos ocorridos e se consolidaram como um meio de excelência para a transmissão do magistério da Igreja Católica.

Nesse sentido, a elite religiosa, representada por D. Jaime Luiz Coelho, e a elite política, ao se utilizarem do mesmo instrumento, a imprensa, desempenharam um papel fundamental na constituição de um tipo de pensamento direcionado para a elitização política e avesso às mudanças, mas geralmente convergentes.

Desse modo, a ideologia propalada não se restringiu à minoria privilegiada e que tinha o domínio da sociedade, mas, em fundamental, aos segmentos populacionais constituídos pelas pessoas mais pobres, que seriam o sustentáculo das ações, interesses e consequente exploração pelos mais abastados da sociedade, na medida em que se identificavam com o pensamento hegemônico estabelecido, reproduzindo-o.

O jornal em estudo, embora declarasse imparcialidade partidária, não deixava de se abrir às influências dos setores dominantes e se tornou um instrumento de primeira hora dos interesses a eles vinculados. Assim, a análise d'*O Jornal de Maringá*, realizada na perspectiva da história das lutas humanas, mostra a constituição do pensamento dominante construído ao passo do desenvolvimento da sociedade maringaense. Os artigos sobre os quais a pesquisa se debruçou materializam a hipótese de que a Igreja Católica foi uma das artífices, senão a principal, na elaboração de uma visão de mundo elitista, que abarcou não somente o extrato superior da população, mais influenciou sobremaneira no modo de ser dos mais pobres.

2.2 A Imprensa: Objeto de Investigação para a História da Educação

Diante da multiplicidade de pesquisas realizadas no campo educacional, pode-se destacar a utilização da imprensa – não necessariamente a pedagógica – como importante fonte e objeto da pesquisa histórico-educacional. Esse tipo de pesquisa contribui significativamente, tanto para a análise específica da realidade de um determinado momento histórico, quanto para a construção de objetos de pesquisa, aparentemente desvinculados da educação, que se constituem em diferentes fontes de informação sobre os processos educativos. É o que se pretende discutir nesta parte do trabalho.

A inauguração do *O Jornal*, em 1953, marcou o início das atividades efetivas da imprensa maringaense. Esse periódico, durante mais de uma década, exerceu uma

influência significativa na educação dos maringaenses, seja por meio da palavra da Igreja Católica, uma presença dominante junto à população da cidade, seja pelos editoriais e outras colunas que reforçavam uma visão elitista de mundo. Na verdade, o jornal estava voltado às causas da classe dominante e dos interesses que a representavam.

A realização de um estudo que se destina ao esclarecimento de como uma forma de ser e de pensar ganhou envergadura necessariamente, não pode prescindir das fontes históricas que registraram o movimento de construção desse pensamento.

Neste sentido, a pesquisa histórica com fontes documentais tem se constituído em um rico instrumento para a investigação em história da educação, ao fornecer elementos que clarificam os debates realizados na esfera social e que nem sempre estão próximos dos setores formais da prática escolar. Ela possibilita ainda, ao historiador que se põe diante das fontes como um sujeito do tempo presente, analisar o passado.

No entanto, o ato de pensar a educação a partir de fontes históricas e documentais é obstaculizado, às vezes, pela inadequada catalogação e conservação dos acervos históricos, fato que certamente tem inviabilizado o trabalho de se guardar a memória histórica do país. Ao historiador da educação, com frequência, cabe a tarefa de organizar e classificar as fontes, muito embora o acesso a elas se realize por meio de condições desesperadoras e que enseja ao pesquisador uma dose elevada de perseverança.

No Brasil, a pesquisa educacional realizada com a imprensa como fonte histórica documental avançou de modo significativo no meio acadêmico nos últimos anos, o que possibilitou juntar um *corpus* de fontes documentais pouco estudados até então e que ainda carecem de reflexões:

Os estudos que utilizam a imprensa como referências para a compreensão da realidade brasileira, nos últimos tempos, têm-se desenvolvido muito nos meios acadêmicos, notadamente na área da história. Assim, a conjugação da informação jornalística com a metodologia histórica tem-se mostrado produtiva para ambas as áreas. Tanto a imprensa ganhou na forma de tratar suas informações e no enriquecimento de sua própria história, como a história propriamente dita encontrou um novo manancial de dados, a partir do qual pode ampliar seu ângulo de visão e promover interpretações mais abrangentes, que consigam reproduzir de forma mais eficiente, a dinâmica social (CARVALHO; INÁCIO FILHO, 2007, p. 58).

A pesquisa educacional utilizando a imprensa como fonte, impõe muitos desafios, uma vez que centenas de folhas, jornais, panfletos que contam em minúcias a história cotidiana do país estão perdidos ou mal acomodados nas bibliotecas públicas, ainda distantes de virarem alvo de criteriosas pesquisas. A importância da impressão da memória nos jornais e similares é obscurecida pelo descaso com os exemplares ainda existentes. Tal fato exige dos pesquisadores uma tomada de posição mais enfática quanto aos responsáveis pelo guardo do material, caso contrário, a documentação de toda ordem que a memória nacional possui alojada nos porões das bibliotecas e arquivos virão a se perder com muito mais rapidez, e o pesquisador será um partícipe dessa irresponsabilidade que grassa, ainda, na esfera pública.

É importante destacar que diante do quadro apresentado, é fundamental para os estudos historiográficos, assumir a imprensa como um *corpus* que excede uma expressão puramente cultural, fato que requisita do historiador empreender-se uma análise da natureza das informações e dos fatos por ela localizados, com o objetivo de identificar as diferentes relações que compõem a totalidade que envolve e explica os fenômenos históricos (BASTOS, 2002). Essa concepção de imprensa como documento histórico deve culminar com desenvolvimento de uma cultura de guardo, de sentimento de pertença e de respeito à história.

Aprofundar este debate implica reconhecer a imprensa como fonte de referência para a história da educação. A partir dela, emergem análises que permitem superar o senso comum, e supera a neutralidade das informações, ao ter em vista que a conquista da opinião pública se dá por meio de um embate ideológico de direções contrastantes. Os estudos de Bastos (2002) consideram que

A imprensa cria um espaço público através do seu discurso – social e simbólico – agindo como mediador cultural e ideológico privilegiado entre o público e o privado, fixa sentidos, organiza relações e disciplina conflitos. Como um discurso carregado de intenções, constitui verdades, ao incorporar e promover práticas que legitimam e privilegiam alguns conhecimentos em detrimento de outros, produz e divulga saberes que homogeneízam, modelam e disciplinam seu público-leitor (BASTOS, 2002, p. 81).

De fato, analisar a imprensa como um instrumento eficaz na formação ideológica das classes sociais e que atua não só como reprodutora, mas também como formadora de opinião, transforma-a em aparelho de hegemonia. Nesta

perspectiva, a imprensa assume a característica de promover padrões, ditar regras e valores numa determinada cultura, e se constitui como um instrumento educativo que consolida, por assim dizer, as representações dos setores hegemônicos.

O jornal, por meio de sua característica pontual, universaliza as opiniões da elite intelectual, possibilita a demonstração dos embates ocorridos na sociedade em determinada época e revela sua intencionalidade.

No que se refere à utilização da imprensa enquanto importante fonte para a história da educação, considera-se que “o interesse em se estudar periódicos para a realização de análises históricas reside na possibilidade da leitura de manifestações contemporâneas aos acontecimentos” (VIDAL; CAMARGO, 1992, p. 408). Desse modo, oportuniza-se a análise científica a partir dos discursos apresentados pela palavra escrita e que representam valores específicos da época em que se vive.

Nelson Werneck Sodré (1966, p. 1) ressalta que “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”. Portanto, os fatos que narrou os debates produzidos no sentido de participação nas lutas da época e as idéias que contribuiu para divulgar, constituem-se em material de grande valor para o entendimento da história, mas, sobretudo, para que se possa entender os problemas do presente e apontar soluções para os embates contemporâneos.

As discussões de Hobsbawm (1998) sinalizam que a reflexão sistemática bem como os objetivos e os objetos da historiografia não podem ser considerados enquanto elementos distintos de sua escrita, ou seja, a narrativa historiográfica não se distingue da própria escrita da história:

Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. Provavelmente todas as sociedades que interessam ao historiador tenham um passado, pois mesmo as colônias mais inovadoras são povoadas por pessoas oriundas de alguma sociedade que já conta com uma longa história. Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações (HOBSBAWM, 1998, p. 22).

Coadunam-se com esta reflexão Neves; Morel e Ferreira (2006) quando destacam a importância da imprensa para as novas análises sobre política e cultura,

na medida em que, segundo eles, velhos temas são revisitados por meio de abordagens teóricas capazes de extrair uma gama maior de conexões entre os fatos e o processo histórico no qual a sociedade da época está inserida:

O redimensionamento da imprensa como fonte documental – na medida em que expressa discursos e expressões de protagonistas – possibilitou a busca de novas perspectivas para a análise dos processos históricos. Dessa forma, superou-se a perspectiva limitada de identificar a imprensa como portadora dos “fatos” e da “verdade”. Deixaram-se também para trás posturas preconcebidas, que a interpretavam, desdenhosamente, como mero veículo de idéias ou forças sociais, que, por sua vez, eram subordinadas estritamente por uma infra-estrutura sócio-econômica (NEVES; MOREL; FERREIRA, 2006, p. 10).

A imprensa, portanto, no âmbito das novas fontes históricas, desfruta de uma privilegiada condição quando trata de explicitar as dinâmicas sociais de um dado período da sociedade capitalista. Esses autores complementam :

[...] a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais, apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamentos para pensar e repensar a História, quanto desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento (NEVES; MOREL; FERREIRA, 2006, p. 10).

Nessa perspectiva, percebe-se que os fazeres que busquem explicar os acontecimentos produzidos pelos homens são construídos em sua multiplicidade pela ação desses homens. Aquele que pesquisa é sujeito do seu tempo, que vive e sofre as influências do movimento e das contradições sociais. Assim, é importante que o historiador tenha clareza de que a História não se resume ao estudo de fatos e supere o olhar comum sobre as relações do passado.

Nesse sentido, torna-se oportuna a análise do periódico *O Jornal de Maringá* na escrita da história da cidade, bem como sua contribuição para a consolidação do pensamento hegemônico da comunidade local. Para tanto, é necessário contextualizá-la historicamente, como também o jornal, a fim de que se tenha uma “visão de totalidade, já que o determinado não se compreende sem a referência ao determinante” (RIBEIRO, 2003, p.13), ou seja, visualizá-lo em meio ao contexto que o produziu, ao mesmo tempo junto às ações que seguramente ajudou a construir no processo de desenvolvimento da jovem cidade.

Maringá, em 1953, à época da fundação do periódico *O Jornal*, por assim dizer, era uma “cidade menina”, pois contava com apenas dois anos de emancipação política e seis de fundação. Os primeiros passos que deu foram registrados diariamente nas páginas desse jornal que se configura, assim, num precioso acervo documental do movimento de construção de uma das cidades mais importantes do sul do Brasil, nos dias de hoje.

Considerada como um registro sequencial de fatos, muitas vezes desvinculados das relações estabelecidas historicamente, a imprensa, analisada enquanto fonte documental, permite um olhar mais crítico da realidade vivida e a “faceta educativa da atividade jornalística pode ser percebida quando analisamos suas posições os debates sobre política e legislação educacionais, ocasião em que tais setores se colocam como expressão da opinião pública” (FARIA FILHO, 2002, p.136).

Ao se analisar o periódico *O Jornal de Maringá*, percebe-se que mais do que narrar fatos ou informar a sociedade, esse jornal atuou na formação política, educacional e religiosa da sociedade maringaense, pois, como detentora de um espaço considerável no periódico, a Igreja Católica, por meio da *Coluna Por um Mundo Melhor*, veiculava diretrizes políticas e sociais e normas de conduta pessoal direcionadas ao público leitor. Fato corroborado pelo artigo a seguir, que, embora extenso, seja essencial para o entendimento da discussão que se propõe:

A igreja tem autoridade para se pronunciar em questões políticas
É muito comum entre nós ouvir frases como esta: “Política é uma coisa Religião é outra”. “A igreja cuida da religião que nós, civis políticos, cuidamos da política”. E sustentando semelhante tese muitos se julgam católicos esclarecidos. Tal idéia, porém, não é tão clara e certa como se supõe, e seus defensores estão precisando de alguns esclarecimentos: A POLÍTICA E A MORAL – Política e Religião são coisas diferentes, ninguém duvida. Política, como definem os manuais, é a ciência que ensina a governar os povos. Ao passo que a Religião é a virtude que inclina o homem a prestar a Deus e às coisas de Deus o culto devido. As duas encaram o mundo e os problemas do homem sob um ponto de vista diferente. Outra questão, porém é saber se uma pode sempre separar-se da outra. Se a política não tem nenhuma satisfação a dar à religião. Se a autoridade da igreja – guarda da religião – Não se estende também sobre o campo da política. E aqui é que precisamos de um primeiro esclarecimento. Vamos distinguir, bem as coisas. Quando se trata em política, de questões puramente técnicas de governo e administração, questões de métodos e programas – tudo isso é da competência própria dos políticos e administradores. A Igreja, como

sociedade espiritual, não recebeu de Cristo a missão de ensinar aos chefes políticos o melhor modo de conduzir uma campanha eleitoral, por exemplo, ou a fórmula infalível para promover a política do café, do petróleo e do algodão... Isto é assunto para os técnicos da especialidade. O que não impede, contudo, uma eventual colaboração também neste terreno, entre o governo e as autoridades Eclesiásticas. Como não impede que um padre ou um bispo dê como particular, sua opinião técnica sobre tais problemas – contanto que tenha competência para isto. Acontece, porém, que a política não é simplesmente uma questão de método e de técnica de maior ou menor eficiência. Como arte e ciência que ensina o governo de homens livres e racionais por outros homens livremente escolhido pelos primeiros – ela faz parte da Ética ou Moral a cujas normas e princípios está sujeita. Ao tomar qualquer iniciativa de ordem política ou administrativa, a primeira coisa que um homem público tem a perguntar-se não é se tal ou tal método e ação são eficientes ou não – mas sim: se é legítimo, justo, apto a promover o bem moral e espiritual de todos, se é concorde com as leis de Deus e da natureza. Em outros termos: se é moral ou imoral. E para um político e administrador católico a questão se põe em termos bem mais definidos: trata-se de saber se o seu programa confere ou não com a doutrina e as leis da Igreja.

E sobre esse aspecto moral das questões políticas, a Igreja já tem autoridade para pronunciar-se. Sobretudo se considera que os problemas de ordem moral estão sempre intimamente ligados aos interesses imediatos da religião. Em semelhante caso a política atinge o altar como diz Pio XII, caindo assim por via indireta, sob a autoridade e jurisdição da Igreja no que se refere estritamente aos princípios morais e religiosos.

Por aí se compreende como a Igreja tem o direito e mesmo o dever de pronunciar-se e ditar normas em questões de suma gravidade como: o problema do divórcio, da escola livre, do jogo, da reforma agrária e do reatamento de relações com os países comunistas quando estão claramente em jogo os interesses da moral e da religião (O JORNAL DE MARINGÁ, 28 de agosto de 1958, p. 2).

O alcance da coluna na formação dos habitantes da cidade de Maringá abarca a predominância da religião católica na cidade e a consolidação de um pensamento de manutenção da ordem pública. Adepto do pensamento conservador *O Jornal de Maringá* inscrevia em suas páginas a gênese do pensamento católico anticomunista na cidade e na região, subsidiando a luta da Igreja Católica contra seu “inimigo vermelho”, como uma luta da sociedade.

Essa formalização vinha acompanhada de ações reacionárias e, sobretudo, da imposição do poder do alto clero local nas tomadas de decisões políticas, e concebidas socialmente como naturais e, em muitos momentos, bem-vindas. Tais constatações indicam que a imprensa deve ser entendida como expressão das contradições sociais que se constroem historicamente.

Educação e imprensa sugerem, a princípio, uma relação simples, mas, tomados como momentos da história dos homens, revelam-se como unidades que possibilitam a análise do poder que expressa os interesses das diversas facções sociais em luta, sejam elas questões políticas, religiosas, econômicas ou educacionais.

Não se pode pensar em educação sem antes considerar sua ação como um processo de não neutralidade, ou seja, em toda e qualquer atitude educativa institucionalizada ou não, há uma intencionalidade e, de certo modo, responde direta ou indiretamente ao seguinte questionamento: Que tipo de homem se pretende formar?

O debate veiculado nas páginas d'*O Jornal de Maringá*, que expressava o pensamento religioso em predomínio na cidade, trazia essa preocupação, ou seja, o conteúdo dos artigos apresentados declarava o posicionamento considerado aceito e inquestionável por meio do qual se buscava engendrar determinados conhecimentos que influenciassem na formação da identidade do cidadão e da ordem social. O artigo publicado na coluna *Por um Mundo Melhor*, escrito pelo padre Antonio Botelho reforça:

REFORMEMOS O HOMEM: 'A primeira base da sociedade é o homem. A primeira reforma de base deve ser a reforma do homem. Isto vale para todos: Presidente, governadores, prefeitos [...] Dentro de cada homem há um animal, um homem e um Cristão. O animal segue os instintos, o homem segue a razão e o Cristão segue a fé. Só haverá harmonia no homem (e assim na sociedade) quando dentro dele o animal obedecer ao homem, e o homem obedecer a Deus' (O JORNAL DE MARINGÁ, 18 de setembro de 1962, p. 2).

O conteúdo dessa coluna revela uma outra questão, por sua vez implícita aos acontecimentos da história política brasileira, iniciados em fins de 1950. Nesse período, a Igreja Católica decidiu pela colaboração e apoio à instauração de um regime militar. Posteriormente, adotou certo distanciamento, durante a década de 1970 e, por ações contrárias ao regime, nos anos de 1980. No entanto, o elo de comunicação entre os dois lados nunca se desfez em diferentes regiões do país, por meio de seus diferentes representantes e instrumentos. No caso de Maringá, o bispo D. Jaime Luiz Coelho foi um dos principais representantes desse movimento. Seu discurso anticomunista esteve sempre presente nas páginas do jornal em questão, e seguia uma orientação que não advinha somente do clero nacional, mas da Santa

Sé em campanha contra os comunistas que rejeitavam qualquer ligação com a Igreja.

2.3 *O Jornal de Maringá* e o Desenvolvimento da Cidade

Com o objetivo de contextualizar a atuação do periódico *O Jornal de Maringá*, realizar-se-á nesta parte do trabalho um breve histórico da cidade e da atuação do jornal no seu desenvolvimento.

A cidade de Maringá está localizada na região Noroeste do estado do Paraná. De acordo com a última atualização populacional, realizada em 01 de abril de 2007, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Maringá ocupa o terceiro lugar no estado, com 325.968 habitantes.

Conforme considerações realizadas por Figueiredo (2005) em sua tese de doutoramento, não é possível realizar a análise de determinada região do país de forma desvinculada dos processos mais amplos que ocorreram no Brasil e no exterior. Assim, percebe-se que a localização da cidade de Maringá favoreceu sua integração junto ao plano de desenvolvimento nacional, em principal, pela sua proximidade com o estado de São Paulo.

Poucas regiões do país se assemelham, em termos de povoamento e ocupação, ao ocorrido no norte paranaense. A divisão e comércio de terras e o planejamento e fundação das cidades tiveram como base a política de monocultura: o café. “Municípios mais antigos, compreendendo vastíssimas áreas de terra roxa, passaram pela mais completa estratificação, sofrendo desmembramentos sucessíveis e se transformando numa verdadeira série de outros centros urbanos, dentre os quais Maringá” (FERREIRA, 1996, p. 430).

Desde o final do século XIX, o cultivo do café atingiu projeção significativa na economia mundial, sendo o principal produto de exportação brasileira até a segunda década do século XX. A agricultura constituiu-se a atividade econômica que mais influenciou no estabelecimento das cidades brasileiras. Com a região Norte do Paraná, onde Maringá está localizada, não se deu de modo diferente. Com uma área estimada em mais de 300.000 alqueires de terra consideradas ideais para o cultivo do café, a região recebia pessoas que aqui se instalaram para o cultivo da agricultura.

Com o objetivo de desbravar solos férteis para o cultivo do café, fazendeiros oriundos de São Paulo e Minas Gerais iniciaram, no começo do século XX, a colonização do Norte do estado do Paraná. Estima-se que a região começou a ser desbravada e povoada por volta de 1925, após a construção da estrada de ferro que ligava a cidade paulista de Ourinhos a Cambará, no Paraná.

A ocupação parcial da região Norte do Paraná deu-se de modo sistematizado por meio de companhias como a Brasil *Tokushoku Kaisha* (BRATAc); a *Nambeï Tochikushiri*; a Colonizadora Vale do Ivaí Ltda; e a empresa colonizadora britânica Paraná Plantations Company. De acordo com Endlich e Moro (2003) esta última, por meio de sua subsidiária, a Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), detinha 515.000 alqueires que compreendiam solos da região do estado de São Paulo e do Norte do Paraná.

Por meio das companhias de terra, os ingleses realizavam no país e na região a política da rapinagem, ou seja, “agiam igual aos trustes: por não ter entranhas sugava o país subdesenvolvido de forma espoliadora, carreando divisas, transferindo lucros, a título de investimento, castigando tremendamente o governo” (VIEIRA, 1999, p. 190).

No início da segunda guerra mundial (1939), por motivos de segurança, o governo brasileiro proibiu a propriedade estrangeira de terras brasileiras, então um grupo de empresários brasileiros adquiriu a Companhia Paraná *Plantations*, que passou a ser denominada CMNP (ENDLICH; MORO, 2003).

De acordo com José Hilário (1985), após a aquisição da CMNP pelo grupo brasileiro, houve uma mudança nos planos de colonização, que passou a objetivar o lançamento de uma cidade no centro da área primitiva e, para tanto, foram adquiridos mais 30.000 alqueires de terra.

Com um grupo de brasileiros à frente da Companhia, novas estratégias foram adotadas. Os próprios fazendeiros passaram a diversificar as atividades, a investir na pecuária, na lavoura, na agroindústria e, conseqüentemente, nos avanços tecnológicos. A mudança do perfil agrícola não demorou a acontecer, o que despertou o interesse de agricultores de toda a parte do país. Ao falar sobre a importância da CMNP para a cidade de Maringá, Vieira assim se manifesta:

A CMNP abriu novos horizontes para o Norte do Paraná. A Cidade Canção, em particular, crua e sem autonomia política, foi polarizando

as atenções dos jacus (homens e mulheres, heróis anônimos, enfocados na história com absoluta fidelidade), das imediações que começaram a perceber que o sonho de ficarem ricos com o ouro verde estava cada dia mais perto da mão (VIEIRA, 1999, p. 195).

A partir das contribuições de Oswaldo Reis (1996), constatou-se que a colonização da cidade de Maringá foi norteadas a partir de três princípios básicos, a saber: a construção de um eixo rodoferroviário para favorecer a entrada e a saída dos grãos produzidos; assentamento de núcleos básicos de colonização.

Analisar o surgimento da cidade de Maringá nos remete ao contexto histórico da colonização brasileira, o que é possível ao realizar um paralelo entre a origem da cidade de Maringá e outras cidades do Brasil cujo surgimento de núcleos urbanos foi subsidiado pela agricultura. As primeiras cidades são, na verdade, “fortalezas que mais tarde podem, ou não, se constituírem no coração da nova urbe, através do povoamento que se faz pelo advento de aderentes em busca de segurança e proteção” (FIGUEIREDO, 2005, p. 96).

Antenor Sanches, um dos articulistas do jornal, assim registrou sua visão sobre a colonização da região:

No princípio de Maringá, havia o céu e a selva, cobrindo a terra roxa, fertilíssima desta dadivosa região. As ruas e avenidas foram abertas com machado, foices e enxadões. Surgiram então casas de madeira e barracões improvisados, bem como ranchos de lascas de palmitos cobertas de tabuinhas, na zona rural. Os primeiros habitantes foram se instalando, apalpando o terreno e buscando o repouso de suas audaciosas esperanças. As avenidas da futura cidade ostentavam enormes troncos de peroba e outras árvores nativas semi-queimadas e as ruas cheias de buracos, lembravam uma povoação abandonada. Entretanto, caminhões vinham cheios de mudanças todos os dias, trazendo destemidos pioneiros com sonhos e esperanças (SANCHES, 2006, p. 16).

Contratado pela CMNP, o urbanista Jorge Macedo Vieira (1894-1978) realizou, em 1943, o projeto da cidade que foi planejada para ser um grande pólo regional em razão das condições naturais favoráveis ao seu povoamento, entre as quais se destacam a localização, o clima, com verões quentes e úmidos, a horizontalidade e a fertilidade do solo próprio para o cultivo do café. A vegetação da região se fez presente no projeto inicial que previa a conservação de mata nativa em reservas que foram transformadas em bosques e parques, com destaque o Parque do Ingá, com 47,3 hectares; Bosque II, com 54,9 hectares, e o Horto Florestal, com

36,8 hectares. Do contexto ideológico que caracterizou o próprio desenvolvimento da cidade, ressalta-se que tais áreas de lazer estão localizadas na região central da cidade, o que indica a elitização do espaço verde.

Outro fator preponderante em relação ao desenvolvimento da cidade foi a continuidade da construção da estrada de ferro incorporada pelo governo federal em 1944 para se estender até a cidade de Guaíra e formar o eixo ferroviário paranaense.

O projeto original de Maringá estabelecia como referência e geratriz o eixo da estrada de ferro; a ferrovia descrevia um arco no sentido leste-oeste e a cidade o acompanhava. De fato, até a década de 60 a ocupação urbana deu-se com maior intensidade na área mais próxima à ferrovia. Nesse período ocorreu também o loteamento de áreas fora do perímetro urbano, induzindo o crescimento da cidade para a região norte (ANGELIS, 2000, p. 16).

É necessário considerar que outros fatores contribuíram para a edificação da cidade. Neste sentido, Padis (1981) salienta como fatores preponderantes a situação da economia no contexto internacional após a crise de 1929, a evolução da cafeicultura paulista nesse período e o surto da industrialização de São Paulo a partir da década de 1930. Na análise do autor, os fatores geográficos, econômicos e históricos foram cruciais na formação da região norte do estado do Paraná.

O nome da cidade foi inspirado na música composta por Joubert de Carvalho (1900-1977), “Maringá”, de 1931. A canção retrata o drama da seca no Nordeste brasileiro, fato que era notícia nos jornais do país. A música popular à época era entoada pelas pessoas que trabalhavam no desbravamento da mata. Segundo uma das versões correntes na história da cidade, o nome foi sugerido por Elizabeth Thomas, esposa de Arthur Thomas, um dos diretores da CTNP.

A cidade de Maringá é também conhecida como *Cidade Canção*. Tal cognome se deu quando, em 1962, na gestão do prefeito João Paulino Vieira Filho, o então secretário de administração, Antenor Sanches, recebeu uma carta de uma estudante mineira que solicitava dados estatísticos sobre a cidade, e que dizia “quero conhecer melhor a cidade que nasceu de uma canção” (SANCHES, 2006, p. 11).

A partir de então, Sanches, que era colunista do *O Jornal de Maringá*, iniciou uma campanha para que fosse adotado o cognome de *Cidade Canção*. Com os

apelos diários no jornal e na rádio, a campanha tomou os quatro cantos da cidade e obteve a aprovação da população. Vale ressaltar que o cognome Cidade Canção foi oficializado em 2002, pela Lei nº 5.945, de autoria do então vereador João Batista Beltrame, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

A data da fundação de Maringá é 10 de maio de 1947, quando foi elevada à categoria de distrito da cidade de Mandaguari. No ano de 1948, em razão do expressivo crescimento do distrito, criou-se em Maringá a Subprefeitura. E, finalmente, em 14 de novembro de 1951, o município de Maringá foi criado pela lei nº 790.

Entre os anos de 1940 e 1960, observou-se um intenso movimento migratório de brasileiros de diferentes regiões do país para a região norte do estado do Paraná. Na época de sua fundação (1947), Maringá tinha uma área de 41.280 alqueires. A área urbana era constituída por 600 alqueires. Nesse período, pertencia à cidade os patrimônios de Paiçandu, Iguatemi, Água Boa, Ivatuba, Doutor Camargo, Floriano e Marilá. Com os desmembramentos ocorridos, somente Floriano e Iguatemi permaneceram como distritos da Maringá, que teve sua área territorial reduzida para 19.548 alqueires (HILÁRIO, 1985).

Foi na década de 1950 e início da década de 1960, que o estado do Paraná se configurou como um dos principais produtores de café do país. Nesse período a cafeicultura contribuiu para a fixação das famílias na zona rural e inscreveu o estado no circuito capitalista mundial:

A leitura geográfica e histórica do Norte-paranaense, tendo como referência econômica o café, não deve ficar restrita ao contexto local e regional. Este espaço explica-se, a partir de então, pelo contexto econômico internacional. A divisão internacional do trabalho da época compreendia a venda da produção agropecuária e de minerais, pelos países subdesenvolvidos que deveriam comprar produtos industrializados dos países desenvolvidos. A produção de café, na região, era direcionada à exportação, fazendo com que as rotas portuárias fossem fundamentais: primeiramente Santos e depois Paranaguá. Assim a produção desse espaço está relacionada ora direta, ora indiretamente às oscilações do mercado internacional (ENDLICH; MORO, 2003, p.12)

A cultura do café foi importante para a cidade de Maringá, sobretudo na fase inicial de seu povoamento. Uma vez que se evidencia a conjuntura favorável em que

ocorreram o seu desbravamento e a incorporação de suas terras à economia paranaense e nacional, a produção cafeeira ocupa um lugar especial (LUZ, 1997).

Os primeiros profissionais que se instalaram na cidade contavam, muitas vezes, somente com o saber prático, sem a devida formação profissional. Um exemplo que se pode citar é o da odontologia, que, no final da década de 1940, encontrava-se em estágio embrionário (SCHIAVONE, 2000).

Com o surgimento da primeira rede elétrica, em 1950, e com a elevação à categoria de município, em 1951, Maringá tornou-se um pólo de profissionais recém-formados, especialmente, na área médica.

Não obstante as dificuldades estruturais da nova cidade nas diversas áreas, a educação apresentava um quadro estrutural mínimo, desprovido de espaço físico e de corpo docente qualificado, pois

O que se tinha, era o improviso dos primeiros habitantes que organizavam aulas em suas próprias casas, pagando aqueles que possuísem algum conhecimento, para que ministrassem aulas, que basicamente consistiam no estudo das quatro operações e na escrita do próprio nome. Contudo, era um modelo de instrução informal ao encargo de pessoas leigas e com pouca escolarização (SCHAFFRATH, 2006, p. 11).

Com o objetivo de suprir as necessidades educacionais da época, passou a funcionar, em 1946, a primeira Casa Escolar de Maringá, estruturada por alguns líderes locais após algumas reivindicações junto ao prefeito de Mandaguari. Este enviou a Maringá a professora Dirce de Aguiar Maia, que morava na cidade de Cambé, para estruturar o ensino formal no distrito. No entanto, a institucionalização do ensino formal na cidade não se deu modo tão simples. Para a abertura da Casa Escolar de Maringá, o prefeito exigiu que pelo menos 40 crianças fossem matriculadas. De acordo com Schaffrath (2006), havia número suficiente de alunos, entretanto, foi necessário um trabalho de convencimento das famílias para enviarem os filhos à escola e deixarem os afazeres no campo.

Em agosto de 1947, essa Casa Escolar passou por algumas mudanças na nomenclatura. Com o decorrer dos anos, foi transformada em Escola Isolada do Maringá Velho pelo então prefeito municipal de Mandaguari, Décio Medeiros Pullin. Em 1948, passou a ser denominada de Grupo Escolar Visconde de Nácar (LUZ, 1997).

A propósito desse contexto, France Luz (1997) e Marlete A. Schaffrath (2006) afirmam que, em 1948, foi criada a 2ª escola pública de Maringá, Grupo Escolar do Maringá Novo (mais tarde denominado Grupo Escolar Dr. Oswaldo Cruz). A CMNP contribuiu para a construção deste estabelecimento. Outros grupos escolares foram instalados tanto na região central quanto nos bairros entre os anos de 1948 e 1950.

Na década de 1950, na primeira gestão administrativa da cidade com o prefeito Inocente Villanova Junior, foram construídas dezoito escolas. Nesse período, houve a instalação de alguns estabelecimentos de ensino médio, tais como: o Ginásio Estadual, o Ginásio Santa Cruz (Instituição Católica, sob a direção das Irmãs Carmelitas, o primeiro colégio privado da cidade e que atendia os filhos dos comerciantes e proprietários de terra), a Escola Normal Secundária Amaral Fontoura; a Escola Normal Regional Eduardo Claparède e o Ginásio Maringá. Este foi inaugurado em 27 de setembro de 1952 e adquirido em 1954 pela Mitra Diocesana de Jacarezinho, a qual Maringá pertencia. D. Jaime Luiz Coelho, logo que assumiu a direção da nova diocese, solicitou ao papa que os Irmãos Maristas assumissem o Ginásio Maringá, o que ocorreu em 1957 (LUZ, 1997).

O sistema educacional foi lentamente implantado na cidade de Maringá, encontrando enormes dificuldades tanto de ordem material como de recursos humanos. Não havia profissionais capacitados para atuarem na rede municipal e, por esta razão, os professores que aceitavam exercer tal função raramente possuíam formação ginasial, muitas vezes só primária, e até mesmo sem o curso primário completo. Era comum jovens com apenas 13, 14 anos assumirem aulas na rede municipal por falta de professores disponíveis.

De acordo com Schaffrath (2006), os professores recebiam o pagamento pelo trabalho realizado na Coletoria Estadual de Apucarana, porém, em gradativo, foram supridas pela rede estadual, sem concurso público e dependiam das influências políticas. A instabilidade profissional dos professores e as péssimas condições de trabalho provenientes do descaso político eram assuntos discutidos pelo *O Jornal de Maringá*

Ensino e política – Ivens Lagoano Pacheco

Praticamente ontem, depois da realização dos exames nas escolas públicas do município, foi encerrado o ano letivo. Foi um ano tremendamente ruim para a professora municipal que acabou tendo como pagamento de seus esforços, uma demissão.

O ensino no município de Maringá vem sentindo a força estranha de elementos que parecem se comprazerem em criar embaraço para

ele, de maneira a que todos vejam que não só outros setores vivem em função de uma desorganização que já não é mais possível reclamar e lamentar.

Façamos uma pequena excursão pelo ensino da Comuna: O ginásio Maringá é de propriedade privada e hoje muito bem dirigido. Não depende diretamente do auxílio do governo e tudo marcha sem tropeços.

O ginásio Municipal de Maringá principiou que não tinha prédio para se instalar. Foi preciso que o grupo escolar mandado fazer no governo Lupion e não terminado no atual, sofresse rápidas adaptações para que fosse possível acolher os alunos e ainda falta muito para seja completo. Apesar de possuir um corpo docente excelente, o Ginásio Municipal de Maringá, sofre a influência da situação caótica que vive o município: seus professores não são pagos e como tal por melhor que ministrem o que sabem, devem deixar transparecer nas suas aulas, aquilo que lhe vai na alma (O JORNAL DE MARINGÁ, 01 de dezembro de 1954, p. 3).

No mesmo artigo, Pacheco retrata as condições precárias apresentadas pelo quadro educacional e denuncia o descaso das autoridades políticas da época:

O Grupo Escolar do Maringá Novo, abriga cerca de 1500 crianças, com 53 professoras, é o maior exemplo de descaso, da vergonha e da repulsa que se deve dar a um governo. Abrigando aquela pequena multidão de alunos num galpão velho, sem o menor requisito pedagógico, sem vidraças, sem instalações sanitárias, com uma deficiência de tudo, àquelas educadoras fazem esforços de gigante, para poderem ao menos ensinarem em um lugar limpo. Nem isso elas conseguem!

Como se tudo fosse pouco, ainda Há a falta de pagamento para aquelas que são do município.

No Maringá velho, mãos criminosas tocaram fogo no grupo escolar. O inquérito deu em água de barrela e aquele estabelecimento funcionou em um barracão de depósito de cereais, hoje por favor, está em outro local.

O 2º Grupo Escolar, do Maringá Novo, diante do espírito de sacrifício, sempre das professoras, está alojado em uma casa que foi simplesmente adaptada.

Se fizermos a conta aproximada em números redondos dos alunos dessas escolas veremos: Ginásio Municipal: 350. Grupo Escolar do Maringá Novo: 1.500. 2º Grupo Escolar do Maringá Novo 300. Grupo Escolar do Maringá Velho: 300.

Pelos dados acima é fácil verificar que são 2.450 crianças que recebem instrução primária e secundária, lutando com a falta de todos os recursos, vivendo uma verdadeira odisséia para poder aprender. Isso como é muito natural, levando em conta que o Brasil não é um país de analfabetos... porque se fosse cuidaria melhor da questão do ensino e se daria ao educando e a quem educa o necessário para que um aprenda e o outro ensine (O JORNAL DE MARINGÁ, 01 de dezembro de 1954, p. 3).

A descrição realizada por Pacheco (1954) se deu durante a gestão de Inocente Villanova Junior, primeiro prefeito da cidade. A situação agravou-se ainda mais e o descaso foi total após a vitória de Américo Dias Ferraz em 1956. Nesse período havia na cidade 82 escolas primárias, entre municipais e estaduais, onde lecionavam 310 professoras (LUZ, 1997). As escolas foram abandonadas e os professores relegados à própria sorte, tanto na questão salarial quanto na pedagógica.

Em razão do acelerado crescimento da cidade, apesar das dificuldades encontradas, a educação escolar foi gradativamente institucionalizada e formalizada com a instalação da Inspetoria Municipal, que realizava um trabalho conjunto com a Inspetoria Estadual anteriormente instalada na cidade.

No ano de 1956, após esforço pessoal do então promotor público, João Paulino Vieira Filho junto ao governador do estado do Paraná, Moisés Lupion de Tróia (1908-1991), foram criadas as Escolas Regional e Normal Secundário que ofereciam cursos específicos para a formação de docentes (SCHAFFRATH, 2006).

É importante enfatizar que a educação em Maringá teve sua consolidação em resposta às demandas da sociedade, devido ao rápido desenvolvimento da cidade, porém, é inegável que este movimento atendeu ao apelo nacional de democratização do ensino público.

Num contexto de busca por representatividade política, destacou-se a atuação d'*O Jornal* e da Rádio Cultura na organização de uma campanha articulada pelo colunista Mario Clapier Urbinati, iniciada em 22 de outubro de 1955, com o intuito de conseguir lâmpadas para iluminar a cidade:

Campanha da lâmpada (organizada pela Rádio Cultura e O Jornal)
Recebemos e já foram tomadas as devidas providências para a colocação das lâmpadas ofertadas para a “Campanha da Lâmpada”, nos seguintes lugares e pelas as seguintes pessoas: uma lâmpada em frente a residência do Sr. Agostinho Brene, na avenida das Indústrias, Vila Sete, de oferecimento de Osvino Pauli. Uma lâmpada na avenida Brasil, praça Rocha Pombo, oferecimento do Posto Texaco. Duas lâmpadas na avenida Herval, esquina com a avenida Tiradentes. Duas lâmpadas doadas pelo Banco da Lavoura e Comércio do Paraná para serem colocadas em frente aos prédios 4367 e 4399 na avenida Brasil. Na medida que forem aparecendo novas contribuições iremos publicando-as (O JORNAL, 25 de outubro de 1955, p. 3).

A década de 1950 foi marcada pela acirrada influência do imperialismo americano junto aos países em fase de industrialização, como era o caso do Brasil. N'O *Jornal de Maringá* esta influência era apresentada com frequência, retratada por meio de notícias internacionais que faziam apologia ao poder do imperialismo americano:

Os Estados Unidos Cumprirão todos os seus compromissos –
Ministro dos Estados Unidos prega a paz mundial
(Washington, 3, j.) O sr, Jonh Foster Dules, Ministro da defesa dos Estados Unidos, falando a propósito da Conferência dos Ministros da Economia, no Brasil, em Quitandinha, declarou que os Estados Unidos cumprirão todos os compromissos que foram assumidos em nome do seu país e que, no seu modo de entender, um dos fatos que mais lhe chamou a atenção nessa conferência, foi a determinação dos países sulamericanos de se suprirem a si mesmo (O JORNAL DE MARINGÁ, 04 de janeiro de 1955).

A partir de 1953, a queda de temperatura e as geadas frequentes causaram a quase extinção do cultivo do café, atividade agrícola que sustentou durante décadas a região norte-paranaense e estruturou a economia da cidade. No norte do Paraná, a maior crise econômica ocorreu após a chamada “Geada Negra”, que aconteceu em 1975, que devastou as plantações de Maringá e região.

Antes mesmo das geadas preocuparem os agricultores, observou-se que o jornal apresentava o cultivo da soja como nova alternativa, porém, dependente da economia americana.

Para o nosso país vale a soja mais ainda que pelos Estados Unidos, pois não possuímos em abundância como eles alimentos ricos em proteínas. Contém a soja três vezes mais proteínas que a carne e a farinha de soja contém muito mais cálcio. Isso para um país como o nosso onde o problema da nutrição tem cores bastante grave é uma opção inquestionável.
O plantio de soja portanto, deve ser incrementado no Brasil e principalmente nos estados do sul como São Paulo, Santa Catarina e Paraná, cujo solo presta-se excelentemente para esse feijão (O JORNAL, 10 de novembro de 1955, p. 3).

Uma vez superada a fase de “dependência quase exclusiva da economia agrária” (LUZ, 1997, p. 202), Maringá se consolidou como importante pólo regional. Assim, a ocupação da “Cidade Canção” se desenvolveu integrada ao conjunto do desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil.

Como uma tentativa de superar os conflitos sociais, cabe lembrar que a Igreja Católica se fez representar nos espaços específicos e também, de modo sutil, nas principais colunas que compunham o jornal e dialogava com os leitores sobre temas que direcionaram os rumos da cidade: religião, política, economia e educação.

3 O JORNAL DE MARINGÁ E A IGREJA CATÓLICA NA CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO MARINGAENSE

“O Jornal de Maringá foi um marco cultural, pois a cidade crescia e precisava de um meio de comunicação que ratificasse a cultura da Cidade Canção”.

Antenor Sanches, colaborador d'O Jornal de Maringá.

3.1 O Magistério da Igreja Católica e a Imprensa

Esta parte do trabalho realiza o estudo da utilização da imprensa pela Igreja Católica, como instrumento de ação pastoral. A análise dos artigos vinculados à Igreja Católica e publicados n'O *Jornal de Maringá* acarreta a necessidade de relacioná-los ao âmbito da comunicação social empreendida pela Igreja, na medida em que as ações exercidas por ela localmente estão profundamente imbricadas com os eventos e discussões apresentadas pelo contexto universal da própria Igreja.

O Concílio Vaticano II (CVII) realizado entre o período de 1962 a 1965, que foi considerado um evento de magnitude na história da Igreja Católica, será tomado como marco para a presente análise. Para avançar na discussão utilizam-se também os estudos e decisões da Igreja Católica na América Latina pautadas na II e III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. A primeira foi realizada em Medellín, na Colômbia, de 25 de agosto a 6 de setembro de 1968; e a segunda, realizada em Puebla de Los Angeles, no México, no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. Ambas convocadas pelo papa, a pedido do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM)⁵.

Contudo, deve-se considerar também, que outros eventos foram realizados pela Igreja Católica com o intuito de apresentar aos fiéis orientações sobre os meios de comunicação. Tais eventos demonstram que a preocupação com a utilização dos meios de comunicação social na instituição não é recente, conforme informações anexadas (ANEXO L).

Com o intuito de contextualizar o posicionamento da Igreja Católica a respeito dos meios de comunicação social será realizada uma análise dos principais documentos da Igreja Católica sobre o assunto.

⁵ O Conselho Episcopal Latino – Americano (CELAM) – é um órgão da Igreja Católica cuja criação se deu em 1955 pelo papa Pio XII, conforme pedido dos bispos da América Latina e do Caribe.

O papa Pio XI (Ambrogio Damiano Achille Ratti, 1857-1939), que exerceu o pontificado de 1922 a 1939, exarou, em 29 de junho de 1936, a Encíclica *Vigilante Cura*, cujo tema *A importância do cinema, necessidade da vigilância, a produção, a distribuição e o consumo*, pautou-se pela crítica aos diretores da indústria cinematográfica que, segundo a Igreja Católica, reproduzia nas telas do cinema valores nocivos à moral.

Teixeira (1983), se refere a essa encíclica como um marco, pois, inaugurou na Igreja uma fase na qual os meios de comunicação social deixaram de ser vistos como uma realidade externa. A importância da encíclica está no envolvimento inédito de toda a hierarquia católica nos problemas que envolviam os meios de comunicação.

É importante também, salientar que a *Vigilante Cura* estabeleceu alguns segmentos que passaram a orientar e coordenar a Igreja como a Organização Católica Internacional de Cinema (OCIC). Essa organização atuou na organização dos comunicadores cristãos da América Latina e auxiliou na fundação de editoras, revistas, jornais e rádios.

No papado de Pio XII, a Igreja aprofundou suas reflexões sobre as relações sociais e sobre o papel da informação na construção da opinião pública. Em 8 de setembro de 1957, foi divulgada a encíclica *Miranda Prorsus (MP)*, que representou a primeira grande síntese da doutrina da Igreja Católica sobre a comunicação social. Puntel (1994), afirma que no documento a Igreja Católica reconhece os avanços tecnológicos na comunicação como resultado do talento humano possibilitado por Deus. Nele, são definidas as regras que devem guiar as atividades de todas as pessoas envolvidas com o cinema, rádio e televisão, com o objetivo de proteger a integridade da moral cristã em todos os países:

De acordo com Pio XII, os organismos nacionais deveriam contribuir para esclarecer e educar as pessoas, especialmente quanto aos filmes ajudando-as a exercer a responsabilidade cristã na produção e na distribuição desses filmes, e preparando listas para indicar quais produções estão de acordo com os juízos morais católicos. Ao mesmo tempo, a Igreja exerceria seu poder, ampliando sua vigilância sobre o rádio e a televisão, prevenindo o povo contra os perigos dos meios de comunicação e recomendando as precauções que deveriam ser tomadas frente às novas formas de comunicação (PUNTEL, 1994, p. 41).

Caracterizada como uma “advertência pastoral”, a encíclica MP condena o uso da comunicação apenas para fins políticos e econômicos, enfatiza a formação crítica dos espectadores e advoga para a Igreja o papel de estimular o uso das telecomunicações em favor do desenvolvimento da cultura e dos valores espirituais.

O papa João XXIII (Angelo Giuseppe Roncalli, 1881-1963), papa de 1958 a 1963, é considerado o papa do CVII, uma vez que o evento por ele convocado teve o objetivo pastoral de explicar os dogmas católicos ao mundo moderno e atualizar o magistério da Igreja.

Em relação à comunicação, o papa João XXIII não escreveu documentos tão importantes como os de seus antecessores, mas, pronunciou-se em muitas situações sobre o tema e instituiu a Comissão Pontifícia, hoje denominada Comissão Pontifícia para as Comunicações Sociais.

O CVII é considerado o maior acontecimento eclesial do século XX. Foi o vigésimo primeiro Concílio Ecumênico da Igreja Católica, motivado pelo contexto histórico da época, marcado por mudanças sociais, culturais e econômicas do pós-guerra. Foi iniciado pelo papa João XXIII, em 11 de outubro de 1962, e concluído em 8 de dezembro de 1965, no papado de Paulo VI (Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini, 1897-1978).

A fundação da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) no ano de 1952, cujo principal articulador, D. Hélder Câmara (1909-1999), Arcebispo de Olinda e de Recife, de certo modo antecipou algumas decisões do CVII.

No Concílio, D. Hélder Câmara, então secretário da CNBB, assumiu importante papel ao priorizar as articulações e defender a necessidade de reforma e de abertura da Igreja para o problema da miséria no mundo. De acordo com Araújo (2002), a participação dos bispos brasileiros se deu de modo significativo. O Brasil foi representado por 194 bispos, dentre eles D. Jaime Luiz Coelho, que meses antes do início do evento mantinha os fiéis informados sobre tão importante fato pelas páginas d’*O Jornal de Maringá*

O CONCÍLIO E O REINO DE DEUS: Falando sobre a relação entre a Igreja e a sociedade civil o Papa João XXIII afirmou que vivemos em um mundo político novo e um dos direitos que a Igreja não deve renunciar é a liberdade religiosa.

O que é? É uma assembléia universal de pastores e doutores da Igreja Católica. Ecumênica quer dizer universal.
Quem o convoca? O Papa.

Quem são os convocados? Cardeais, Arcebispos, Bispos, e os previstos no código de direito canônico (CANON 223).

Qual é o local? Vaticano (sede do papado em Roma). Por isso será chamado C. Vaticano II, já houve outro em 1870 – Papa Pio IX.

Qual a finalidade? Tratar de tudo o que se refere à fé, moral, doutrina, disciplina, costume, de modo que a Igreja seja sempre renovada.

30/10 – Redação: Pe. Benedito Vieira Teles. O concílio Vaticano II é o maior acontecimento católico do século (*O JORNAL DE MARINGÁ*, 22 de setembro de 1961, p. 2).

No período em que esteve ausente da cidade em razão do CVII, D. Jaime se fazia lembrar pelos articulistas do jornal que justificavam frequentemente a ausência dos artigos no periódico.

Ao discorrerem sobre a importância do CVII, Gonçalves e Bombanatto assim se pronunciavam:

Esse evento acolheu um contexto de renovação teológica e eclesial provenientes de várias décadas e sistematizou conteúdos fundamentais que proporcionaram a vivência de um novo espírito da Igreja em suas estruturas internas, em sua relação com o mundo e em sua visão teológica e antropológica. Isso está demonstrado no desenvolvimento dinâmico de todos os períodos do Concílio e na repercussão que ele teve após o seu término. Do Concílio emergiram estruturas eclesiais, tais como: os sínodos extraordinários e os diversos conselhos das igrejas locais; uma ministerialidade eclesial mais aberta e laical tanto no nível ad extra da Igreja; maior comprometimento com os pobres – particularmente da América Latina, na África e na Ásia; um diálogo aberto com as ciências humanas e as ciências da vida; maior compromisso com a unidade dos cristãos e com o diálogo com as religiões não-cristãs; e maior inserção na cultura contemporânea, demonstrando o seu grande compromisso com o homem na atualidade (GONÇALVES; BOMBANATTO, 2004, p. 419).

No que diz respeito aos meios de comunicação, o CVII representou um maior avanço na sua aceitação pela Igreja Católica, como instrumento de evangelização.

De acordo com Leonardo Boff (1982), o conceito de autoridade é de fundamental importância para se analisar a relação histórica da Igreja com a comunicação. Segundo o teólogo, a autoridade eclesial assumiu características diferentes ao longo da história e se tornou uma forma centralizada de poder. O CVII trouxe consigo uma forma de autoridade centrada na colegialidade.

Como fruto do CVII, o decreto *Inter Mirifica* (IM) – Sobre os Meios de Comunicação Social – aprovado em 4 de dezembro de 1963, tornou-se um marco

histórico na Igreja Católica, pois foi a primeira vez que um concílio geral da Igreja Católica discutiu a questão da comunicação, conforme consta na apresentação da edição brasileira do Compêndio do Concílio Vaticano II:

Preparado por uma Comissão Preconciliar especial, o primeiro projeto deste documento foi apresentado ao concílio na 25ª Congregação Geral, durante a 1ª Sessão e debatido durante três Congregações Gerais. O esquema contava então com 114 parágrafos e ocupava 40 páginas. Terminados os debates, o texto foi substancialmente aprovado, mas a comissão recebeu o encargo de extrair do projeto os princípios doutrinários essenciais e as diretrizes pastorais mais genéricas, para formulá-lo de modo mais conciso. Um ano depois, na 67ª Congregação Geral (14/11/1963) a Comissão apresentou ao plenário o novo texto, emendado e reduzido (de 40 páginas para 9; de 114 parágrafos para 24) a dois capítulos. Não houve novo debate. Mas o texto recebeu 368 votos modificativos. Timidamente emendado foi reapresentado à 74ª Congregação Geral. Surgiu então forte reação fora da Aula Conciliar, principalmente no ambiente dos jornalistas, que consideravam o texto fraco, vago e indigno de ser um Decreto Conciliar. Na última votação da Congregação Geral recebeu por isso 503 *non placet*, sobre 2112 votantes. Na sessão solene do dia 4/12/1963 conseguiu 1960 *placet* contra 164 votos negativos. E o documento foi aprovado pelo papa Paulo VI e promulgado (VIER, 1982, p. 566).

O Decreto IM assumiu um diferencial em relação aos documentos previamente apresentados pela Igreja Católica. Foi a primeira orientação geral direcionada tanto para o clero quanto para os leigos sobre o uso dos meios de comunicação social. Ele oficializou assim a posição da Igreja Católica sobre o tema.

De acordo com Frederico Vier (1982) o decreto IM constituiu-se no documento do Concílio aprovado com o maior número de votos desfavoráveis. O alto índice de oposição ao decreto é atribuído à publicação simultânea de críticas realizadas por jornalistas de empresas influentes da Europa e dos Estados Unidos.

O legado de maior importância deixado pelo decreto IM consta no capítulo 1 que trata sobre o direito à informação: “Portanto, é intrínseco à sociedade humana o direito à informação naqueles assuntos que interessam aos homens, quer tomado individualmente, quer reunido em sociedade, conforme as condições de cada qual” (INTER MIRIFICA I, 5).

O texto original do *Inter Mirifica* é composto por 24 artigos que compõem o decreto conciliar e estão distribuídos da seguinte forma: o Proêmio, composto por 2

artigos; o capítulo 1, com 10 artigos referentes à doutrina; o capítulo 2, com 10 artigos destinados à ação pastoral e a conclusão, formada por 2 artigos.

O reconhecimento da importância dos meios de comunicação na formação ideológica da sociedade, apresentada no Proêmio, afirma que:

Entre as maravilhosas invenções da técnica que, principalmente nos nossos dias, o engenho humano extraiu, com a ajuda de Deus, das coisas criadas, a santa Igreja acolhe e fomenta aquelas que dizem respeito, antes de mais, ao espírito humano e abriam caminhos para comunicar facilmente notícias, idéias e ordens. Entre estes meios, salientam-se aqueles que, por sua natureza, podem atingir e mover não só cada um dos homens, mas também as multidões e toda a sociedade humana, como a imprensa, o cinema, a rádio, a televisão e outros que, por isso mesmo, podem chamar-se, com toda a razão meios de comunicação social (INTER MIRIFICA, § 1460).

De acordo com Puntel (1994), o decreto IM restringiu seu olhar para o passado e pouco avançou na análise do profissionalismo e da “prática secular” da comunicação de massa. Porém, é preciso considerar os aspectos positivos do documento, tais como o avanço em relação a documentos anteriores, que confere à sociedade o direito à informação (IM5), a escolha livre e pessoal em detrimento da censura (IM9); além de assumir os meios de comunicação social como instrumento fundamental de evangelização e de ter instituído o dia 4 de junho para ser celebrado pela Igreja como Dia Mundial da Comunicação a partir de 1967.

Outro documento significativo sobre os meios de comunicação social, foi a instrução *Communio et Progressio* (CP), de 23 de maio de 1971. Consiste em um documento pastoral da Igreja, escrito pela Comissão Pontifícia para os Meios de Comunicação Social e aprovado pelo papa Paulo VI (1897-1978).

A instrução CP é estruturada em quatro partes. A primeira delas, intitulada *Os Meios de Comunicação Cristã*, apresenta os elementos doutrinários e a estrutura conceitual da abordagem realizada sobre a mídia; a segunda parte, *Os Meios de Comunicação Como Fatores do Progresso Humano*, discute a ação dos meios de comunicação na sociedade e indica as melhores condições para o uso responsável dos meios de comunicação; a terceira parte, *Empenho dos Católicos no Campo dos Meios de Comunicação*, convoca os católicos a contribuírem pelo espírito cristão com o “progresso da humanidade promovido pelos meios de comunicação” (CP 101) e, finalmente, a instrução é concluída com a indicação de linhas gerais de atuação para os católicos baseados na “dignidade do homem e da mulher” (CP 109).

O texto retoma as relações da sociedade com a mídia apresentadas pela instrução IM, que parte das relações do homem com os instrumentos. Considera as particularidades de cada veículo de informação e afirma que a comunicação social é um elemento de articulação entre o “pastor e o rebanho”, pois reconhece a legitimidade da formação pública como inerente tanto à Igreja quanto aos meios de comunicação.

Permite-se aqui um olhar mais detalhado ao item um do capítulo terceiro, que se refere diretamente à imprensa, que discorre sobre a importância da utilização de tal instrumento pelos católicos:

A imprensa, dada a sua natureza e características, assume grande importância. Devido à grande variedade e riqueza dos assuntos tratados, pode descer até a descrição pormenorizada dos acontecimentos, explicando-os e comentando-os, o que suscita a curiosidade e reflexão do leitor. É, pois, um complemento indispensável dos meios audio-visuais, porquanto ajuda o leitor a formar criticamente uma opinião pessoal. Visto, portanto, abraçar tanta variedade de assuntos e fomentar o juízo crítico, a imprensa é fundamental na promoção do diálogo social (*COMMUNIO ET PROGRESSIO*, 1971, §. 136)

Percebe-se que a comunicação se constitui em um importante campo de discussão por parte da Igreja, e que após o CVII, ela passou a utilizar com intensidade os meios de comunicação social para a propagação da doutrina com a promulgação de instruções e na realização de conferências que cumpriram sobejamente esse papel.

Desde a sua fundação, em 1955, a Conferência Episcopal Latino-Americano (CELAM), considerou os meios de comunicação de massa como importantes instrumentos de evangelização e tiveram espaço de discussão privilegiado nas conferências então realizadas, dentre as quais se destacam a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizado em Medellín, na Colômbia, de 25 de agosto a 06 de setembro de 1968, e a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla de Los Angeles, no México, no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979.

Essas conferências retomaram as posições do CVII em relação aos meios de comunicação, em principal, a conferência de Medellín que, influenciada pelo advento da Teologia da Libertação, ratificou os princípios do IM e enfatizou a influência dos

comunicadores. Atribuiu à mídia o poder de promover a mudança social e que, portanto, deveria ser utilizada como instrumento de evangelização para auxiliar na promoção humana do povo Latino-Americano, conforme apresentado no documento Conclusões de Medellín:

Na América Latina os Meios de Comunicação Social (MCS) representam um dos fatores que mais tem contribuído e contribuem para despertar a consciência das grandes massas sobre suas condições de vida, suscitando aspirações e exigências de transformações radicais. Ainda que de forma incipiente, vêm atuando, também, como agentes positivos de mudança por meio da educação de base, programas de formação e opinião pública (CONCLUSÕES DE MEDELLIN, 1998, p. 217).

Conforme Fabril (2007), após a Conferência de Medellín, a Igreja Católica no Brasil direcionou novos caminhos para a evangelização, com mais ênfase nas atuações de base do que no caráter institucional. As dioceses passaram a agir com maior autonomia, embora em colegialidade com as outras, direção expressa, sobretudo na CNBB.

A opção pelos pobres, pela libertação integral e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foi um marco importante que ajudou a generalizar a nova consciência histórico-teológico-pastoral da Igreja no Brasil. A Igreja entendia que o regime militar havia salvado o país do comunismo, mas notava que o mesmo reprimia, acusava, prendia e matava os bispos, padres e leigos que denunciassem os abusos do governo autoritário. Alguns bispos passaram a admitir que a lei de segurança nacional era uma afronta à dignidade humana (FABRIL, 2007, p. 72).

De acordo com Puntel (1994), o contexto político e econômico da América Latina, no período que compreende de 1975 a 1979, distinguiu-se por fatores específicos como a explosão demográfica, as crises econômicas e o aumento das desigualdades sociais. Tal conjuntura era conduzida por governos militares de países como o Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Neste contexto de militarização dos governos na América Latina, ocorreu a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Puebla de Los Angeles.

A conferência de Puebla apresentou um avanço considerável em relação aos Meios de Comunicação Social (MCS), ao observar a relação entre os meios de comunicação e a realidade sócio-econômica dos povos, enfatizou a comunicação

popular e denunciou o controle e a massificação ideológica exercida por grupos econômica e politicamente poderosos:

Não obstante aos aspectos positivos assinalados, devemos denunciar o controle desses meios de comunicação social e a manipulação ideológica que exercem os políticos e econômicos, que se empenham em manter o status quo e até em criar uma ordem nova de dependência – dominação ou, pelo contrário, em subverter esta ordem para criar outro sinal contraditório (CONCLUSÕES DE PUEBLA, 1979, p. 339).

As conferências de Medellín e Puebla oportunizaram, no contexto dos MCS, a propagação de documentos que contribuíram para a divulgação de uma “comunicação popular” que representasse as características de cada povo ou comunidade, inserido num contexto religioso.

Conforme Melo (1981), as ações da Igreja estão estruturadas em quatro grandes fases: a primeira fase marcada pela censura e pela repressão, no período do papado de Inocêncio VII (Cosimo de Migliorati, 1336-1406, papa no período de 1404 a 1406) ao século XIX. A segunda fase, assinalada pela aceitação desconfiada do papa Leão XIII (Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci Prosperi Buzzi, 1810-1903) ao decreto *Inter Mirifica*. O papado de Leão XIII foi de 1878 a 1903.

Conforme indica o autor, a terceira fase é caracterizada pelo deslumbramento ingênuo apresentado na instrução CP e nas Conclusões de Medellín. Finalmente, a quarta e última fase, em que se observa uma análise mais crítica sobre a utilização dos meios de comunicação social nas Conclusões da Conferência de Puebla, que se “constitui até o presente momento um subsídio singular para a atuação da Igreja nos meios de comunicação social” (MELO 1981, p. 141).

A partir das discussões aqui apresentadas sobre os meios de comunicação social, pautadas nos principais documentos da Igreja Católica, reafirma-se o fato de a instituição ter definido a imprensa como um importante instrumento de pastoral e magistério.

No caso de Maringá, a imprensa foi utilizada com proveito pela autoridade máxima da Igreja Católica que, em consonância com a Santa Sé, atuou com uma vertente da imprensa historicamente desenvolvida. A principal característica dessa utilização é a conciliação com as elites políticas.

3.2 A Luta Contra o Comunismo e o Apoio Inicial da Igreja Católica ao Regime Militar nas Páginas d'O *Jornal de Maringá*

A década de 1960, para a nação brasileira, caracterizou-se pela instalação de um regime autoritário e ditatorial, instaurado pelo golpe militar e que durou de 1964 a 1985.

A Igreja Católica, nesse período, por meio de seus setores conservadores, resistiu energicamente às tentativas da esquerda política para organizar o movimento social pró-defesa dos interesses nacionais. Esta parte do trabalho apresenta esse movimento da Igreja Católica na cidade de Maringá nas páginas d'O *Jornal de Maringá*, conduzida pelo bispo diocesano D. Jaime Luiz Coelho, que expressava diariamente sua preocupação com a disseminação dos ideais socialistas na cidade.

No início da década de 60, vai aparecer com maior clareza o conflito social onde a Igreja brasileira se dividia. Ao mesmo tempo em que a criação da CNBB, em 1952, tinha firmado a Unidade organizacional do alto clero, a unidade ideológica mostrava-se cada vez mais frágil e fragmentada quando se tratava da realidade social. A publicação da encíclica *Mater et Magistra* de João XXIII, em 1961, tratando dos problemas dos países subdesenvolvidos. Com esta encíclica a cúpula da Igreja no Brasil busca criar atividades com o objetivo de integrar a agricultura brasileira no ritmo do desenvolvimento nacional. Ao se organizar em âmbito nacional a CNBB, a hierarquia da Igreja Católica do Brasil tinha como objetivo defender-se das forças do comunismo, protestantismo e outras forças contrárias aos seus objetivos (FAUSTO, 1978, p. 365).

A imposição para a nação brasileira de um modelo autoritário de sociedade culminou na imobilização dos movimentos populares. Por meio da força e da violência, a repressão que se deu após o golpe de 1964 desestruturou “organizações políticas, mobilizações estudantis, sindicatos dos trabalhadores, movimentos sociais, círculos de cultura e toda a efervescência política” (SEMERARO, 2007, p. 95), que desde o final da década de 1950 e início da década 1960 proliferavam no país e organizavam o povo na consolidação de uma nova sociedade. Ao iniciar as discussões sobre um período conturbado da história brasileira, caracterizado pela luta em razão da instauração da liberdade democrática, cumpre refletir sobre a distinção entre autoridade e poder. De acordo com Florestan Fernandes:

Por vezes, uma ditadura é estabelecida para garantir as bases de poder de uma classe que se sente ameaçada pela mudança social: e o ditador (individual ou coletivo) não usa sua autoridade para aumentar seu poder ou para monopolizar o poder. Emprega-a para assegurar a continuidade do monopólio do poder pela classe a que pertence (ou com a qual se identifica). Também pode ocorrer que se aproveite da situação para eliminar das posições de poder pessoas e grupo de sua classe que pareçam representar um risco para o prestígio, a eficácia ou a estabilidade da própria ditadura (FERNANDES, 2005, p. 482).

No Brasil, o golpe militar de 1964 consolidou-se nas bases do modelo econômico de desenvolvimento capitalista, expressado na supressão de direitos constitucionais, na censura, nas perseguições políticas e na repressão generalizada aos que eram contra o regime.

Apesar de aparentar, não se constituiu como um grupo homogêneo, antes se apresentou-se como uma composição civil-militar, que cumpriu sobejamente seu objetivo com predominância nas ações militares: a consolidação da dominação burguesa no Brasil como a única força que deveria imperar.

Conforme Fernandes (2005), a ação das Forças Armadas e a liderança dos oficiais militares se definiram mais sob o signo da autoridade que do poder e de monopolização do poder político, o que permitiu a revitalização e a subsequente unificação do poder burguês. É necessário analisar o papel das intervenções militares ocorridas historicamente, o que permitirá o entendimento do golpe de 1964, no conjunto dos múltiplos fatores estruturais. A partir da guerra contra o Paraguai (1864-1870), o Exército se firmou como força organizada, e passou a intervir em questões políticas e causar rivalidade entre a Guarda nacional, que representava os setores mais conservadores da sociedade, o que concedeu ao exército a imagem de identificação, por determinado período, como a ala progressista (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

O fato mais importante dessa característica progressista do Exército foi o episódio da deposição do imperador D. Pedro II e a implantação do sistema republicano. Porém, estas e outras ações não eximem o Exército do seu caráter de força repressiva, pois se observa a coexistência de posições contrárias: agia como instrumento progressista diante das oligarquias monarquistas e ao mesmo tempo repreendia de modo impiedoso as camadas populares.

Quanto à repressão aos grupos populares, registre-se a repressiva ação contra Canudos (1897) e o Contestado (1912). Na conjuntura que se seguiu, o

Exército em nenhum momento apoiou o movimento operário que se apresentava desde o início do século. As Forças Armadas, representantes da elite, assumiram o papel de força anticomunista a partir do levante organizado pelo Partido Comunista (PC) em novembro de 1935. Esse movimento foi considerado pelo Exército o marco de reafirmação dos ideais de combate ao comunismo, “pedra angular” da ideologia assumida pelos ocupantes do poder após 1964.

A ideologia política dos militares era representada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que se legitimava no pressuposto de “um estado permanente de guerra entre o mundo livre da civilização ocidental e cristã e o comunismo internacional e ateu” (GERMANO, 1993, p. 45).

Sob a influência dos acontecimentos da guerra fria, ocorridas no contexto universal, para a consolidação do poder sobre o Estado, os militares utilizaram o discurso de manutenção da ordem nacional como fator determinante. Os ecos nas praças e ruas ressoavam *slogans* das marchas “da família, com Deus pela liberdade” ao passo que das salas de tortura eram ouvidos gemidos provocados pela dor física e pelo constrangimento moral.

Ao discorrer sobre o período do regime militar, Dotti (2002), aponta que desde os primeiros dias do mês de abril de 1964 até o final dos anos 1970, quando a Emenda Constitucional número 11 de 1978 revogou o AI-5 de 1968, foram retomados os mesmos métodos das Ordenações Filipinas, que, instituídas em 1603, vigoraram em nossa nação até o advento da Constituição Imperial em 1824, assim se expressou:

A intitulada “Revolução de 1964” desarquivou os variados tipos de autores que circulavam ao tempo das leis do reino de Portugal: hereges, apóstatas, feiticeiros, blasfemos, benzedores de cães e outros bichos sem autorização do Rei e outras categorias criminais que deambulavam nas salas de interrogatórios e nas celas dos presídios. E, no lado oposto desfilavam os dirigentes e os inúmeros prepostos do Comando Supremo, inflado pela colaboração de imensas legiões de alcaguetes, prebostes e revolucionários de primeira hora que, encarnando instâncias do poder civil, eram, ao mesmo tempo, os atores e os espectadores daquele teatro do absurdo. Eles se acasalaram aos militares num contexto de propaganda dirigida contra os pilares em que estaria assentado o inferno da democracia: a subversão e a corrupção. E, extremo paradoxo: os demônios deveriam ser exorcizados pelas marchas da família, com Deus e pela liberdade (DOTTI, 2002, p. 18).

O golpe militar de 1964 é, por seus idealizadores, denominado de “Revolução de 1964”, no entanto, ao se examinar o conceito da palavra revolução percebe-se que corresponde a uma mudança radical de um regime político que envolve todas as esferas da sociedade, o que indica a idéia de ruptura com o regime político superado. Nesse sentido é necessário questionar se de fato o golpe de 1964 acarretou rupturas profundas na sociedade brasileira a ponto de ser considerado uma revolução.

Caio Prado Jr. ao discutir o conceito do termo revolução, assim se pronunciou:

‘Revolução’, em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em um período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais (PRADO JR., 1987, p. 11).

A análise apresentada por Prado Jr. considera as contradições das estruturas materiais como dimensões que engendram a sociedade e que, em consequência resultam na revolução propriamente dita. Portanto, a qualificação a ser dada a uma revolução somente é possível depois que determinados fatos que a constituem sejam consolidados nas bases cabíveis fixadas para a transformação profunda da sociedade.

É importante salientar que reformas não condizem com um contexto revolucionário. Desse modo, ao analisar a sociedade brasileira à luz das contribuições de Prado Jr (1987); Fernandes (2005); Saviani (1995), entre outros pesquisadores, observa-se que a ruptura ocasionada pela chamada revolução, limitou-se à dimensão política e favoreceu a manutenção da ordem sócio-econômica.

São poucos os que hoje se identificam com a ditadura militar no Brasil. Sobre o período, a memória adquiriu uma estrutura simplificada: de um lado, a ditadura, o reino da exceção, os chamados anos de chumbo. Do outro, a nova república, regida pela lei, a sociedade democrática, com a qual hoje, a população se identifica majoritariamente, inclusive os setores dominantes da sociedade brasileira.

Ao discutir as condições nas quais se dava a luta pela política e pela democracia no país, Chasin (1979) lembra que nem as ditaduras, nem os milagres são novidades na história brasileira, pelo contrário, infelizmente são marcos característicos da formação histórica da nação. A estruturação colonial, os milagres econômicos e as ditaduras se manifestaram com novas e diferentes roupagens, mas conservam em sua gênese o mesmo caráter repressivo e conservador.

Os aspectos econômicos estão diretamente relacionados às especificidades políticas, por isso, os assim chamados “milagres econômicos” devem ser analisados no amplo contexto social. Ao reportar à década de 1930, constata-se que a alta hierarquia das Forças Armadas estava relacionada aos interesses de Getúlio Vargas (1882-1954) para a instauração da ditadura do Estado Novo em 1937, que se estendeu até meados da década de 1940 com o fim da II guerra mundial.

Nesse período, encontrava-se em vigência o modelo econômico denominado pelos economistas de “substituição de importação”, modelo configurado após a Revolução de 1930. No fim do ano de 1944 e início de 1945, com a falência do Estado Novo, diferentes grupos políticos passaram a articular a formação de partidos políticos.

Alguns remanescentes do Partido Republicano Paulista (PRP) se uniram e fundaram a União Democrática Nacional (UDN), que representava mais os interesses externos do país, especialmente os interesses norte-americanos, haja vista que suas bases estavam pautadas no avanço da industrialização e na internacionalização da economia, atrelados aos interesses da classe dominante. Por esta razão, Saviani (2002) considera que a história política do Brasil a partir de 1945 se confunde com a história da luta da UDN pelo poder.

Em 1945, foram fundados o PSD e o PTB. Junto com a UDN, esses três partidos atuaram no cenário político brasileiro até 1965, quando foram extintos pelo Ato Institucional (AI) número 2. Sobre a representabilidade dos principais partidos aqui elencados, Saviani (2002), considera que:

Se nos arriscássemos a classificar UDN e PSD como partidos burgueses, poderíamos afirmar, “grosso modo” que o primeiro representaria os interesses da burguesia internacional, enquanto que o segundo seria o partido da burguesia nacional. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) foi criado por Getúlio Vargas com o objetivo de captar o apoio e os votos do operariado que já se constituía numa força política respeitável, dada a aceleração do processo de

industrialização. O ponto de partida para sua organização estava na infra-estrutura sindical, de caráter corporativista, que Vargas soubera montar e cultivar através de uma liderança dócil (SAVIANI, 2002, p. 151).

Em relação aos demais partidos, eles não se destacavam nem tinham projeção nacional, mas o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era considerado o maior e mais influente partido de esquerda existente no país até 1964, apesar de ter sido declarado ilegal em 1947.

O Marechal Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), presidente do Brasil pelo PSD entre os anos de 1946 a 1951, venceu as eleições com o apoio de Getúlio Vargas. Nesse período, destacou-se o alinhamento ideológico dos militares brasileiros em relação aos norte-americanos, o que inspirou os rumos da política nacional, marcada por um governo autoritário e antipopular.

A promulgação da nova Constituição, em 18 de setembro de 1946, assegurou mandato presidencial de cinco anos com eleições diretas. É relevante destacar a influência da Guerra Fria e a repressão aos comunistas como situações que marcaram o período do pós-guerra do Brasil.

O retorno de Getúlio Vargas à presidência, em 1951, pelo voto direto, foi possível pelo pouco que restara das franquias democráticas. Getúlio Vargas não conseguiu a manutenção do governo constitucional, uma vez que não se impôs ao capital e ao monopólio estrangeiro que dominavam a economia brasileira. Também não articulou a participação popular para impor medidas de fato nacionalistas.

Assim, os militares já organizados para colocar em prática mais uma vez o plano para depô-lo, foram surpreendidos pelo seu suicídio em 24 de agosto de 1954. De acordo com Chasin (1979), do retorno de Getúlio Vargas ao poder por meio de eleições diretas, até o Golpe Civil Militar de 1964, a sociedade brasileira viveu os “anos mais democráticos e liberais” da nação até então constituída.

Desse modo, segundo o autor, o principal desafio da nação brasileira na década de 1970 era a conquista da democracia e não a sua reconquista, pois segundo ele, em termos concretos, a real democracia não foi conhecida de modo duradouro e real nem mesmo nos limites do entendimento da democracia burguesa, sendo o país carente de uma tradição democrática efetiva.

Nesse período, a hierarquia católica do Brasil ratificou com as Forças Armadas o pacto de apoio que, historicamente, atendia aos interesses das duas

instituições. Com o intuito de responder e, ao mesmo tempo, influenciar nos desafios postos pela modernidade, a “Igreja e o Exército coexistiu em um relacionamento dialético de colaboração e competição” (SERBIN, 2001, p. 79).

Segundo esse autor, tal polarização desencadeou uma “Revolução dupla”, que influenciou a nação brasileira por quase duas décadas. Enquanto as Forças Armadas, fortalecidas pelo apoio da Igreja Católica depuseram João Goulart, a Igreja fortaleceu-se na luta contra o comunismo.

O pensamento anticomunista e a luta contra o socialismo ateu eram as principais bandeiras defendidas pela Igreja na década de 1950 e, em consequência, tomavam as páginas d'*O Jornal de Maringá*:

Cidade do Vaticano: Há pouco tempo um dos dirigentes soviéticos afirmou ter Pio XII em uma das mãos uma cruz e na outra uma bomba atômica. Que tenha a cruz todos sabemos, mas, que tenha também uma bomba atômica, isto é novidade que só a imaginação deformada dos soviéticos poderia inventar. Basta ler as mensagens do Santo Padre sobre o assunto e ver-se-á que a posição do Vaticano em relação aos engenhos bélicos atômicos foi sempre a de alertar os responsáveis pelas catástrofes que podem causar à humanidade. Contanto o papa abençoa a era atômica, onde os esforços visam usar a energia atômica para fins pacíficos. Atribuir ao Santo Padre outras afirmações ou atitudes é fechar os olhos para a verdade (*O JORNAL DE MARINGÁ*, 29 de agosto de 1958, p. 3).

O período que vai de 1954 a 1964 se iniciou com o suicídio do presidente Getúlio Vargas e se encerrou com a deposição de João Goulart da presidência da República. Esses dez anos, estranhamente, correspondem a uma fase que a memória política registrou como “Anos Dourados”.

Esse registro se deu pelo fato de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976), presidente do Brasil no período de janeiro de 1956 a janeiro de 1961, ter superado previsões pessimistas ao obter cooperação política suficiente para executar seu ambicioso plano de desenvolvimento e a construção da nova capital do país.

O país viveu um momento conturbado, passou por novas tentativas de golpe dos setores direitistas que, em princípio, encontraram resistência dos grupos nacionalistas das Forças Armadas, como o Ministério da Guerra, chefiado pelo General Henrique Teixeira Lott (1894-1984). Obrigados a recuar, os golpistas uniram-se à Escola Superior de Guerra (ESG). Desde sua fundação, em 1949,

representou o conservadorismo da nação e foi estruturada segundo a ideologia denominada DSN, que se baseava nos princípios do crescimento econômico dentro do capitalismo internacional, do controle da sociedade civil por parte do Estado, com o objetivo de evitar revoluções sociais; racionalização da administração do Estado, e sufocamento das possíveis pressões populares que pudessem interferir nas políticas públicas.

Em análise sobre a noção de soberania na ESG, René Dreyfuss conclui que

Na visão totalizante da ESG, que 'estatiza' a sociedade civil e 'privatiza' os recursos nacionais, a soberania é, sem mais nem menos, poder estatal, não havendo espaço para a sutileza expositiva (mas diferença substancial no que tange ao raciocínio e conteúdo) de que a capacidade pode ser do Estado, mas não a vontade, que deve ser societária. Na colocação esguiana, a sociedade passa assim a ser hipostasiada no Estado, substanciada no Estado, embutida e resumida numa abstração falsamente considerada como real (DREYFUSS, 1987, p. 165).

A ESG foi uma doutrina criada pelos americanos logo depois da Segunda Guerra Mundial. Ela foi apresentada aos militares da América Latina com o intuito de conter a propagação da ideologia comunista nos países do continente. Durante esse período, todas as articulações políticas pautavam sua base ideológica no liberalismo, nas suas mais diversas faces.

A Igreja Católica compartilhou dos programas de governo de Juscelino Kubitschek e atuou como fiel colaboradora da política desenvolvimentista. Para muitos bispos, o projeto desenvolvimentista era sinônimo da concepção cristã de homem, ao passo que

[...] no governo JK, com o 'mito desenvolvimentista', estreitam-se os laços entre Igreja e Estado. A Igreja se engaja em projetos governamentais que visavam à recuperação do atraso econômico do país. Em várias ocasiões, representantes da Igreja e do governo se reúnem para debater, em conjunto, urgentes problemas sociais. Um primeiro encontro desse gênero aconteceu em Campina Grande (PB), de 21 a 26 de maio de 1956. Os bispos ali presentes apresentaram uma série de recomendações para melhorar a crítica situação do Nordeste. No mês de maio de 1959, o governo organizou em Natal (RN) outra reunião com bispos nordestinos. Na sequência desse encontro foi criada a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, tendo como objetivo 'facilitar e encaminhar a recuperação econômica e social do Nordeste brasileiro' (MATOS, 2003, p. 147).

Concluído o mandato de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros (1917-1992) elegeu-se presidente. Foi considerado um fenômeno populista e teve seu curto período de governo (31/01 a 25/08/1961) caracterizado pelo autoritarismo na política interna do país. “A crise institucional que se seguiu representou o último ato dos preparativos para a ruptura de 1964” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 57). Saviani assim analisa a sucessão presidencial de 1960:

Embora o PSD fosse o governo e tivesse um candidato próprio, tacitamente apoiou o candidato da UDN, Jânio Quadros, contra Lott, o militar de tendência nacionalista, descompromissado com a burguesia, que frustrara os anseios golpistas da UDN em 1955 e que, agora, significativamente encabeçava uma chapa que tinha como candidato à vice-presidência precisamente João Goulart, a figura número um do PTB. A UDN finalmente, venceu através das urnas. Mas sua vitória resultou numa conquista ilusória. E isto porque Jânio, sem compromissos com partidos, não se dispôs a efetuar o ajustamento da ideologia política às tendências do modelo econômico, opção que a UDN já havia feito por antecipação (SAVIANI, 2002, p. 155).

Desse modo, a UDN passou a pressionar o então presidente que, sem ter consolidado o apoio dos militares, “se viu isolado” e teve como único recurso a renúncia. Segundo Bandeira (2001, p. 47), a intenção de Jânio Quadros era que o seu ato comovesse as massas e as Forças Armadas, sob o comando de ministros conservadores, que admitiriam seu retorno ao poder como ditador, para que o mesmo não fosse entregue ao vice-presidente João Goulart (1919-1976). Entretanto, após a renúncia de Jânio, a reação esperada não ocorreu.

Liderado pelo governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda (1914-1977), principal líder da UDN, o Congresso acatou sem questionamentos o pedido de Quadros e sua renúncia gerou uma crise política sem precedentes.

João Belchior Marques Goulart, mais conhecido como “Jango”, assumiu a presidência da República em 02 de setembro de 1961, em num clima político adverso. Apontado como “principal herdeiro do nacionalismo getulista” e considerado como radical pela hierarquia das Forças Armadas, viu-se impedido de assumir a presidência por ministros militares: marechal Odylio Denys (Exército), almirante Sílvio Heck (Marinha) e o brigadeiro Gabriel Grum Moss (Aeronáutica).

Contra o veto ocorreram mobilizações populares, com destaque para a reação do cunhado de “Jango” e também governador do Rio Grande do Sul pelo PTB, Leonel Brizola (1922-2004). Sobre o fato assim se manifesta Moniz Bandeira:

Com a mobilização da Brigada Militar e a ocupação das estações de rádio em Porto Alegre, o governador Leonel Brizola cunhado de Goulart, e já a despontar como um dos principais expoentes do PTB, sublevou o povo do Rio Grande do Sul, de modo que o III exército, o mais poderoso do Brasil, foi paralisado pela pressão das massas e acabou por alinhar-se na defesa da legalidade. Brizola, com a adesão dos generais Oromar Osório e Peri Beviláqua, conseguiu assim que o general José Machado Lopes, comandante do II Exército, cedesse à opinião pública local e cindisse as Forças Armadas. E a campanha pela posse de Goulart, com Brizola a fazer contundentes discursos através de uma cadeia de emissoras, estendeu-se a todo o país. Greves irromperam nas principais cidades brasileiras, demonstrando a combatividade e o grau de consciência política dos trabalhadores. E a maioria do Congresso não acolheu os pedidos dos ministros militares para que votasse o impedimento de Goulart (BANDEIRA, 2001, p. 49).

A crise econômica da década de 1960 que assolou o Brasil contribuiu para a ascensão de movimentos populares que, organizados, questionavam a estrutura social e econômica. Tal quadro influenciou a implantação de governos militares repressivos e pautados pela teoria da “Segurança Nacional” em vários países latino-americanos. O principal objetivo, conforme Henrique José de Matos (1985), não era defender a nação contra uma possível ameaça externa ou interna, mas, defender a sociedade capitalista contra as exigências de mudanças estruturais das classes marginalizadas. No Brasil, o ano de 1964, que suprimiu a liberdade democrática à custa da artificialidade do chamado “milagre econômico”, obteve apoio declarado de parte do clero e de grande parte dos bispos católicos.

Em Maringá, o apoio aos militares foi explicitado, entre os anos de 1960 e início de 1963, na coluna *Por um mundo melhor*, que tinha como principal articulador o bispo diocesano D. Jaime Luiz Coelho. Na coluna, eram abordados aspectos sociais, políticos, educacionais e filosóficos, cujo conteúdo revelava uma via de formação ideológica, tendo em vista prevenir-se da ameaça comunista e afastar os jovens da participação direta nos movimentos políticos de esquerda.

PRESENÇA ATIVA DOS CATÓLICOS: Os que são contrários à Igreja se agitam e lançam veementes protestos quando percebe uma presença ativa dos católicos nos ambientes sociais, presença que é

realmente um testemunho cristão para evitar que ideologias extravagantes tomem conta dos mesmos ambientes. Esta presença visa a evitar, sobretudo que uma ausência continuada dos católicos favoreça o predomínio de ideologias herdadas do século XIX, como o marxismo militante (O JORNAL DE MARINGÁ, 18 de março de 1960, p. 2).

A batalha da Igreja Católica era contra um “inimigo concreto”, que extrapolara as fronteiras entre os países e não se restringia mais a uma teoria de um “pesquisador” chamado Marx. Um inimigo, camuflado que usa a fraqueza dos operários para sobrepor a atuação católica. O comunismo, segundo o artigo, nada mais era senão “ideologias extravagantes”

Ao longo da história do Brasil ficou claro que diante das contradições próprias do sistema capitalista, a Igreja Católica tornou-se um instrumento útil para a manutenção da ordem esperada. Com a proximidade das eleições, foram escritos artigos com orientações aos eleitores, com o objetivo de “contribuir” para com o processo democrático e prevenir a sociedade quanto ao “Diabo Vermelho”, conforme parecer de D. Jaime Luiz Coelho em reunião do Clero:

APOIO AOS CANDIDATOS COMUNISTAS

Confirmada a condenação e apoio aos candidatos comunistas.

Esclarecimentos importantíssimos sobre eleições

O Santo Padre João XXIII confirma condenação já antes feita por Pio XII AAS, Vol. L1, abril de 1959, p. 271.

Perguntou-se à Suprema Sagrada Congregação do Santo Ofício na escolha dos representantes ser lícito aos católicos em partidos ou candidatos os quais embora não professem princípios contrários à doutrina católica ou até se digam cristãos, todavia de fato se unam aos comunistas e com isso o favoreçam.

A resposta foi negativamente, o comunismo é materialista e anticristão e os dirigentes do comunismo, embora declarem algumas vezes que não conhecem a religião, de fato na teoria e sua prática se demonstram hostis a Deus e a Igreja de Cristo.

Transmitimos aos Senhores Padres esta decisão da Santa Sé e esclareçam seus paroquianos. Recomendamos que votem em consciência, visando não o interesse particular, mas o bem comum – D. JAIME LUIZ COELHO (O JORNAL DE MARINGÁ, 10 de julho de 1960).

O período no qual a Igreja era representada na coluna *Por um Mundo Melhor* pode ser considerado o mais significativo da participação da Igreja Católica n'O *Jornal de Maringá*, utilizado por D. Jaime como um meio de excelência na luta contra o comunismo.

CRISTIANISMO E COMUNISMO – É CONVENIENTE NOTAR AS DIFERENÇAS SEGUINTE:

PARA O CRISTÃO: O homem é livre porque sua iniciativa vem de dentro, a saber de sua alma. Ele pode ser comprado a um capitão de navio que é livre de traçar o seu próprio curso e de escolher os eu próprio porto.

PARA O COMUNISTA: o homem não é livre, porque sua iniciativa vem de fora, isto é, do partido, que dita até mesmo o que ele deverá pensar. Ele é como o leme de um navio que vai para onde quer o comandante, que é o diretor do Partido Comunista.

PARA O CRISTÃO: um homem é um sujeito. Um sujeito pode pintar quaisquer pinturas que escolher.

PARA O COMUNISTA: o homem é um objeto. Um objeto não pode agir, mas é movido como um autônomo social e torna-se como um cinzel na mão do escultor.

PARA O CRISTÃO: o homem é um cidadão de dois mundos e, em virtude do segundo ele possui alguns direitos inalienáveis, tais como a vida, a liberdade, a prosperidade, a propriedade da qual nenhum partido poderá privá-lo.

PARA O COMUNISTA: o homem é cidadão de um só mundo e desde que o partido é tudo, aí se segue que o homem não tem direitos, salvos aqueles que o partido lhe deu. Por conseguinte, quando o entender, pode o Partido Comunista tirar-lhe esses direitos.

PARA O CRISTÃO: o homem deve determinar a natureza da sociedade e ser o senhor dessa.

PARA O COMUNISTA: o homem é determinado pela sociedade completamente possuído e absorvido por ela, em vez de ser senhor da sociedade ele é absorvido por ela (FULTON SHEEN apud O JORNAL DE MARINGÁ, 28 de julho de 1960) (ANEXO M).

As afirmações apresentadas nesse texto demonstram que o cristão deve se manter longe das influências do comunismo. Sob o argumento do direito à propriedade, por meio do paralelo entre o cristão e o comunista, o autor defende a manutenção do capitalismo. A problemática discutida, em essência, supera as questões religiosas e abarca aspectos de ordem econômica e política. A principal diferença entre o sistema capitalista e o socialista, apresentada pelo autor, é que o capitalismo oferece ao homem o direito à propriedade, ao passo que o socialismo condena-o à escravidão, pois não lhe é permitido ser detentor do fruto do seu trabalho. Contudo, esse artigo imputa ao cristianismo condição antagônica ao comunismo.

A apresentação do texto promove, devido as suas frases curtas e linguagem poética, um convite o leitor para uma visão superficial, logo, sem a leitura analítica necessária para desvelar a essência do discurso que personificou na sociedade

maringaense o pensamento de que só poderia ser cristão aquele que negasse o comunismo.

Outro aspecto importante que o discurso prega é a possibilidade de o cristão viver com autonomia de escolher seus caminhos na sociedade. Em análise, percebe-se que o próprio discurso contrapõe essa liberdade, ao indicar qual escolha a sociedade pode fazer. A diferença nesse caso muda em quem dita as ordens. O homem pode escolher seu caminho desde que sejam os direcionados pela elite. Esse discurso prevalecia em todos os artigos. A condenação ao comunismo “diabo vermelho”, a defesa da ideologia capitalista.

Nesse contexto específico da história da educação de Maringá, o discurso anticomunista levantado e defendido pela Igreja Católica, constituiu-se no mais veemente discurso ideológico e de maior ressonância na sociedade maringaense que encontrou n’*O Jornal de Maringá*, o mais eficaz propagador que extrapolava os limites do altar católico, como se pode constatar:

O RÍDICULO COMO ARMA PARA ACOVARDAR OS CATÓLICOS:
‘Uma das denominações que os comunistas usam para desacreditar seus adversários é de reacionários. Pois bem os verdadeiros reacionários são os comunistas’:

Cristo é o sim – o comunismo é o não.

Cristo é afirmação – o comunismo é negação.

Cristo liberta o homem – o comunismo destrói a liberdade.

Cristo verdade – comunismo mentira.

Cristo caminho – comunismo desvio.

Cristo é vida – comunismo é a morte.

Perigo comunista no Brasil. O Brasil caminha para o comunismo e se não houver enérgica reação de forças democráticas, a ditadura vermelha será implantada com o apoio de próprio congresso Nacional, cuja atuação nos últimos meses foi duramente criticada (*O JORNAL DE MARINGÁ*, 19 de fevereiro de 1963).

A ênfase em comparações entre os valores católicos e o comunismo é uma constante na coluna *Por um Mundo Melhor*. Além de apresentar o comunismo como um mal a ser destruído, o articulista instiga, mesmo que indiretamente, os leitores a apoiarem a necessária intervenção militar para garantir a manutenção da “democracia”. Na verdade, o que fora tratado pelo artigo sob o signo dos princípios cristãos, nada mais é do que a manifestação do desdobramento da luta pelo poder.

O contexto social, político e econômico caracterizado pela gritante desigualdade social que se tornava latente na condição de miséria vivida por grande

parte da sociedade brasileira, suscitavam na sociedade o desejo de mudança. O avanço das idéias comunistas ganhava força na América Latina, o que era entendido pela Igreja como uma opção de mudança não aceitável. Daí a necessidade de apresentá-lo à sociedade como um inimigo a ser combatido.

Tal preocupação da hierarquia da Igreja Católica evidenciou-se no governo de João Goulart, que foi marcado pela abertura às organizações sociais de estudantes, de populares e de trabalhadores. Esses grupos ganharam espaço e causou preocupação à Igreja e a outros segmentos conservadores da sociedade, como, por exemplo, os empresários, os banqueiros, os militares e a classe média.

Os movimentos populares, influenciados pelo impulso da organização da sociedade civil e pelas forças partidárias, apoiaram a ascensão de João Goulart, desde o processo de sua posse até o restabelecimento do presidencialismo. Tal apoio justifica-se pela identificação dos movimentos com o projeto de reformas de base (DIAS, 2003, p. 38).

A partir de 1963, a Igreja Católica deixou de ser representada diretamente na coluna *Por um mundo melhor*, mas fez-se presente diariamente no jornal, mesmo que de forma velada em outros espaços, como *A voz do Pastor*, que trazia na íntegra o discurso do programa radiofônico do Arcebispo D. Vicente Scherer, de Porto Alegre.

Os anos de 1962, 1963 e 1964 caracterizaram-se pelo crescimento das lutas populares, os trabalhadores sindicalizados se articulavam e assumiam ampla capacidade de organização. Ao arrepio da “estrutura sindical que a lei impunha desde Getúlio Vargas, os trabalhadores passaram ao desafio de criarem uma central sindical” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 57), denominada Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o que era entendido pelos conservadores como uma iminência da revolução comunista no Brasil.

Mesmo num período marcado pela alta inflação, os trabalhadores conseguiam reajustes salariais equiparados ao aumento do custo de vida. Na zona rural, as Ligas Camponesas, que no final de 1964 se faziam presentes em 20 estados, organizavam os trabalhadores na luta pela reforma agrária, o que causava alvoroço e preocupação entre os fazendeiros conservadores⁶.

⁶ As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais surgidas na década de 1950 no Nordeste brasileiro, cujo principal representante e organizador foi o advogado Francisco Julião Arruda de Paula (1915-1999), sendo considerado como maior movimento de luta pela reforma

Os partidos de oposição, como a UDN e o PSD, acusavam João Goulart de planejar um golpe de esquerda e de ser o responsável pela carestia e pelo desabastecimento que o Brasil enfrentava.

A instabilidade do quadro político e o alto índice inflacionário favoreceram o discurso da direita política junto à classe média, e enfatizaram a necessidade de mudanças profundas na política nacional que deveria ser caracterizada por um governo forte. Nesse cenário, a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), atuou como protagonista do golpe civil militar, conforme Bandeira:

Os agentes da CIA teceram, sem dúvida, toda a rede de conspiração contra o governo Goulart, com a colaboração, não só de militares brasileiros, mas, também, de latifundiários, comerciantes e industriais, amatlhando os radicais da direita para o terror e a sabotagem, lutas de guerrilha e anti-guerrilha. Os depósitos de material bélico, bem como os campos de treinamento militar, espalhavam-se por todo o país, escondidos em igrejas e fazendas (BANDEIRA, 2001, p. 127).

A contribuição dos Estados Unidos representou o alento para que os generais interessados na derrubada do presidente passassem à ação. A ajuda norte-americana se evidenciou no financiamento concedido ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), entidades que se empenhavam em severa propaganda contra o governo em todo o Brasil.

De acordo com Bandeira, outras organizações surgiram em todo o país e atuaram como forças paralelas de apoio aos militares:

Organizações como Ação de Vigilantes do Brasil, Grupo de Ação Patriótica (GAP), Patrulha da Democracia Mineira e outras apareceram em todos os estados, como forças policiais paralelas, espécie de milícias fascistas, em um processo de crescente irradiação. E em Minas Gerais foi onde esses bandos mais se desenvolveram e adquiriram maior capacidade de atuação, à sombra da Polícia Militar, cujo adestramento, de acordo com o programa do Ponto IV, estava a cargo de um perito da CIA, chamado Dan Mittrione (BANDEIRA, 2001, p. 128).

agrária existente até o golpe de 1964. As Ligas Camponesas ganharam espaço em todo o país, lutando pela reforma agrária, denunciando a exploração sofrida pelo homem do campo e lutando por salários dignos. A capacidade de organização e o discurso ideológico radical chamaram a atenção da opinião pública do país.

O ápice da crise política aconteceu nos meses iniciais de 1964, quando o movimento pelas reformas atingia também as bases militares. No dia 13 de março de 1964, João Goulart realizou um grande comício na Central do Brasil, Rio de Janeiro e, numa tentativa de “paralisar a sedição”, o presidente defendeu as Reformas de Base. Nesse plano prometia ao país mudanças radicais na estrutura agrária, econômica e educacional. No entanto, a ação não surtiu efeito organizativo para o “enfrentamento concreto”.

Pautados pela propaganda anticomunista, os partidos PSD e UDN e a hierarquia da Igreja Católica haviam conquistado o apoio da classe média e de setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos, que se uniram em protestos contra o governo e ganharam as ruas com as conhecidas *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*.

A primeira manifestação dessa natureza aconteceu em São Paulo, em 19 de março de 1964, no dia de São José, padroeiro da Família, organizada pelo deputado Cunha Bueno e pelo padre capelão do Exército estadunidense, Patrick Peyton, patrocinados pelo IPES.

As mulheres foram escolhidas como porta-vozes das manifestações. Sob a orientação do IPES, as esposas de empresários eram convocadas a participar de cursos que as orientavam sobre a periculosidade do comunismo para elas e para seus filhos e, em seguida, divulgavam a “doutrina” anticomunista para as mulheres dos seus empregados por meio de reuniões de senhoras com “fins filantrópicos e religiosos”. Assim foi organizada a primeira *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Cerca de quinhentas mil pessoas saíram da Praça da República até a Praça da Sé, onde aconteceu a celebração da missa pela “Salvação da Democracia”, presidida pelo padre Patrick Peyton, que contou com o apoio incontestado da grande imprensa.

O clima de crise política e as tensões sociais aumentavam cada vez mais. No dia 31 de março de 1964, tropas de Minas Gerais e de São Paulo saíram às ruas. Para evitar uma guerra civil, João Goulart deixou o país e exilou-se no Uruguai. Em 1º de abril de 1964, ocorreu “o desfecho previsível da crônica de uma morte já bastante anunciada” (DIAS, 2003, p. 40), vitoriosa, praticamente sem resistência, a ação golpista instaurou na nação brasileira o regime militar.

Inicialmente, a Igreja católica reagiu de modo favorável ao golpe de 1964, ao considerá-lo um freio ao comunismo.

Desse modo, a Igreja Católica apropriou-se da nova ordem social, ou seja, aos “poderes do momento” (ROMANO, 1979), uma vez que naquela conjuntura o apoio aos militares somava-se no combate ao comunismo e era, para a instituição, um apoio mais que conveniente para a manutenção da ordem social e dos valores morais.

Por esta razão, devia apoiar o golpe militar e, juntos, lutarem por um interesse comum: manter a ordem e a moral social. Cumpre salientar que essa relação esteve ancorada no paradigma da Igreja da Cristandade, vinculada aos setores mais elitistas e a alguns bispos como D. Antônio de Castro Maier e D. Geraldo Sigaud (bispo da diocese de Jacarezinho, à qual pertenceu Maringá até 1956), tidos como os expoentes do pensamento mais conservador da história do Brasil, ligados ao Movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP), sociedade cívica anticomunista.

Esse movimento surgido em 1960, na cidade de São Paulo, criou uma das entidades que ocupou maior espaço no discurso ideológico da Igreja Católica. Foi um movimento fundado por Plínio Correia de Oliveira (1908-1995), professor universitário, Deputado Federal Constituinte pela Liga Eleitoral Católica (LEC) e Presidente do Conselho Nacional da TFP. De defensor da fé a defensor da civilização ocidental, o movimento passou a atacar tudo e todos que significassem uma renovação da Igreja Católica.

Apesar de não ser condizente à TFP, pode-se dizer que, consoante ao discurso anticomunista, D. Jaime Luiz Coelho divulgou artigos que reforçavam a idéia organizacional do movimento anticomunista:

ROMA SIM, CUBA NÃO: Um grupo de intelectuais e universitários católicos, incluindo professores e estudantes da Universidade do Brasil, da Pontifícia Universidade Católica e da Fundação Getúlio Vargas, assinaram documento de protesto contra a influência nitidamente socialista, com tendência a bolchevização presente no Brasil. Trata-se de um manifesto que sobre o título “ROMA SIM CUBA NÃO!” define tal tendência, exemplificando com os convites a Fidel para paralisar turma de bacharel no Brasil, o apoio indiscriminado a todo tipo de greves, às manifestações sistemáticas e unilaterais contra os Estados Unidos, os movimentos a favor do estatismo e os visíveis contra a iniciativa privada que os inspiram. É preciso desfazer os equívocos das nossas gerações. O Brasil não aceitará o triunfo de uma civilização neo-pagã, socialista, comunista e nazifacista. Salienta o manifesto que o papa Pio XII apontou o rumo, o caminho a ser seguido que deve ser o da sociedade orgânica, que tem como célula viva a família (*O JORNAL DE MARINGÁ*, 20 de janeiro de 1961, p. 2).

A TFP realizava ferrenha oposição ao comunismo e aos bispos considerados por ela como progressistas. Em 1968, Plínio Correia de Oliveira promoveu um abaixo assinado, enviou ao papa Paulo VI e pediu medidas urgentes contra a infiltração esquerdista nos meios católicos.

As idéias da TFP aproximavam-se do Integralismo, movimento que eclodiu na década de 1930 e que teve por fundador da Ação Integralista Brasileira (AIB) Plínio Salgado (1895-1975), cujo ideário reunia autoritarismo, catolicismo e nacionalismo. Getúlio Vargas (1883-1954) dissolveu-o após o levante armado integralista contra o governo brasileiro do Estado Novo, em 10 de maio de 1938, porém, de acordo com Chasin

[...] a ideologia integralista ultrapassa os anos de existência da AIB, tanto a antecede, como sobrevive a ela; e se acha expressa em livros escritos de várias ordens e documentos oficiais, produzidos ao longo de um tempo que se estende para muito além dos poucos cinco anos de existência da organização que levou seu nome (CHASIN, 1979, p. 92).

Segundo Sergio Bernal (1989), a atitude da Igreja Católica diante do golpe de 1964 revelou o desejo de manutenção da posição de cooperação com o poder civil, porém, a Instituição não quantificou as graves implicações que poderiam acarretar. O apoio inicial aos militares manifestou a diversidade ideológica que sempre existiu na CNBB.

A partir do golpe houve o arquivamento das propostas nacionalistas de desenvolvimento e implantou-se um modelo econômico que se baseava na desnacionalização da economia e na concentração de renda. Para a viabilização desse modelo econômico foi necessária uma série de mudanças na estrutura jurídica do país, que fortaleceu cada vez mais o Estado, e reforçou o aparato de repressão e controle. Desse modo, os militares lançaram mão de Atos Institucionais (AI) sob o pretexto de manutenção da ordem.

A disputa pela presidência se deu entre três militares: o general Amaury Kruel, um dos primeiros golpistas, apoiado pelo PTB; o general Eurico Gaspar Dutra, apoiado por parte do PSD, e o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que recebia o apoio da UDN representado por seus principais expoentes, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, e ainda com o apoio da ESG, que apesar de não se constituir

um partido político, consolidou-se como uma importante instituição da política nacional.

O general Humberto de Alencar Castelo Branco (1900-1967) conseguiu articular maior apoio político e tornou-se presidente da República, pelo Congresso Nacional, em 15 de abril de 1964. Em seu pronunciamento, declarou defesa incondicional da democracia, porém, ao iniciar seu governo, assumiu uma posição autoritária e viabilizou a aplicação do AI-1, que estabeleceu eleições indiretas para presidente. Vários parlamentares federais e estaduais tiveram seus mandatos cassados, cidadãos tiveram seus direitos políticos e constitucionais cancelados e os sindicatos receberam intervenção do governo militar, todos vistos como opositores ao regime:

O total de 378 políticos atingidos três ex-presidentes da República (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart); seis governadores de Estado; dois senadores; 63 deputados e mais três centenas de deputados estaduais e vereadores. Foram reformados compulsoriamente 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. Aproximadamente dez mil funcionários públicos foram demitidos e foram abertas cinco mil investigações, atingindo mais de 40 mil pessoas (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 61).

Após a derrota nas eleições em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, o governo editou o AI-2 em outubro de 1965, que acabou com os partidos políticos e instituiu o bipartidarismo, com a autorização para o funcionamento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) encarregado de fazer oposição, mas sem contestar o regime, e da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) representante direta do governo.

No AI-3, editado em março de 1966, temerosos pela perda do controle político das unidades federativas, os militares determinam que as eleições para governadores dos estados também se dariam de forma indireta.

Os meios de comunicação de massa se constituíram em importantes instrumentos para a propagação do apoio da sociedade ao governo militar, financiados pelos interesses estadunidenses, conforme se posiciona José Arbex Jr sobre a fundação da Rede Globo de Televisão:

A maior rede de televisão do Brasil foi construída durante a ditadura militar (não por acaso, a rede foi inaugurada logo após o golpe militar, em 26 de abril de 1965), tecnicamente orientada pela transnacional estadunidense *Time-Life*, graças a um acordo

abertamente inconstitucional 'abençoado' pelos generais. O objetivo era estabelecer 'o padrão Globo de qualidade' à imagem e semelhança dos padrões técnicos praticados nos Estados Unidos. A ditadura teve na Rede Globo uma grande aliada, quando se tratou de disseminar uma imagem positiva do regime, de mostrar à classe média as 'vantagens' do chamado 'milagre econômico' e mesmo de construir uma falsa sensação de 'união nacional' em torno do poder (ARBEX JR, 2003, p. 43).

Preocupada com a economia e com a desordem social que poderia ocorrer com o crescimento dos movimentos comunistas, a Igreja teve sua ala conservadora fortalecida, uma vez que o desejo de mudança havia sido sufocado e a cúpula católica caminhava com o medo de uma revolução comunista.

O caminho encontrado para o combate ao comunismo foi a mobilização dos fiéis por meio de estudos direcionados para aprofundar o conhecimento sobre o "inimigo", todos amplamente divulgados n'O *Jornal de Maringá*, tal como essa proposta de curso:

CURSO PSICOLOGIA DO MARXISMO VAI APONTAR ERROS DA IDEOLOGIA MARXISTA: 'Entre as soluções apresentadas para a solução dos problemas no nosso país, está o marxismo. As idéias de Marx e Engels devem ser estudadas. Faremos este estudo no curso promovido pelo Departamento de Educação Psicanálise do Marxismo, ministrado pelo Dr. Emir Calluf em 12 encontros. A finalidade principal do curso é despertar o interesse da juventude para o problema ideológico e apontar os erros do marxismo' (O JORNAL DE MARINGÁ, 24 de janeiro de 1965, p. 2).

Baseada no argumento de conhecer as matrizes teóricas do marxismo, a Igreja divulgou com veemência um curso, que trazia, já no seu enunciado, o objetivo de informar a juventude sobre os problemas ideológicos e a necessidade de se manterem afastadas de tal pensamento.

Percebe-se no artigo a preocupação da Igreja Católica em colocar-se como responsável na tarefa de encaminhar, católicos e não-católicos, nas diretrizes ideológicas e convicções políticas aceitas pela instituição.

O general Arthur da Costa e Silva (1899-1969), ministro da guerra, foi o escolhido pelos militares e facilmente referendado pelo Congresso como presidente da República em março de 1967 a agosto de 1969. Segundo Napolitano (1998), o novo presidente chegou a criar uma expectativa positiva por parte de alguns opositores, uma vez que era considerado mais nacionalista, menos atrelado ao

poderio norte americano e, acreditava-se, que o nacionalismo militar traria maior abertura política por se tratar de “uma corrente contra a doutrina disseminada pela ESG, de linha castelista” (NAPOLITANO, 1998, p. 26).

Nesse mesmo ano, houve aprovação de uma nova Constituição para o país, bem como uma nova Lei de Segurança Nacional e uma Lei de Imprensa, nº 5.250 de 9 de fevereiro de 1967, que regulamentou a liberdade e o direito de manifestação do pensamento e da informação.

O período de março a outubro de 1968 é lembrado pelos protestos e manifestações sociais que marcaram a memória do povo brasileiro, dentre os quais se destacam o fechamento do restaurante chamado Calabouço – RJ, local frequentado pelos estudantes, “citado no relatório militar sobre a questão estudantil” e considerado como local de encontro dos subversivos, que acarretou na morte do estudante Édson Luís Lima Souto. Outro momento de conflito aconteceu em 21 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, onde quatro manifestantes foram mortos e dezenas de pessoas ficaram feridas, razão pela qual o dia ficou conhecido como “sexta-feira sangrenta” (NAPOLITANO, 1998, p. 61).

Apesar de toda repressão, a oposição ao regime militar crescia em todo o país. A União Nacional dos Estudantes (UNE) organizou no Rio de Janeiro como resposta à repressão a “Passeata dos Cem Mil”. Em Contagem (MG) e Osasco (SP), greves de operários paralisaram fábricas em protestos contra o regime militar.

No entanto, nos dias 2 e 3 de outubro, após um conflito público entre os estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, considerados de esquerda, e os alunos da Faculdade Mackenzie, sede do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), em São Paulo, que culminou com a ocupação e a destruição do prédio da USP, o movimento estudantil ficou abalado e perdeu força organizativa. A situação se agravou ainda mais quando a polícia invadiu o XXX Congresso da UNE, que acontecia clandestinamente em Ibiúna – SP. (NAPOLITANO, 1998).

A crise entre o governo e a sociedade civil tomava dimensões incontroláveis. Enquanto isso, as correntes militares iniciavam a luta pela consolidação do poder. No dia 13 de dezembro de 1968, o governo decretou o AI-5, o mais repressivo ato do governo militar, cujo estopim pautou-se na “[...] recusa do Congresso Nacional, na sessão de 12 de outubro de 1968, em conceder licença para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado por ofender os militares num discurso na

Câmara, no qual no qual os responsabilizou pela violência contra os estudantes” (NAPOLITANO, 1998, p. 33).

A partir do AI-5, o Brasil passou a ter legalizada a era de “terror de Estado” caracterizada pela cassação de parlamentares e cidadãos, suspensão do *habeas-corpus* de presos políticos, centralização do poder no Executivo federal e a decretação de estado de sítio sem autorização prévia do congresso.

Nesse período, houve o aumento da resistência armada, que agia na clandestinidade e atuava de modo intenso em ações como sequestros que exigiam em troca a libertação de presos políticos. O caso mais emblemático foi protagonizado por dois grupos de esquerda, o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e a Ação Libertadora Nacional (ALN) que sequestraram o embaixador dos EUA Charles Elbrick. Os guerrilheiros exigiam a libertação de 15 presos políticos, o que conseguiram com sucesso^{7 8}.

Em 18 de setembro, o governo decretou a Lei de Segurança Nacional, que determinava o exílio e a pena de morte em casos de guerra psicológica adversa, revolucionária ou subversiva. No final de 1969, o líder da ALN, Carlos Mariguella, foi executado pelas forças de repressão em São Paulo.

Em 1969, o governo regulamentou a censura prévia sobre os meios de comunicação e sobre os produtos culturais como um todo. Além do mais, o Conselho de Segurança Nacional teve ampliado seu poder político.

No mês de agosto do mesmo ano, o general Costa e Silva afastou-se da presidência por motivo de doença e foi substituído por uma junta militar, que assumiu provisoriamente o poder, a fim de impedir a posse do vice-presidente Pedro Aleixo, que atuou contrário ao AI-5. Uma emenda constitucional permitiu que novas regras institucionais fossem estabelecidas para a sucessão presidencial: um militar e não um civil ocuparia a presidência, e prevalecer assim a vontade do Alto Comando Militar.

A reabertura do Congresso Nacional se deu somente para ratificar a escolha feita pela Junta Militar do novo presidente: o general Emílio Garrastazu Médici

⁷ O Movimento Revolucionário 8 de Outubro, foi uma organização brasileira de esquerda com orientações marxista-leninista que participou do combate armado contra o Regime Militar na década de 1960, seu nome faz referência ao dia em que Che Guevara foi capturado pela CIA no Uruguai.

⁸ A ALN foi uma organização revolucionária brasileira de oposição ao regime de 1964, idealizada por Carlos Mariguella, após sua expulsão do Partido Comunista do Brasil no final de 1967.

(1905-1985). Seu governo é considerado o mais duro e repressivo da história do Brasil, conhecido como “anos de chumbo”.

A repressão à luta armada cresceu e uma severa política de censura passou a ser efetuada. Jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística e escritores eram investigados, presos, torturados, assassinados ou exilados do país e professores afastados das universidades onde trabalhavam.

A censura se abateu sobre publicações suspeitas de colaborarem com a esquerda, como *O Pasquim* e *Opinião*, considerados como jornais alternativos, mas também sobre grandes jornais insuspeitos, como o *Jornal do Brasil* e o *O Estado de S. Paulo*, que ironicamente havia defendido o golpe militar de 1964,

Mesmo perseguida e censurada, a imprensa escrita ganhou destaque no processo de abertura política e cumpriu o papel de interlocutor entre a sociedade civil e o governo. O Destacamento de Operações e Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) atuaram como centro de investigação e repressão do governo militar. Ganhava força no campo a guerrilha rural, principalmente na região do Araguaia, fortemente reprimida pelas forças militares.

Curiosamente, no período considerado mais austero da ditadura militar, em que qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada pela violência, deu-se a instituição da Lei nº 5692/71, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

A característica preponderante dessa Lei foi a formação educacional de cunho profissionalizante. Dentro do espírito dos *slogans* propostos pelo governo, como “Brasil grande”, “ame-o ou deixe-o”, “milagre econômico”, planejava-se fazer com que a educação contribuísse, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira.

A Igreja Católica, que inicialmente apoiara a instauração do regime militar, passava por mudanças substanciais e encontrava dificuldades nas relações com o governo. Parte dela também foi perseguida pela repressão dos militares por meio de prisões e torturas de sacerdotes e freiras, represálias a conventos e vigilância constante a determinados bispos, dentre os quais se destaca D. Hélder Câmara (1909-1999), arcebispo de Olinda e Recife durante duas décadas. O arcebispo estabeleceu claramente resistência aos militares e atuou contra o autoritarismo em defesa dos direitos humanos.

No dia 12 de abril de 1964, D. Hélder foi nomeado Arcebispo de Olinda. Quando de sua posse em junho do mesmo ano, o novo Arcebispo fez um dos pronunciamentos mais contundentes da época contra o recém instaurado regime militar:

Nós apoiamos largamente aqueles que pensam e dizem que sem reformas fundamentais – autênticas e não aparentes democráticas e cristãs – a revolução se perderá. Nós continuaremos a nos bater pela promoção humana de milhões de brasileiros que vivem em condições subumanas. Como: pela educação de base, que leva ao sindicalismo rural, ao sistema cooperativo, à organização da comunidade. Sem reformas, é impossível superar o obstáculo do subdesenvolvimento e manter a paz social. Sem reforma agrária, a situação quase desumana dos trabalhadores rurais persistirá (CENTRO PASTORAL VERGUEIRO, 1986, p.36)

De acordo com Serbin (2001), já no início da década de 1960, o Exército passou a ser cauteloso em relação à Igreja Católica, tida como um “ninho de subversão”. Tais suspeitas se motivaram após a advertência do general Castello Branco a D. Hélder, ao arguir que o bispo abandonara sua função religiosa em razão de preocupações sociais que eram de responsabilidade do governo.

Assim, ocorreu um distanciamento significativo da Igreja com o governo ora instituído, em função de boa parte de seus membros terem se aproximado dos setores populares da sociedade brasileira, o que caracterizou os primórdios da Teologia da Libertação no Brasil, movimento que ganhou mais força a partir da década de 1970.

Nesse período, os confrontos entre o militares e os movimentos populares da Igreja tornaram-se frequentes. Os militares tentaram neutralizar tais movimentos ao acusá-los de anticatólicos e comunistas e, por esta razão, constituíam-se uma ameaça à ordem nacional. Entretanto, nos artigos apresentados n’O *Jornal de Maringá* esta ruptura não se consolidava.

A IGREJA NÃO É ANTIGOVERNO – Mensagem de fim de ano. O Arcebispo D. Avelar B. Vilela, disse que não convém que se alimente a idéia de que Igreja é inimiga do governo brasileiro. Para o Arcebispo, as missões da Igreja e do Estado são distintas. Reconhecer que nos últimos anos em razão de certas posições da Igreja, mais definidas, no campo social houve choques de filosofia e de mentalidade na interpretação da realidade brasileira e na maneira de conceber certos aspectos do problema global do país. Mas

asseguro que as perspectivas de relacionamento para 78 estão boas (O JORNAL DE MARINGÁ, 1 de julho de 1978, p. 2).

Cabe enfatizar aqui a importante contribuição do historiador Kenneth Serbin (2001), ao apresentar em seus estudos a tentativa de reconciliação entre os militares e os membros da Igreja Católica por meio de encontros secretos. Conforme o autor, parte dos bispos brasileiros tornara-se um perigo ao regime militar ao apoiarem os movimentos populares.

O primeiro encontro secreto entre clero e militares aconteceu no dia 3 de novembro de 1970, no Retiro da Gávea, Rio de Janeiro, cuja mediação se deu pelo general-de-exército Antonio Carlos da Silva Muricy, que por ser católico convicto e ser amigo de vários bispos, representava o principal elo entre a Igreja e o Exército. Do lado da Igreja, Cândido Antônio José Francisco Mendes de Almeida estabelecia o diálogo entre o clero e os militares.

Candido Mendes era intelectual, educador e homem público, gozava de prestígio junto à Igreja por ser descendente do senador Candido Mendes de Almeida, que atuou em favor da Igreja Católica contra o Império no século XIX (SERBIN, 2001, p. 25).

A Igreja estava representada pelo Cardeal D. Vicente Scherer, cardeal e Arcebispo de Porto Alegre; D. Avelar Brandão Vilela, bispo de Teresina, Piauí; D. Aloísio Lorscheider, bispo diocesano de Santo Ângelo no Rio do Sul; pelo Cardeal D. Eugênio de Araújo Sales, e por Candido Mendes.

Os militares se fizeram representar “por homens que estavam dispostos a trabalhar com a Igreja, mas que eram também profundamente anticomunistas” (SERBIN, 2001, p. 32), o General Antonio Muricy, o intelectual Tarcísio Meireles Padilha, o general Adolpho João de Paula Couto, o coronel Omar Diógenes e Dantas Barreto, que representava o ministro da justiça, Alfredo Buzaid.

Militares e clérigos discutiram durante horas as discordâncias ideológicas e concluíram que se fazia necessário ampliar e aprofundar as discussões, por isso os militares sugeriram ao presidente Médici que novos encontros fossem organizados. Tais encontros se constituíam em acordos, num entendimento secreto e ficaram conhecidos como a Comissão Bipartite, que contradizia completamente as tendências políticas e eclesiásticas do início da década de 1970 (SERBIN, 2001).

Ainda pouco estudada, a Comissão Bipartite se constituiu em um claro exemplo de “conciliação das elites”, uma vez que participavam dela a hierarquia católica, intelectuais e gerais, ao passo que outros segmentos da sociedade sequer sabiam de sua existência. Ao discorrer sobre a Comissão Bipartite, Serbin assim se manifesta:

À medida que o regime enfraquecia o sistema político, ao eliminar as liberdades civis e políticos, a importância da Igreja e das Forças Armadas crescia proporcionalmente. Nos anos Médici, elas foram transformadas nos mais importantes árbitros políticos. Seu lugar de encontro era a Bipartite.

A Bipartite foi uma oportunidade para a discussão livre no contexto de um regime repressivo, e o grupo religioso a utilizou para promover os direitos humanos e os valores democráticos. Mas a Bipartite como estrutura de negociação não ajudou a democracia. Portas fechadas mantinham o debate distante do povo (SERBIN, 2001, p. 439-440).

Após as eleições municipais, em novembro 1976, clarificou-se a situação ascendente do MDB, pois, embora a ARENA permanecia em maioria nas Câmaras Municipais e Prefeituras, as urnas denunciavam a decadência do partido governista. Tal situação, em 1977, levou os líderes do regime a pensarem na possível reformulação do bipartidarismo, o que acarretou, juntamente com a não aprovação do projeto de reformulação do sistema judiciário, com o fechamento do Congresso Nacional e o lançamento do chamado “Pacote de Abril”, por parte do então presidente Geisel. Deste modo, era imposto pelo executivo um conjunto de mudanças constitucionais com o objetivo de neutralizar a ascensão da oposição e perpetuar o regime.

Esta medida influenciou significativamente os setores oposicionistas que acreditavam no processo de redemocratização, porém não conseguiu calar as denúncias contra as violações dos Direitos Humanos:

Pode-se dizer que depois do golpe de 1964, houve um esforço por parte da Igreja e do Estado em manter um bom relacionamento. Os militantes progressistas da esquerda, que lutavam contra a repressão, eram tratados como grupos isolados da Igreja Católica, para evitar um rompimento entre a Igreja e o Estado enquanto instituições, mas a repressão foi, aos poucos, levando para o lado progressista, muitos padres conservadores. Dessa forma, a partir do final da década de 60 e início dos anos 70, a Igreja vai se tornando mais comprometida com a justiça social e com os pobres (FRISANCO, 2000, p. 25).

A Igreja Católica, ou pelo menos parte dela, passou a atuar de modo concreto na luta pelos Direitos Humanos. A visita de D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo, que estava à frente da comissão de familiares de desaparecidos políticos, ao General Golbery é um episódio que retrata esse posicionamento. Invasões domiciliares, sequestros e torturas continuavam e atingiram a hierarquia da Igreja. Em setembro de 1976, o bispo de Nova Iguaçu – RJ, D. Adriano Hipólito, foi sequestrado e torturado por homens encapuzados que explodiram seu carro em frente à sede da CNBB, como forma de represália pelas manifestações em defesa dos Direitos Humanos.

O crescimento da oposição contra o regime e a vitória do MDB nas eleições de 1978 aceleraram o processo de redemocratização. A posse do novo presidente, o general João Baptista Figueiredo (1919-1999), presidente de 1979 a 1985, foi marcada por grande greve organizada pelo movimento sindical, que paralisou toda a região do estado de São Paulo conhecida como o ABC paulista.

Uma vez decretada a Lei da Anistia que concedeu aos políticos, artistas e demais brasileiros exilados e condenados por crimes políticos, o direito de retornarem ao Brasil, iniciou-se a abertura política que culminou no início de 1979 na aprovação da lei que restabelecia o pluripartidarismo.

A partir daí, fundaram-se novos partidos e ocorreram mudanças nos dois já existentes: a ARENA passou a ser denominada de Partido Democrático Social (PDS), ao passo que o MDB foi designado com a sigla PMDB. Dentre os partidos criados, evidencia-se o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que teve Leonel Brizola como seu membro mais ilustre (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

A década de 1980 iniciou-se com a consolidação da política de abertura, porém, as tensões entre o governo autoritário e a sociedade civil estavam cada vez maiores. Fato que retrata esse quadro de conflitos é a greve dos metalúrgicos deflagrada em março de 1980, sob a organização do movimento sindical, articulado pelo PT, cujo principal líder sindical foi Luis Inácio da Silva, o Lula.

A paralisação teve a duração de 41 dias e obteve o apoio maciço da sociedade civil. O governo utilizou medidas repressivas e a declarou como inconstitucional pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), com o enquadramento e detenção imediata dos líderes do movimento na Lei de Segurança Nacional.

A década de 1980 marcou uma profunda recessão econômica, fruto das consequências do “milagre econômico” da década anterior, mas também do início do processo de redemocratização do país.

Nos últimos anos do governo militar, a crise econômica se materializou na alta da inflação, pelo arrocho salarial e pela dívida externa. “Pela primeira vez em quatro décadas, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro acusava índice negativo, ou seja, o país não só deixava de crescer como também diminuía suas atividades econômicas” (NAPOLITANO, 1998, p. 78).

A crise social e econômica instalada estimulou os movimentos de esquerda a assumirem o processo de transição democrática. Organizaram eventos estratégicos de mobilizações, dos quais se destaca a greve geral de protesto com duração de 24 horas, no dia 21 de julho de 1983, que marcou a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o comício de abertura da campanha popular pelas eleições diretas para presidente, que reuniu aproximadamente 10 mil pessoas, a maioria simpatizantes do PT, em frente ao Estádio Pacaembu – SP, em 27 de novembro de 1983.

A partir daí, com o apoio do PMDB, os comícios realizados pelas Diretas-já se espalharam por todo o país, reuniam multidões e contavam com a participação de artistas, jogadores de futebol, personalidades e lideranças partidárias que discursavam em prol das eleições diretas. Entre eles se destacavam Ulysses Guimarães (1916-1992), Franco Montoro (1916-1999), Leonel Brizola (1922-2004) e Luís Inácio Lula da Silva. Na região norte do Paraná, precisamente na cidade de Londrina, o comício pelas Diretas-já aconteceu no dia 02 de abril de 1984, reuniu cerca de 40 mil pessoas e recebeu destaque n’*O Jornal de Maringá* (ANEXO N).

Conforme relato de Napolitano (1998), em março de 1984, alguns setores do PMDB ligados aos governadores Franco Montoro e Tancredo Neves se afastaram do movimento, pois uma vez que representavam a oposição liberal, temiam que as manifestações de rua dificultassem a saída negociada dos militares.

No dia da votação, 25 de abril, ocorreu em todo o país uma vigília cívica ao longo da madrugada, porém, o candidato do governo, Paulo Maluf, liderou o boicote à votação e o Congresso não atingiu o *quorum* mínimo para a aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Os meses posteriores foram marcados por negociações e articulações partidárias. Parte do PDS retirou seu apoio ao governo e deu origem à

Frente Liberal que se aliou ao PMDB e apresentou uma chapa conservadora formada por Tancredo Neves para presidente e José Sarney como vice.

Em 25 de janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos pelo Colégio Eleitoral, respectivamente presidente e vice-presidente do Brasil. Contudo, o presidente Tancredo por complicações de saúde faleceu antes da posse em 21 de abril de 1985. O vice-presidente José Sarney assumiu a presidência da república, marcou o fim do regime militar no Brasil, ratificado pela aprovação da nova Constituição em 1988.

A partir dos apontamentos de Azevedo (2001), percebe-se que, no período pós-autoritário, as preocupações da Igreja basearam-se essencialmente na consolidação do regime democrático e na preocupação com a vigência do neoliberalismo no Brasil, pois o considera elitista e concentrador de rendas. Paralelo a esse posicionamento, enfrentaria os desafios de uma sociedade urbanizada, que considera a religião como um assunto sem implicações sociais e que responde às necessidades e angústias individuais.

Deste modo, percebe-se que a Igreja Católica foi uma grande protagonista durante o período do golpe e do regime militar, seja pelo seu apoio inicial ou pelo rompimento que se deu a partir das denúncias de tortura e perseguição, tornando-a porta-voz na luta pela conquista da democracia, que nas palavras de Scott Mainwaring (2004), por meio de sua legitimidade moral, ajudou a derrubar o regime.

Nesse período, os artigos escritos em nome da Igreja Católica e contra a esquerda política, publicados n'*O jornal de Maringá*, tornaram-se menos frequentes e se restringiam a comunicar aos católicos: as programações da festa alusiva ao aniversário de ordenação episcopal do então bispo; divulgação da Campanha da Fraternidade; sobre a importância do celibato e outros temas não políticos. O que indica que o rompimento da Igreja Católica com o conservadorismo dos militares não foi ratificado em Maringá, em sua plenitude, como aconteceu no restante do país.

4 O JORNAL DE MARINGÁ: A IGREJA CATÓLICA E O DEBATE SOBRE A ESCOLA PÚBLICA E A ESCOLA PRIVADA NA TRAMITAÇÃO DA LDB Nº 4.024/61

“Lembra-te sempre, prezado leitor amigo: A vitória final da Igreja Católica será também a tua vitória”.

(D. Jaime Luiz Coelho, bispo de Maringá, Coluna *Por um Mundo Melhor* – *O Jornal de Maringá*, 10 de julho de 1960).

4.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024/61: Antecedentes Históricos

Pretende-se, nesta unidade, esboçar as vicissitudes por que passou a primeira LDB, desde a exigência de sua implantação pela Constituição de 1946, até sua aprovação, em 20 de dezembro de 1961 e os reflexos n’*O Jornal de Maringá*.

A Lei 4024, de 1961, primeira LDB, aprovada após um considerável período de discussão no Congresso Nacional, revelou-se um instrumento de mútua cooperação entre a rede privada, representada pela ala conservadora da Igreja Católica e os defensores da escola pública, sem mudanças significativas na educação brasileira. Para maior compreensão das questões assinaladas, é necessário um breve recuo histórico que demonstre o contexto das discussões acontecidas no período.

O projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação emanou da exigência do artigo 5º, inciso XV, alínea d, da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946. De acordo com Otaíza Romanelli, os princípios liberais da Carta de 1946

[...] que asseguravam direitos e garantias individuais inalienáveis, estavam visivelmente impregnados do espírito democrático tão próprio das reivindicações sociais do século em que vivemos. Foi assim, pois, que, ao aliar garantias, direito e liberdade individuais, com intervenção do Estado para assegurar essas garantias, direito e liberdade a todos a Constituição de 1946 fugiu à inspiração da doutrina econômica liberal dos séculos anteriores para inspirar-se nas doutrinas sociais do século XX. Nisso ela se distanciava também da ideologia liberal-aristocrática esposada pelas nossas elites, no antigo regime (ROMANELLI, 1978, p.171).

Assim, foi com base na doutrina presente na Carta Magna de 1946, e para cumprimento do artigo supracitado, que se impôs à União a tarefa de fixar as diretrizes da educação nacional. Foi para dar sustentação à tal exigência que Clemente Mariani (1900-1981), então Ministro da Educação e Saúde, instalou, em

29 de abril de 1947, uma comissão formada por educadores de variadas tendências, com o objetivo de elaborar o anteprojeto da LDB. A comissão era presidida pelo educador Lourenço Filho (1897-1970). Tem início, então, “um dos períodos mais fecundos da luta ideológica em torno dos problemas da educação” (ROMANELLI, 1978, p. 171).

Sob a presidência de Lourenço Filho, foram designadas três subcomissões que, dirigidas pelos respectivos presidentes, eram responsáveis por um determinado segmento educacional: o ensino primário, cujo presidente foi Almeida Junior; ensino médio, que teve Fernando de Azevedo como presidente, e o ensino superior com Pedro Calmon à presidência.

Após a elaboração do anteprojeto pela comissão, o Ministro Clemente Mariani realizou algumas alterações que cumpriam sobejamente os anseios do grupo que detinha o poder. Saviani (2007) evidencia o fato de que, embora a educação finalmente estivesse no meio de um amplo debate, ela continuaria pensada em termos mais conservadores, do que aberta aos desafios da modernização da produção, na medida em que as alterações propostas saíam dos recintos governamentais:

De modo geral a resultante dos trabalhos da Comissão, com os ajustes operados por Clemente Mariani, estava em consonância com a coalizão conservadora que sustentava o governo Dutra. A ela, com efeito, não estava ausente certa perspectiva modernizadora, uma vez que mantinha a característica de modernização conservadora que veio a marcar os grupos que ascenderam ao poder após a Revolução de 1930. Efetivamente, tratava-se de um projeto de iniciativa governamental: de um governo do PSD com seu ministro da UDN (SAVIANI, 2007, p. 283).

Ao discorrer sobre a manutenção da perspectiva modernizadora, Saviani se refere ao pensamento propagado pelos escolanovistas na década de 1920, que se fizeram representar majoritariamente por dezesseis membros na referida comissão.

O significado político da ação do Congresso na aprovação dessa lei culminou em um desenvolvimento lento que recaiu sobre o processo e não sobre o resultado final. Saviani (2007) visualiza que o Poder Executivo apresentava as leis sobre a educação e o Congresso Nacional se manifestava por meio das emendas e alterava-as de forma substancial. Com efeito, as estratégias de sustentação da política dominante prevaleciam em detrimento das questões pedagógicas e educacionais.

As reflexões de Saviani (2007) levam ao entendimento acerca da intenção política desse projeto. Os debates entre o deputado Gustavo Capanema e o governo originaram várias mudanças no projeto e, no momento de sua aprovação, a lei não respondia mais, por completo, a nenhuma das partes que disputavam a hegemonia ideológica na elaboração do mesmo. A estratégia de conciliação resultou em mudanças não significativas, e permaneceram as condições que ora prevaleciam na esfera educacional.

A discussão sobre os trâmites do projeto da primeira LDB carece da análise do contexto político e econômico do país à época. O Marechal Eurico Gaspar Dutra esteve na presidência do Brasil no período de 1946 a 1951 (foi nesse período que aconteceram as discussões sobre o anteprojeto da LDB). Sua atuação como presidente esteve atrelada aos interesses ideológicos norte-americanos. Desse modo, algumas medidas por ele tomadas não causaram estranheza, tais como a cassação do PC, bem como a rescisão das relações com a URSS. A partir daí, o conflito entre comunismo e capitalismo tomou os rumos da história, e o Brasil intensificou sua caça aos “inimigos vermelhos”.

Diante dessa conjuntura de excitação ideológica, toda ação que propunha uma mudança ou alvitrasse uma reforma social era imediatamente associada à ideologia comunista e impetuosamente combatida. Foi o que aconteceu com o projeto de lei apresentado por Clemente Mariani, definido como comunista por setores conservadores, ao propor a descentralização do ensino.

O suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, marcou o princípio da decadência de projeto de desenvolvimento autônomo, uma vez que com a eleição de Juscelino Kubitschek (1902-1976), em 1956, houve o estímulo para a entrada do capital estrangeiro no país e a tentativa de conciliação entre o modelo político nacional desenvolvimentista com o modelo econômico de substituição de importações, agenciando, assim, a cooptação entre o capital nacional e o estrangeiro.

Maria Luisa dos Santos Ribeiro (2003) defende que essa nova articulação econômica refletiu na organização social e política da sociedade, uma vez que aproximou a UDN e o PSD, duas das maiores forças políticas do Brasil. Esses se constituíram nos principais defensores do desenvolvimento da sociedade submissa ao capital internacional, entretanto, mobilizados pela desestabilização do capital nacional e pelo movimento de organização das classes populares, cada vez mais

crescente desde a década de 1950, passaram à investida que culminou com o golpe de 1964.

As discussões da comissão instituída culminaram no anteprojeto de lei que, após analisado pelo Ministro Clemente Mariani, passou por pequenas alterações e deu origem ao projeto da LDB, que foi encaminhado pelo Presidente da República à Câmara Federal, em 29 de outubro de 1948.

Iniciava-se assim o longo período de treze anos de debate até a aprovação da LDB. A origem da discussão relacionada ao anteprojeto solidificou-se a partir dos enfrentamentos de Gustavo Capanema (1900-1985), do PSD, ex-ministro da educação no governo de Getúlio Vargas e, à época, líder do governo na Câmara, acerca do projeto apresentado.

Segundo Capanema, o projeto apresentado não tinha suas bases pautadas no aspecto educacional, nem preocupação com os princípios pedagógicos e filosóficos, mas, constituía-se puramente numa campanha partidária anti-getulista. A partir de então, Capanema redigiu um parecer enviado para a Comissão Mista de Leis Complementares da Câmara, em 14 de julho de 1949, em que contestava o aspecto descentralizador do projeto e elaborou “uma interpretação centralizadora dos dispositivos constitucionais relativos à educação” (SAVIANI, 2007, p.284).

A resposta ao parecer emitida por Almeida Junior pautou-se também na constituição para defender a posição descentralizadora no campo educacional, uma vez que, para os escolanovistas, a descentralização da educação favorecia a contextualização do processo educativo no âmbito regional.

Tal discussão culminou no arquivamento do projeto de lei que, até 1952, ficou restrito ao exame das comissões parlamentares. Notadamente, em 29 de maio de 1957, aconteceu a primeira discussão sobre o projeto de lei da LDB que, nessa segunda fase, caracterizou-se pela disputa entre a escola pública e a escola privada, esta última representada pela Igreja Católica.

O debate educacional que polemizou o litígio do público e do privado, na tramitação da LDB, teve como principais protagonistas o professor Anísio Teixeira (1900-1971) e a alta hierarquia da Igreja Católica, representada pelo Arcebispo de Porto Alegre, D. Alfredo Vicente Scherer (1903-1996).

A gênese da discussão se deu quando Anísio Teixeira, ao participar do I Congresso Estadual de Educação Primária, realizado em Ribeirão Preto, de 16 a 23 de setembro de 1956, proferiu uma conferência intitulada “A Escola pública,

universal e gratuita”, em que apresentava a defesa da escola pública, e a considerava como uma instituição escolar genuinamente democrática.

A intervenção de Anísio Teixeira no debate explicitou a oposição da Igreja – que o identificou como o elemento a ser combatido.

Com um discurso contundente, Anísio Teixeira (1956) asseverou que a falta de clareza acerca da concepção da escola pública e a aceitação “semi-indiferente” da escola privada estabeleciam um dos aspectos que intensificavam a desestruturação de uma política educacional específica.

O levante católico se deu no mês de novembro do mesmo ano, quando o deputado Pe. Fonseca da Silva, em seu pronunciamento no plenário da Câmara Federal, referiu-se a Anísio Teixeira como comunista e conectou o conteúdo da conferência por ele proferida à teoria marxista.

Anísio Teixeira, que à época encontrava-se na direção do Instituto Nacional de ensino e Pesquisa (INEP) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), era considerado o principal representante dos educadores brasileiros. Seguiu-se assim uma série de críticas da Igreja Católica a Anísio Teixeira. Diante delas, o educador se justificava e reiterava sua posição contrária ao marxismo.

Em 1957, a discussão chegou à Associação Brasileira de Educação (ABE) da qual Anísio Teixeira era membro do Conselho Diretor. Em vista das constantes críticas por parte do deputado Pe. Fonseca e Silva, a ABE decide instaurar uma comissão para analisar a conferência proferida em Ribeirão Preto e determinar as decisões a serem tomadas.

Após a análise do conteúdo da conferência, a comissão emitiu um parecer que foi aprovado por unanimidade pelo conselho da ABE em reunião realizada em 7 de janeiro de 1957. Em resumo, o parecer concluiu que o discurso de Anísio Teixeira era compatível com os ideais de educação almejados pela democracia ocidental e que não existe relação entre os princípios de John Dewey e a “doutrina do determinismo econômico” de Marx (SAVIANI, 2007).

Entretanto, a Igreja Católica não se deu por vencida e, sob a liderança de D. Alfredo Vicente Scherer, os bispos do Rio Grande do Sul elaboraram um memorial que ficou conhecido como “Memorial dos Bispos”, que criticava as ações de Anísio Teixeira e do INEP a fim de afastarem da direção do instituto.

O embate assumiu grandes proporções e, em resposta ao memorial “529, intelectuais, cientistas e professores reconhecidos em todo o país lançaram um abaixo-assinado em apoio a Anísio Teixeira, que foi mantido no cargo por Juscelino Kubitschek” (SAVIANI, 2007, p. 287).

Apesar das várias manifestações de Anísio Teixeira, que justificava seu posicionamento teórico e insistia em seu apreço pela escola privada, a hierarquia católica continuava a tecer-lhe severas críticas. Isso porque o embate que se tratava não se relacionava à pessoa de Anísio Teixeira, nem mesmo sua convicção teórica, mas,

O que estava em causa era o que ele representava, e que estava resumido no título de sua conferência: a luta pela implantação e consolidação de uma escola verdadeiramente pública, universal e gratuita. E a Igreja sentiu-se ameaçada, pois interpretou que, universalizando-se a escola pública e gratuita, ela se estenderia a todos e atenderia a todas as necessidades educacionais da população (SAVIANI, 2007, p. 288).

O acirrado debate, que tomou amplas proporções, envolveu boa parte dos meios de comunicação e acarretou na apresentação de um novo substitutivo no Congresso Nacional, realizado pelo deputado udenista Carlos Lacerda. O substitutivo pautava-se nas conclusões obtidas no III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares, realizado em janeiro de 1948, que defendia os interesses desse grupo.

Basicamente, o “substitutivo Lacerda” representou uma substancial alteração ao conteúdo do primeiro projeto. Essas inovações consistiam em diminuir o controle da sociedade política sobre a escola e atribuí-la essa responsabilidade ao poder privado, sob o argumento de atribuir aos pais o dever de educar os filhos e ao mesmo tempo garantir à família a liberdade de escolha.

De acordo com o substitutivo, caberia ao Estado repassar os recursos às instituições privadas, e o ensino público se daria supletivamente. Outro ponto apresentado e, no mínimo questionável, consistia na não fiscalização do ensino privado por parte do Estado, que transferia essa fiscalização ao próprio estabelecimento de ensino. Os defensores da escola pública, os Liberais, opunham-se ao projeto, pois para este grupo o ensino era obrigatoriedade do governo, que

deveria primar também pela manutenção da laicidade da escola. Sobre esse assunto, Ester Buffa (1979) enfatiza:

[...] a escola pública leiga é a única que, por forças de seus próprios princípios básicos garantirá a plena realização das possibilidades humanas dos homens, desde que aceitamos a busca integral da verdade como valor supremo da educação e a liberdade integral de consciência e pesquisa como seu corolário indispensável (BUFFA, 1979, p. 53).

Assim, o foco da discussão se deslocou da figura de Anísio Teixeira e teve início outro duelo. De um lado, os defensores da escola privada, representada pela Igreja Católica com o apoio dos proprietários das escolas privadas, do outro lado, educadores, intelectuais e pesquisadores defendiam a escola pública e gratuita para todos.

De acordo com Saviani (2007), dentre os defensores da escola pública era possível definir três correntes básicas de pensamento: a corrente liberal idealista; a corrente liberal pragmatista e a corrente da tendência socialista.

A corrente denominada liberal idealista era representada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, sob a direção de Julio de Mesquita Filho, e professores da Universidade de São Paulo (USP). Tal tendência, fundamentada pelos princípios kantianos, defendia que o papel da educação era converter o homem em um ser moral, de modo a superar sua animalidade.

O segundo grupo, constituído pelos educadores do movimento da Escola Nova, compunha a corrente liberal-pragmatista, que considerava o homem como um valor absoluto. Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Almeida Junior e Lourenço Filho foram os principais defensores da escola pública orientados por esta corrente de pensamento.

Florestan Fernandes foi o principal líder da tendência socialista. Tal corrente se distanciava da tendência liberal-idealista e da tendência liberal-pragmatista, pois considerava a educação resultado de determinantes sociais. Sua atuação frente aos debates da LDB contribuiu para que as discussões chegassem às camadas populares da sociedade.

Em 1959, a corrente liberal-pragmatista, liderada por Fernando de Azevedo, estruturou o movimento em defesa da escola pública no manifesto “Mais uma vez

convocados”, como uma forma de retomada das diretrizes educacionais redigidas 27 anos antes pelos Pioneiros da Educação Nova.

Percebe-se que no manifesto “Mais uma vez convocados”, assim como nas bases de discussão da escola privada, o foco não estava na questão pedagógico-didático, como em 1932 no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Para Saviani, tal questão se explica por duas razões:

Por um lado, esse novo manifesto, em razão das circunstâncias em que surgiu, mais ainda que o de 1932 tem como móvel a defesa da escola pública vista pelo ângulo do dever do Estado de manter e expandir os sistemas de ensino e da necessidade de que os recursos públicos reservados à educação sejam destinados exclusivamente ao ensino público. Por outro lado, nesse momento, em termos didático-pedagógicos, a orientação renovadora tinha ampliado sua influência a tal ponto que as próprias escolas católicas não lhe opunham maior resistência (SAVIANI, 2007, p. 296).

Em 25 de fevereiro de 1960, após aprovação pela Câmara dos Deputados, o projeto foi levado ao senado. As discussões no Congresso Nacional iniciaram-se em 1961, e foi aprovado pela comissão de constituição e justiça e pela comissão técnica especializada em educação e cultura. Assim, a primeira LDB foi sancionada pelo presidente João Goulart, em 20 de dezembro de 1961, e passou a vigorar em 1962.

Anísio Teixeira, ao examinar a lei nº 4024/61, considerou que com sua aprovação a intenção de descentralizar a educação, instituída enquanto sistema educacional, denotou a vitória da orientação liberal, que desde 1920 defendia a autonomia dos estados.

Entretanto, ainda segundo Teixeira (1962), a vitória não se deu plenamente, pois foram permitidas concessões à iniciativa privada, uma das razões pelas quais a aprovação da LDB não foi considerada em sua plenitude conforme desejavam os Pioneiros da Educação Nova.

Na história da educação brasileira não há registro de nenhum outro projeto de lei que tenha sido tão amplamente discutido quanto o que resultou na lei nº 4.024/61. Conforme Romanelli (1978), os resultados finais apresentados após anos de discussão podem ser avaliados de modo negativo ao se considerar que o produto final pouco contribuiu para a evolução do sistema educacional brasileiro. Entretanto, segundo a autora, os relacionamentos com o próprio debate teórico, antes da promulgação da Lei, foram resultados positivos, pois mostraram que educadores de

diferentes gerações tinham a firme convicção da luta iniciada nas décadas anteriores e tolhida durante o período ditatorial.

Pode-se dizer que a primeira LDB pouco contribuiu para a consolidação dos princípios de uma escola pública de fato para todos. Apesar dos intensos debates, o projeto vitorioso representava as forças conservadoras e que, de certo modo, ao favorecer as escolas privadas com recursos públicos, o Estado possibilitou a privatização do ensino nas décadas futuras.

4.2 O Debate Político e Ideológico Acerca da LDB 4.024/61 nas Páginas d'O *Jornal de Maringá*

O bispo D. Jaime Luiz Coelho propagava no periódico uma posição ideológica impregnada de valores considerados fundamentais à manutenção do pensamento católico. Ao enfatizar que a vitória da Igreja Católica significava também a vitória individual frente aos problemas sociais, o bispo credenciava essa Instituição como a mais importante representante da política no Brasil.

Toda vitória só se dá mediante uma batalha ou disputa, portanto, permite-se aqui o seguinte questionamento: Contra *o quê* exatamente esse bispo, como representante da cúpula católica, travava a batalha? Seu debate gravitou em defesa da escola privada, de cunho elitista, como se verá a seguir.

O embate ideológico que se deu na tramitação e aprovação da primeira LDB nº 4024/61, envolveu diversos segmentos da sociedade. Dessa forma, pretende-se nessa subseção apresentar como se deu a propagação dessa disputa nas páginas d'O *Jornal de Maringá*.

A hegemonia no campo educacional pela Igreja Católica perpassou um período significativo na história do Brasil. Conforme as contribuições de Gomes (2006), mesmo após a separação entre a Igreja e o Estado, ocorrida com a proclamação da República, os católicos continuaram a se articular a fim de restaurar, mesmo que em parte, os privilégios que detiveram até então. A partir daí, a educação, sob a “bandeira da escola católica”, assumiu de fato o objetivo de auxiliar o restabelecimento da hegemonia do pensamento religioso (GOMES, 2006, p. 4).

Nas seções anteriores, fez-se referência à estrutura do periódico em estudo, ao mencionar as principais colunas d'O *Jornal de Maringá*, com destaque à coluna *Por um Mundo Melhor*.

O principal articulador dessa coluna foi o bispo diocesano D. Jaime Luiz Coelho, que cumpria o papel de informar e formar os católicos e os não-católicos sobre o que de mais atual acontecia em todas as dimensões da sociedade, ainda que as modernidades não devessem ser seguidas à risca. Em específico, em relação à LDB, D. Jaime travava uma batalha contra o pensamento difundido pelos Pioneiros da Escola Nova na década de 1920, e que constituíram a base da estruturação do anteprojeto da referida lei, sobrepondo a escola pública à privada.

Em relação aos debates da LDB, ideologicamente, o grupo católico representava o continuísmo das políticas educacionais até então existentes, voltadas para a defesa da escola privada, ao passo que a proposta inicial apresentada pelos escolanovistas apresentava, de certa forma, a possibilidade de estender o acesso à escola para a classe média e às classes populares (CURY, 1988).

De acordo com o professor Jamil Cury, a atuação do Estado nesse contexto foi a de mediador entre os diferentes grupos ideológicos envolvidos no debate, pois “o Estado como estrutura máxima de poder, que representa em instância jurídica e ideológica os interesses da classe dominante, como sendo os interesses de toda a nação, é um Estado de compromisso entre as várias frações de classe” (CURY, 1988, p. 25).

Para a análise dos debates educacionais, políticos e sociais da primeira LDB, é necessário o entendimento de que tais disputas teóricas tiveram sua gênese nas décadas anteriores. O fim da II guerra mundial em 1945, o declínio e o término do Estado Novo no Brasil em 1946, e o início da Guerra Fria foram eventos que marcaram, em substancial, a relação entre as nações e refletiram em todos os segmentos da sociedade brasileira. Desse modo, o debate educacional, nesse período no Brasil centrado na discussão sobre a LDB, não ficou isento de tais influências.

No Brasil, as consequências da Guerra Fria foram percebidas de forma nítida por meio do afastamento de membros do PC, que participaram da Assembléia Constituinte para a elaboração da Constituição de 1946. O partido foi posto na clandestinidade.

De acordo com Ester Buffa e Paolo Nosella (1997), ainda que o debate educacional desse período, cujo cerne foi a LDB, insistisse na escusa da democracia e da liberdade, conforme o título I do documento, que trata dos fins da educação, seus limites e contornos eram pautados pela luta contra o comunismo.

Uma vez eleita pela Igreja Católica como um rico e indispensável instrumento de formação das classes mais abastadas da sociedade, a escola, ao mesmo tempo, constituía-se numa organizada estrutura de luta contra o comunismo. A compreensão do envolvimento da Igreja Católica nos debates que envolviam a educação remete à necessidade de uma visão de totalidade sobre como a Instituição a entendia.

Convém lembrar que a escola deve ser considerada como uma instituição que se configura no período histórico e que responde de pronto às necessidades postas socialmente. Entretanto, mesmo no século XXI, percebe-se que muitas pessoas reproduzem um discurso teórico que apresenta a escola como a Instituição redentora, aquela responsável pela restituição da sociedade; “em grande parte, isso se resulta dum discurso político que incorporou a idéia de modernização a partir do pensamento racionalista positivista que se desenvolveu, sobretudo nos últimos séculos” (FERREIRA, 2005, p. 178).

Deste modo, a Igreja, conhecedora da conveniência da escola enquanto instituição educadora, procurou construir junto aos leitores um ideário de defesa dos interesses da escola privada, com o intuito de despertar na coletividade o apoio involuntário ao investimento do ensino à elite.

Jamil Cury (1988), ao discutir a atitude da Igreja frente ao confronto com os escolanovistas e seus herdeiros em razão da elaboração da Constituição de 1946, afirma que a visão educacional do núcleo católico pode ser analisada a partir de “dois pontos de vista que se entrelaçam e se completam” (CURY, 1988, p. 53).

Assim, o primeiro ponto apresentado por Jamil Cury (1988) diz respeito ao processo da educação e sua estrutura. Para a Igreja Católica, a filosofia pedagógica sustenta o ideal pedagógico a partir de princípios coerentes com o conceito de homem e de mundo do catolicismo, princípios estes fundamentais para manter a ordem e evitar a agitação social. O ideal pedagógico não advém das ciências experimentais, e sim de uma concepção de vida regida pelas ciências especulativas que são conduzidas pela ética subordinada à teologia, o que resulta na ordenação adequada dos ideais intelectuais e sociais (CURY, 1988, p. 54).

O segundo ponto de vista parte do pressuposto de que a educação é naturalmente alcançada pelo homem ao buscar a verdade na sociedade, e encontrar na criação a vontade divina. Entretanto, esta inclinação natural deve ser mediada por três sociedades: a sociedade sobrenatural, que é a Igreja, a sociedade natural básica, que é a família e a sociedade temporal, representada pelo Estado.

Uma vez que a missão de educar foi atribuída à Igreja Católica por Jesus Cristo, a Instituição tem autoridade e autonomia para ensinar em nome do dogma e da moral cristã. A primazia pela educação moral e religiosa dos batizados e não-batizados tem a finalidade de impedir a proscrição de Deus da sociedade.

A família é a sociedade que ratifica o papel da Igreja e atua como uma espécie de igreja doméstica. Cabe aos pais manter a criança nos princípios éticos e religiosos que, uma vez pautados na educação integral dos filhos, confiam à escola parte da responsabilidade de formar virtuosos cidadãos. O papel da escola assume uma singular importância, pois age na formação da sociedade futura e tem sua ação explicitada frente à atuação da terceira sociedade que é o Estado (CURY, 1988).

O Estado deve se subordinar às ordens naturais e divinas, em concomitante, aceitar a hierarquia Igreja e família, e são complementadas pela Escola, pois esta atua na ampliação das atividades intelectuais, morais, físicas e religiosas que culminam na formação integral do indivíduo. De acordo com tais princípios, cabe ao Estado garantir meios que favoreçam a implantação de escolas que atendam às necessidades dos pais, sem infringir os direitos da igreja doméstica (CURY, 1988).

Percebe-se que, movida pelo princípio da ordem, a Igreja Católica considera a educação como um conjunto de valores que norteiam a vida humana, e que é capaz de direcioná-la na construção de um ideário social. A partir de tais considerações é possível um maior entendimento da LDB.

Tal debate foi tema de destaque na coluna *Por um Mundo Melhor*, e nos debates veiculados também nos grandes centros do país pelos mais diversos órgãos de imprensa. O conteúdo dos artigos sobre a LDB merece atenção por dois motivos em especial: primeiro, as estratégias de convencimento do leitor para apoiar a sua causa, e segundo, a tentativa de conciliar aos aspectos educacionais o ideário católico com o intuito de retomar o seu espaço na hegemonia do campo educacional.

Cabe mencionar a importante contribuição de Saviani, ao elencar a participação da imprensa na formação da opinião pública, frente ao debate estabelecido:

A Igreja mobilizava todos os seus quadros na defesa de determinada posição que consultava os interesses privatistas. A imprensa mobiliza-se, posicionando-se alguns órgãos a favor da escola privada e outros a favor da escola pública. A revista *Vozes*, órgão da Igreja Católica perfilha obviamente a posição desta. Entre janeiro de 1957 e fevereiro de 1962 publica em torno de 84 matérias relacionadas com o problema das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A revista *Anhembi*, por sua vez, empalma a campanha em defesa da escola pública pondo em circulação, entre março de 1957 e setembro de 1961, cerca de trinta artigos. A mesma posição é assumida pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que na verdade se colocou à frente da campanha em defesa da escola pública com mais de sessenta matérias divulgadas sobre o assunto entre janeiro de 1957 e março de 1962. *O Correio Paulistano*, de São Paulo, e a *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, colocam-se ao lado da corrente privatista, ao passo que *A Tribuna de Santos* e também, de certo modo, a *Folha da Manhã* (*Folha de São Paulo*) e o *Correio da Manhã*, embora não monoliticamente, engrossam a campanha da escola pública. Praticamente todos os jornais brasileiros publicaram no período alguma matéria sobre o assunto (SAVIANI, 2006, p. 43).

Pelo número elevado de artigos e matérias divulgadas pela imprensa, relacionadas com esta temática, percebe-se a ampliação do debate educacional para toda a sociedade. Quanto à dimensão desta discussão, cabe frisar que foram vários os partidos ideológicos que se posicionaram diante da política educacional. Esta pesquisa enfoca o posicionamento da Igreja Católica em favor da escola privada e do confronto que se deu com os segmentos que atuaram em defesa da escola pública, conforme apresentado no início desta seção.

Merece destaque o fato de que na coluna *Por um Mundo melhor* há um discurso em defesa das escolas privadas. É importante lembrar que nessa época havia na cidade de Maringá três grandes instituições confessionais católicas privadas: o Colégio Santa Cruz, dirigido pelas Irmãs Carmelitas da Caridade de Vedruna, que aqui se instalaram em 1952, o Colégio Santo Inácio, cuja instalação se deu em 1957, e o Colégio Marista de Maringá, trazido à cidade em 1958.

Os questionamentos sobre a LDB, que até então se pautavam na centralização e descentralização da educação, passaram a enfatizar os recursos

destinados à escola pública e à escola privada, aos objetivos da educação, à forma de administração do ensino e ao conceito de liberdade.

Essa discussão passou a se fazer presente nas páginas d'O *Jornal de Maringá*. O primeiro exemplar do jornal, que se encontra nos arquivos da biblioteca municipal de Maringá, de 03 de março de 1960, apresenta na coluna *Por um Mundo melhor* um artigo sobre a aprovação do projeto da LDB pela Câmara Federal.

COLUNA POR UM MUNDO MELHOR – PROJETO DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO: A aprovação do projeto de diretrizes e bases da educação pela Câmara Federal está provocando manifestações no país que seriam extremamente proveitosas caso estivessem sendo feitas de boa fé, com o objetivo real e efetivo de debater a reforma do ensino no país.

Ao que parece, entretanto, o que se está fazendo é uma grande montagem publicitária, para desacreditar no espírito do público, a própria idéia de reformar o ensino. Ainda ontem chegou de São Paulo a notícia que professores da Faculdade de Filosofia vão enviar ao Senado uma representação condenando o projeto aprovado pela Câmara. Dizem os autores da referida notícia que não obstante reconheçam a existência de dispositivos muito bons no projeto, os defeitos são tais que só resta apelar para o esclarecido espírito de patriotismo que tem caracterizado os eminentes senadores da República no sentido de sua rejeição, afim de que novos estudos sejam feitos 'por especialistas'. Como se verifica os autores da algaravia montada em torno deste projeto botam por fim a calva à mostra. Afinal de contas o Brasil não é um país de desmemoriados para que seja preciso historiar novamente os feitos que cercam a tramitação do ensino. Todos sabem que a Lei de Diretrizes e Bases se arrasta a doze anos no Congresso. Durante esse tempo, cinco ou seis substitutivos foram elaborados para aperfeiçoar e atualizar o primitivo projeto apresentado, ao tempo do governo Dutra pelo Ministério da Educação. Nos anos de 1958 e 1959 a matéria entrou num ritmo de relativa aceleração e o projeto foi integralmente reelaborado por uma comissão de representantes de todos os partidos que tem assento na Câmara. Depois de debatido, revisto e discutido por todos os lados foi, o projeto aprovado no plenário por unanimidade (O JORNAL DE MARINGÁ, 3 de março de 1960, p. 2) (ANEXO O).

Ao demonstrar seu descontentamento pelos segmentos que se posicionavam contrários ao resultado da aprovação do projeto pelo plenário da Câmara e propunham novas mudanças, a Igreja enfatiza o longo processo já percorrido pelo projeto. Assim, o artigo deixa claro seu posicionamento em relação à imediata aprovação do projeto. Também ressalta que a tramitação desse projeto se estendia por doze anos e foi alterado pelos substitutivos apresentados, o que culminou na reestruturação do projeto inicialmente apresentado.

O artigo não explicita claramente em favor de quem advogava tais substitutivos, e classifica algumas manifestações em favor da escola pública de má fé e de não contribuírem com o debate da reforma do país, o que demonstra a não neutralidade do jornal, que se fazia porta-voz de uma ideologia. Isso posto, é importante enfatizar que a educação era apresentada como a “redentora” de todos os problemas apresentados na sociedade, inclusive na manutenção da ordem da pública, por isso o discurso da Igreja perpassava pela autoridade “natural” da família sobre a educação dos filhos.

A descrição da tramitação do projeto, realizada no artigo, apresenta o acompanhamento do autor sobre as questões políticas que envolveram sua trajetória. Por outro lado, desmerece o movimento organizado por professores universitários, o que demonstra a não compreensão conceitual de um real debate, pois considera como verdadeiras e lícitas somente as proposições que defendem os seus próprios interesses. Tal característica também é percebida em outros artigos divulgados na coluna *Por Um Mundo Melhor*.

Observam-se dois períodos de debate: o primeiro, que abrangeu o período de 1948 até 1958, inaugurado com a apresentação do anteprojeto, e um segundo período, que se iniciou em 1948 e se estendeu até a aprovação do projeto.

O primeiro anteprojeto apresentado trazia a questão da centralização ou descentralização e se mostrava concatenado com as aspirações contidas na Constituição. Em relação à administração, o anteprojeto propunha a instalação de um Conselho Nacional de Educação que atuaria como assessoria do Ministro, cabendo ao Ministério da Educação o papel de cumprir os compromissos em relação à educação. Para isso, seria estruturado o sistema federal de educação que a organizaria nos territórios e nos estados, além da criação dos sistemas estaduais de educação.

De acordo com Romanelli (1978), este foi o aspecto mais conflitante, pois envolvia as teses de centralização e descentralização. Para pôr fim às discussões o legislativo apresentou emendas e substitutivos que atenuaram pouco as divergências.

O anteprojeto apresentava-se coerente com as mudanças sociais pelas quais passava o país. Contudo, foi arquivado, pelo fato de não ter contemplado, segundo o deputado Gustavo Capanema (PSD), sua função pedagógica, mas se apresentava como uma campanha antigetulista. Foi excluído da ordem do dia nas discussões por

outro substitutivo apresentado pelo deputado Carlos Lacerda (UDN). Desta vez, o foco da discussão da centralização da educação deslocou-se para a questão da “liberdade do ensino”.

O deputado Carlos Lacerda apresentou outros dois substitutivos, um em 1958, e outro em janeiro de 1959, este último foi levado à discussão.

Ao discorrer sobre os mecanismos apresentados pelo Substitutivo Lacerda e o impacto de sua aprovação na educação nacional, Romanelli se manifesta:

Vem a propósito tecer aqui, algumas considerações, a fim de se ter uma idéia da intenção dos interesses privatistas. A primeira delas é a de que o ensino secundário, área de prioridade e preferência da iniciativa privada, o anteprojeto consagrava 15 artigos, enquanto, para o ensino superior, apenas 3, ainda assim, com um deles consagrado ao reconhecimento das Universidades particulares, para o que estipulava, como única condição, o voto favorável de dois terços dos membros do Conselho Nacional de Educação. A segunda é a de que igualmente 15 artigos foram dedicados ao título- ‘Recursos para a Educação’ – e todos, sem exceção, regulamentando a forma como o Estado deveria proceder para destinar fundos a estabelecimentos de ensino particular. Nenhum, portanto, era dedicado a prever como o Estado conseguiria esses recursos, nem como os aplicaria na expansão da rede de ensino oficial, a fim de atender às necessidades do país (ROMANELLI, 1978, p. 175).

A partir das observações apontadas pela autora, nota-se que o que estava em questão não era simplesmente a disponibilidade de um ou outro recurso financeiro, mas tratava-se de um debate que definiria o rumo da educação pública no país.

Ao veicular na Coluna *Por um Mundo Melhor* artigos sobre a LDB a Igreja deixa claro que se trata de um tema consideravelmente importante para a instituição. A preocupação da Igreja Católica diante da não aprovação do referido Substitutivo foi tema também na coluna *Por Um Mundo Melhor* de 16 de março de 1960.

COLUNA POR UM MUNDO MELHOR – A DEMOCRACIA NEM TODOS A COMPREENDEM: A batalha de liberdade do ensino acabou, parcialmente, suprimindo a vitória em favor da democracia e da verdade. Mas uma minoria barulhenta – teleguiada por forças ocultas – inconformada com o legítimo resultado, desencadeou uma corrente de protestos junto a Câmara Federal e ao Senado, pedindo a este que rejeite o substitutivo Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ora o que temos a responder aos inconformados é apenas o seguinte: não compreende a democracia e não são dignos de viver sob sua tutela, sob a bandeira, sob a vivência democrática do país. Quem é digno da democracia sabe reconhecer, respeitar e

enquadra-se dentro dos princípios claros definidos, legítimo que devem reger, a sociedade, para o bem comum da mesma.

Pois bem à sociedade, ficou provado que no tocante ao ensino, os princípios e os resultados reais são os seguintes:

A liberdade de ensino reconhece que à família cabe escolher com propriedade, o gênero de educação que deve dar aos filhos (O JORNAL DE MARINGÁ, 16 de março de 1960, p. 2).

Para a Igreja, o Substitutivo Lacerda contemplava as aspirações cristãs, pois garantia os direitos da família, bem como a liberdade da escola confessional. Essa liberdade é compreendida pela Igreja sob o prisma da escolha cristã, pois advoga que a educação dos filhos deve ser dada de acordo com as preferências da família. O controle exclusivo da atividade educacional pelo Estado é atribuído pela Igreja como um preceito socialista, pois limita o indivíduo ao despotismo.

O Substitutivo Lacerda alvitrava o domínio da educação pela sociedade civil e defendia de certo modo, um modo de privatização do ensino, pois propunha o financiamento da educação privada pelo Estado sob o argumento da liberdade do ensino.

Outro elemento importante apresentado no artigo é ênfase dada à inoperância da escola pública. Mais uma vez é reforçada a idéia por parte do articulista, de ser legítima e necessária a contribuição financeira do Estado à rede privada, que majoritariamente estava a serviço da Igreja Católica.

O Substitutivo Lacerda apresentava inicialmente a defesa da família como responsável pelo direcionamento da educação dos filhos, conforme o artigo 3º assim escrito: “A educação da prole é direito inalienável e imprescritível da família”. Em seguida, o artigo 4º apresenta a escola como extensão da família, com a seguinte redação: “A escola é, fundamentalmente, prolongamento e delegação da família”. Finalmente, o artigo 5º aponta o real objetivo do substitutivo, assim descrito:

Para que a família por si ou por seus mandatários, possa desobrigar-se do encargo de educar a prole, compete ao Estado oferecer-lhe os suprimentos de recursos técnicos e financeiros indispensáveis, seja estimulando a iniciativa particular, seja proporcionando ensino oficial gratuito ou de contribuição reduzida (ROMANELLI, 1978, p. 174).

Percebe-se aqui que o real interesse do substitutivo não estava centrado na liberdade de ensino ou no direito da família, e sim na defesa de aquisição de recursos destinados ao ensino privado. Cumpre destacar que o discurso que envolve a destinação dos recursos à rede privada vinha sempre calcado aos direitos

da família, que tinham sua base filosófica nas sociedades que representavam a missão educadora da Igreja, conforme enunciado no início desta seção.

A ampliação do sistema escolar passa a ser objeto de luta estimulada pelas camadas populares e, contraditoriamente, estava sob o controle da elite que buscava conter o movimento popular em ascensão no Brasil.

Deste modo a liberdade de ensino defendida pelos católicos, na verdade revelava-se na acomodação da educação ao modelo econômico do privatismo, ratificado no alargamento do mercado e do consequente lucro das escolas privadas.

O ensino particular, no Brasil, atende à maioria dos alunos em todos os cursos;

É certo que o ensino fornecido pelo governo, não tem possibilidade de atender a todos os alunos do Brasil;

O ensino particular é enormemente mais barato que o ensino oficial;

No mais é natural e lógico que o Governo estenda as mãos ao ensino particular e o auxilie. Os impostos recolhidos pelo estado devem beneficiar a toda a sociedade.

Ninguém desconhece esses pontos. Mas não se conformam em reconhecê-los. Em todo caso: sua alma sua palma. Agora, que essa teimosia e cegueira (e por parte dos mentores: organização sinistra que pretende disgraciar o Brasil), não devam tornar-se lei para a nação não há quem não veja. Pelo contrário devemos continuar vigilantes e sem tréguas, combater tão louca quão impatriótica pretensão dos antidemocráticos. Quem tem menos direito de falar, de definir-se, de manifestar-se são principalmente esses tais inconformados com a verdade e os fatos.

É sumamente lamentável, outrossim, que se queira levar para o lado político a Lei de Diretrizes e Bases do ensino. Porque paira muito acima de toda agremiação partidária. E se não fosse por outro motivo seria mais eficiente o seguinte: precisamos salvar o ensino para que este melhore a política partidária vigente. Pe. F. Dionísio (O JORNAL DE MARINGÁ, 16 de março de 1960, p. 2).

Na verdade, o que fora tratado pelo artigo como a naturalização e logicidade do investimento do dinheiro público ao ensino privado, nada mais era do que uma estratégia para a manutenção do ensino eximamente elitista.

Para a Igreja, a escola se faz um importante agente de estruturação social, uma vez que nela estão presentes os futuros chefes de família e de governo. Aí reside a importância da atuação escolar em “formar” a elite nacional, pois os alunos se constituíam em futuros legisladores do país. Desta feita, tal disputa não se restringe ao controle do sistema de ensino, mas, para a Igreja, como uma disputa política. Coaduna-se a esta discussão a análise apresentada por Ferreira sobre a relação entre a Igreja e a escola:

A Igreja serve-se da escola menos como instrumento de difusão religiosa e mais como entidade formadora de quadros necessários à administração do poder. Sublinhe-se que a Igreja é uma organização complexa e tem necessidade de formar pessoas com competências diversificadas. A escola foi mesmo ocasião de grandes períodos de convivência entre os interesses burgueses e os do cristianismo (FERREIRA, 2005, p. 194)

Esses elementos pautavam-se no conceito de educação difundido pela Igreja, que se fundamentava na formação moral e científica da pessoa.

O último parágrafo do artigo faz referência à disputa partidária que se deu ao projeto de lei, conforme apresentado na primeira seção deste capítulo, que envolveu inicialmente o então Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, membro da UDN e o deputado Gustavo Capanema, do PSD, mesmo partido do Presidente Eurico Gaspar Dutra à época, e ainda o PTB, que integrava a base de apoio ao governo.

O artigo apresenta uma afirmação que acarreta, de certo modo, a necessidade de discorrer, mesmo que brevemente, sobre o conceito de partido político. Saviani, ao realizar uma contraposição entre os partidos políticos e os partidos ideológicos, afirma que

O partido político é o organismo da sociedade civil, que se relaciona diretamente com a sociedade política, visando à posse, controle ou fiscalização do aparelho governamental. Já os partidos ideológicos formam a própria base da sociedade civil, relacionando-se indiretamente com a sociedade política através dos partidos políticos. Em consequência os partidos políticos estão diretamente representados no Parlamento, enquanto que os partidos ideológicos aí se fazem representar de modo mediato, ou seja, pela mediação dos partidos políticos (SAVIANI, 2006, p. 4).

À vista deste referencial teórico, percebe-se a intenção do autor do artigo publicado no *O Jornal de Maringá*, ao tentar desvincular a tramitação da LDB de um ato político, bem como afirmar a superioridade do projeto em relação à “agregações partidárias”, uma vez que os partidos políticos não agem por si só, mas refletem, como enfatizou Saviani, os interesses ideológicos de determinados grupos.

No artigo do dia 22 de julho de 1960, o título *Defesa da Escola Particular*, deixa claro em favor de quem a Igreja Católica advogava. Aqui se faz presente a

defesa explícita da escola privada, em contrapartida, atribui aos defensores da escola pública a posição de “inimigos” da LDB.

Outro fator enfatizado no artigo é a intenção de apresentar ao leitor a educação pública desnuda, sucateada e como objeto de desvio do bem público.

COLUNA POR UM MUNDO MELHOR - DEFESA DA ESCOLA PARTICULAR: Ninguém ignora que as leis e mais ainda, os projetos dos homens estejam passíveis de falhas e erros. Salta, porém, aos olhos a perseguição sistemática que os inimigos das Diretrizes e Bases, vêm movendo contra o ensino particular. Depreciam-no com exageros, a escola particular nos arraiais inimigos é um verdadeiro bicho de sete cabeças. Deve ser eliminada de qualquer maneira, para esse fim todos os meios são aplicados. Servem-se de explorações vis e demagógicas. Não há senso de justiça, chegam a apresentar o ensino particular como causa da decadência cultural do Brasil. Do outro lado, a escola pública é elevada até as nuvens. Tudo ali é pureza, espírito científico, desapego material. Na escola pública não há ignorância, não há explicações, não há extravio de verbas, nada disto. Tudo ali é azul como o azul do céu (O JORNAL DE MARINGÁ, 22 de julho de 1960, p. 2) (ANEXO P).

O periódico *O Jornal de Maringá* foi estrategicamente utilizado como elo que aproximou a sociedade maringaense dos debates da LDB. Mesmo com uma visão unilateral, os leitores da cidade mantinham-se informados das discussões que se davam nas principais capitais do país.

No artigo supracitado o conteúdo parte das condições inóspitas da escola pública e apresenta a concepção privatista como solução para os problemas educacionais existentes.

É possível observar que o “senso de justiça”, não se aplica ao reconhecimento do ensino privado pela sociedade. O conteúdo do mesmo artigo imprimia também aos leitores, um cenário que apresentava a escola privada como o melhor segmento para atender a educação do país.

Basta observar que durante dois dias consecutivos, a Coluna *Por Um Mundo Melhor* abordou questões que envolviam a LDB. Um dia depois de explicitar a defesa da escola privada no artigo de 22 de julho de 1960, a Igreja Católica novamente apresentava à sociedade maringaense, por meio da coluna *Por Um Mundo Melhor*, reflexões sobre a LDB.

COLUNA POR UM MUNDO MELHOR – ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES: PARA 736 ESCOLAS SECUNDÁRIAS PÚBLICAS HÁ 1816 PARTICULARES NO BRASIL: Existem no país, espalhadas

pelos quase 9 milhões km² 2552 unidades escolares do ciclo secundário. Sua origem é a seguinte: Federais 24, estaduais 616, municipais 96; particulares 1816. Note-se que das 616 estaduais 336 situam-se no Estado de São Paulo, as 278 restantes se dividem pelos demais Estados. Das 1816 unidades particulares, entretanto apenas 286 são paulistas. As 1527 restantes correspondem ao esforço privado para que o país não se visse totalmente decapitado do seu ensino secundário. Mesmo no ciclo primário o particular contribui para o ensino nacional com mais de 10% das unidades escolares existentes [...] (O JORNAL DE MARINGÁ, de 22 de julho de 1960).

Ao partir da premissa de que contra fatos não há boatos, os dados apresentados demonstram a intenção de convencer o leitor de que é mais conveniente ao Estado investir na educação privada para que ela continue a propagar-se pelo país e atinja compulsoriamente a todos, do que investir na escola pública, que atuava de modo inoperante no país.

Na sequência do artigo, que não é assinado pelo autor, o que mais chama a atenção é a contundente declaração de que no Brasil nunca existiu verdadeiramente uma escola pública. Tal afirmação tenta justificar como um equívoco os levantes em favor da escola pública, uma vez que não é possível lamentar a despedida de uma realidade não concretizada.

[...] O que se pode concluir daí é que nunca existiu verdadeiramente a escola pública no Brasil. A lamentosa despedida que se faz a ela invocando o espectro do nosso passado é um equívoco lamentável. Se não fosse a iniciativa particular, o Brasil teria sido e seria atualmente, um país apenas semi-alfabetizado.

Não se diga que haverá grave desvio de verbas em benefício da escola privada se passar o projeto de L.D.B. As verbas são mínimas como se pode ver nos níveis secundário e colegial e em quase nada poderão beneficiar o ensino particular que até há bem pouco tempo, nunca precisaram deles.

Não há uma escola pública florescente e ameaçada como querem fazer estes estudantes transformados em pensadores. Trata-se de um mito criado com intenções mais que duvidosas (O JORNAL DE MARINGÁ, 23 de julho de 1960, p. 2).

A visão apresentada no artigo ao enfatizar que a escola pública nunca existiu no Brasil de modo efetivo, se contrapõe ao processo de consolidação da escola pública no país, que se deu à custa do esforço de muitos homens e mulheres que atuaram ativamente frente aos desafios sociais de cada momento histórico vivido pela nação.

Outra observação que se pode fazer acerca desse artigo diz respeito ao parágrafo assim apresentado na ocasião da citação: “Não há uma escola pública florescente e ameaçada como querem fazer esses estudantes transformados em pensadores. Trata-se de um mito criado com intenções mais que duvidosas”. Este trecho do artigo se refere à mobilização dos movimentos de educação popular que surgiram no final da década de 1950 e início da década de 1960, como o Centro Popular de Cultura (CPC), o Movimento da Educação Básica (MEB) e o Movimento de Cultura Popular (MCP). A base da formação desses movimentos advinha dos partidos políticos de esquerda, dos estudantes e da ala progressista da Igreja Católica.

À vista desses movimentos e de todo pensamento contrário à defesa da escola privada, que eram logo atribuídos à influência comunista, o artigo em análise, com o intuito de desacreditar tais movimentos diante da sociedade, atribui a eles a pretensão de “intenções duvidosas” e vincula-os ao principal inimigo da sociedade de então, o “Diabo Vermelho”.

Professores universitários, profissionais de áreas afins, estudantes e líderes sindicais também se fizeram representar no movimento, sendo que a Universidade de São Paulo se constituiu no principal foco de propagação da luta em defesa da escola pública. Dentre os componentes do movimento, destacam-se o professor Florestan Fernandes, o professor Roque Spencer Maciel de Barros e o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

O professor Fernando de Azevedo escreveu um segundo manifesto dos educadores, intitulado “Manifesto ao Povo ao Governo”, publicado no dia 1º de julho de 1959, no *O Estado de São Paulo* e no *Diário do Congresso Nacional*. Desta vez, o conteúdo do manifesto discorria sobre a importância social da educação e da responsabilidade do Estado em proporcioná-la a todas as pessoas.

O retrato de tal contexto está explicitado no artigo *Ceder Nunca*, publicado na coluna *Por um Mundo melhor* em 17 de julho de 1961:

COLUNA “POR UM MUNDO MELHOR” - CEDER NUNCA: Estejam atentos aos partidos que não fazem respeitar os direitos da Igreja e das famílias sobre a escola. Por outro lado a escola particular é um bicho de sete cabeças para seus inimigos. De outro lado elevam a escola pública. Enquanto o público vive alucinado com as inverdades com que o Sr. Fernando Henrique Cardoso ataca ferozmente o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases. A verdade a respeito da

educação, é que esta não pode depender dos partidos. E portanto, não importa saber o que pensam os candidatos para o projeto merecer a provação do Senado. Agora quanto à escolha dos candidatos, devemos levar em conta o pensamento dos mesmos a respeito dessa questão, principalmente no que tange a liberdade das escolas particulares.

Aqui, pois é oportuno fazermos a consideração dos eleitores as palavras do Eminentíssimo Cardeal do Rio de Janeiro D. Jaime de Barros Câmara:

“O candidato que não respeitar os direitos da Igreja e das Famílias sobre a escola terá que contar com a denúncia da Igreja. Ninguém estranhe, portanto, se eu tiver de publicar alguma declaração a respeito. Deus permita que eu não precise manifestar-me. A orientação escolar é matéria da qual a Igreja não pode abrir mão. Nesse campo se tem travado as maiores lutas em vários países. Aceita-se a luta e o combate, mas ceder, nunca!”

Considerem bem os eleitores as palavras claras do Eminentíssimo Purpurado. E estejam atentos daqui por diante às declarações dos partidos e dos candidatos no que se refere à liberdade do ensino; em outras palavras, o direito da Igreja e da família sobre a escola. Pe. João de Souza, (O JORNAL DE MARINGÁ, 17 de julho de 1961, p. 4).

O conteúdo explicitado no artigo, por meio do Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, demonstra claramente o quanto interessava à Igreja Católica a aprovação da LDB, nos moldes do substitutivo de Carlos Lacerda.

A separação entre Igreja Católica e Estado ratificada no final do Império e o desprestígio acentuado no regime republicano foram duros golpes para a Igreja Católica, que via na educação um elemento de atuação que ia além do altar, por meio da qual ela atuava na sociedade. É importante lembrar que mesmo após as escolas públicas tornarem-se laicas, a Igreja atuava com supremacia na área educacional, isto porque a educação não era direito de todos, e sim privilégio de poucos abastados que buscavam sua formação nos colégios católicos, locais frequentados majoritariamente pela elite econômica e política.

Entretanto, a possibilidade de extensão da escola pública fez com que a Igreja Católica entrasse de forma declarada na disputa política. Sua ação pressionou o governo federal e mobilizou a opinião pública em defesa da escola privada. O discurso do Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, parcialmente apresentado no artigo, revela o esforço da Igreja em manter o domínio e a unidade política, ambos explicitados na definição do homem público ideal, ou seja, aquele que intercede em favor dos direitos da Igreja.

Para a Igreja Católica, a educação é tida como um instrumento que auxilia a família na formação integral do cristão. Outro importante fator apresentado no artigo diz respeito à imposição da Igreja enquanto detentora inquestionável do direito de gerir sobre a educação, explicitado na fala do Cardeal Câmara: “A orientação escolar é matéria da qual a Igreja não pode abrir mão”.

O artigo é concluído com uma advertência aos eleitores, a fim de que atentem para os candidatos que, segundo o autor, Pe. João de Souza, não atuam em conformidade com a Igreja em relação à liberdade do ensino. Mais uma vez, percebe-se que o discurso de liberdade atrelado como um direito da família dissimula os reais benefícios almejados pela escola privada.

De acordo com Romanelli (1978), a base do conceito de liberdade apresentada no projeto da LDB era praticamente a mesma exposta em documentos da Igreja Católica, refletia assim toda sua doutrina educacional, cujo conceito de liberdade se limitava à atuação exclusiva da Igreja no ato de exercer a ação educativa. Ainda segundo a autora, como no Brasil, legalmente, a Igreja não pode se dar a tal regalia, ela colocou-se então, na linha de frente de “oposição ao monopólio do ensino, que pretensamente, estaria sendo exercido pelo Estado” (ROMANELLI, 1978, p. 177).

Todavia, a questão da liberdade de ensino enfatizada pela Igreja não revelava seus reais interesses, pois a própria Constituição de 1946 garantia os direitos à iniciativa privada de ministrar o ensino; deste modo, a LDB não teria nenhuma influência sobre a amplitude de sua atuação.

Os trâmites e as discussões da LDB mostram que, mesmo após um acirrado debate entre forças antagônicas, pouco se avançou em relação à sistematização do ensino público. De acordo com Romanelli (1978), um dos poucos avanços atingidos consistiu no fato da não fixação de um currículo único para todo o território nacional, o que favoreceu o processo de descentralização. No que diz respeito à liberdade de ensino, o principal foco das discussões, a nova Lei atendeu praticamente o que estava exposto no Substitutivo Lacerda, “os direitos da família” e a igualdade entre escola pública e privada tanto em relação à representação nos conselhos quanto aos recursos destinados à educação.

Apesar de um contundente debate, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4024/61, continha praticamente na íntegra o substitutivo Lacerda, o que significou o

beneficiamento do ensino privado e praticamente, a inércia de uma escola pública de qualidade para todos, de fato.

O último registro de artigos referentes à LDB, levados ao público-leitor na coluna *Por um Mundo melhor* no ano de sua aprovação, ocorreu em 17 de julho, com o título *Ceder Nunca*, conforme análise anteriormente realizada. Somente no ano seguinte a coluna apresentou aos leitores uma matéria referente à aprovação do projeto, no artigo intitulado *Liberdade de Ensino*, assinado pela professora Lydia Scarassi:

LIBERDADE DE ENSINO – LYDIA SCARASSI

Clamávamos todos e sempre pela liberdade educacional: que a educação fosse entregue aos estudantes. E aí está, por uma feliz conjuntura política, proporcionada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a tão almejada liberdade educacional aos estudantes do Brasil (O JORNAL DE MARINGÁ, 10 DE MARÇO DE 1962).

Nota-se mais uma vez, no artigo apresentado, a intenção de tornar universal um apelo que é restrito a um grupo ideológico. O objetivo de envolver os leitores na defesa de interesses que beneficiam a elite perpassa o conteúdo da matéria. Em concomitante, não proporciona a compreensão dos mecanismos utilizados na aprovação de uma Lei, que impossibilitou ao país progredir na criação de um sistema de ensino que o colocasse em consonância com os avanços sociais já atingidos, mantendo assim o público longe da compreensão dos reais interesses almejados pelo grupo ao qual a ala conservadora da Igreja Católica representava.

A análise dos artigos sobre a LDB veiculadas na coluna *Por Um Mundo Melhor* indica o envolvimento do então bispo diocesano, D. Jaime Luiz Coelho, no campo da educação e nos mais diversos segmentos da sociedade maringaense e explicitava a necessidade dos Católicos perseverarem na luta contra o “Inimigo Vermelho”. Desde sua chegada à cidade, em 24 de março de 1957, o bispo se fez representar nos principais eventos e debates havidos na cidade e região, cuja atuação extrapolou o altar e as atividades junto ao clero.

A luta contra o comunismo explicitada n’*O Jornal de Maringá*, no início da década de 1960, revela a amplitude da atuação de D. Jaime que se mostrou presente também nos conflitos agrários havidos na região, na mesma época da aprovação da primeira LDB.

Permite-se aqui enfatizar, que assim como nos embates que envolveram a LDB, a Igreja Católica também não assumiu um posicionamento único nos conflitos agrários do Brasil, dividindo-se, mais uma vez, em uma ala conservadora de um lado, e na ala progressista, mais concatenada com os partidos de esquerda de outro.

De acordo com o pesquisador Osvaldo Héller da Silva (2006), até o final da década de 1950, a Igreja Católica do estado do Paraná não intervinha nos conflitos rurais. Entretanto, com o levante comunista que atuou no recrutamento de lavradores e de colonos de café no início da década de 1960, a hierarquia católica local mobilizou-se para atuar também no processo de sindicalização.

Foi neste contexto que, em 1961 (ano da aprovação da LDB), D. Jaime Luiz Coelho, apoiado pelo bispo de Londrina, D. Geraldo Fernandes, e pelo bispo da cidade de Campo Mourão, D. Eliseu Simões, assumiu a direção da Frente Agrária Paranaense (FAP).

A FAP constituiu-se num movimento de sindicalização rural, que teve como principal objetivo a neutralização do levante comunista no campo que assolava o estado do Paraná. O lançamento do movimento se deu no dia 13 de agosto de 1961 e contou com a participação de milhares de católicos. Entretanto, o evento foi marcado pelo embate entre católicos e comunistas, haja vista que este dia foi escolhido pelos militantes comunistas para a realização do Segundo Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná, que contou com a presença do líder Francisco Julião na cidade. Tais eventos foram divulgados pelo *O Jornal de Maringá*, que se manifestava em favor à FAP:

Amanhã nossa cidade está fadada a ser centro de atenção do Estado do Paraná e quiçá do Brasil, porque dois movimentos políticos antagônicos vão se encontrar, na divulgação de suas idéias em plena praça pública. Não há dúvida que nessa situação neutralismo não pode existir. Ou se está com a Frente Agrária Paranaense ou se está contra ela... será um dia ímpar em Maringá (O JORNAL DE MARINGÁ, 12 DE AGOSTO DE 1961)

Conforme relato de Silva (2006), na manhã do dia 13 de agosto, milhares de pessoas participaram da missa de abertura, marcada por discursos anticomunistas. D. Jaime ao se pronunciar fez aos presentes o seguinte questionamento: “Algum de vós já tomou conhecimento de qualquer obra social realizada pelos comunistas?”

(SILVA, 2006, p. 227). O evento contou com a participação de Paulo Pimentel, que representava o governador Ney Braga.

Os dois eventos simultâneos resultaram num conflito armado entre os participantes. Do lado da FAP, a Igreja Católica instruiu alunos do Colégio Marista, aproximadamente 3.000 estudantes, a atuarem no enfrentamento contra os chamados “comunistas” (SILVA, 2006, p. 241).

O contexto da atuação de D. Jaime Luiz Coelho por meio da FAP foi marcado também pelo seu bom relacionamento com os líderes do Regime Militar, conforme indica Osvaldo Heller Silva:

A Frente Agrária Paranaense, e em maior amplitude, a Igreja Católica do Paraná, procuraram manter boas relações com o governo militar, em especial com o Ministério do Trabalho. D. Jaime não perdia a oportunidade de enviar seus cumprimentos ao Ministro do trabalho, quando de sua posse. Depois o Ministro foi convidado para ao aniversário da frente católica. Aliás, vários grupos dominantes foram convidados, desde a alta hierarquia da Igreja até as organizações patronais e os políticos locais, passando pela imprensa conservadora e o governo do estado. Somente foram esquecidas as organizações dos trabalhadores (SILVA, 2006, p. 296).

Em 1967, após um ligeiro distanciamento da relação entre Igreja e sindicatos, a FAP foi extinta, porém deixou sua marca não somente nas organizações sindicais, mas também nos demais segmentos da sociedade, cujo principal legado foi ratificar ódio declarado à esquerda e a repugnância ao comunismo.

A propósito desta questão, julga-se mais que oportuna a apresentação e posterior análise do texto apresentado na coluna *Artigo do Dia*, sob a responsabilidade do então diretor-proprietário d'O *Jornal de Maringá*, Ivens Lagoano Pacheco, sobre a atuação de D. Jaime Luiz Coelho no referido periódico:

ARTIGO DO DIA – UM EVENTO FELIZ: Em 24 de março de 1957, numa demonstração de fé católica impressionante, nossa cidade recebeu seu primeiro bispo, a figura dinâmica de D. Jaime Luiz Coelho.

Três anos são passados daquela efemévide, por todos os títulos altamente agradáveis a nossa comuna (sic).

E nos é grato agora, num retrospecto sem pretensões, poder dizer, de quanto tem servido a uma imensa região a deliberação daquele grande homem que foi o Papa Pio XII.

Um bispo, com a concepção atual que a religião sabe dar a seus sacerdotes, exerce dentro de uma sociedade bem formada como a

nossa uma influência das mais benéficas e pode através de um trabalho como aqueles que vêm realizar D. Jaime, criar sempre um ambiente de segurança para quem trabalha. Isto vem fazendo S. Excia.

Não só dedicando grande parte de seu tempo ao seu nobre e alevantado mister, quer na conclusão de obras de caráter social, quer impulsionando a vida cristã de sua diocese, como também, não esquecendo que vivemos em uma cidade onde se forjou uma mentalidade caldeada dentro da força da luta e que traz nas luzes de sua cúpula, a contribuição de brasileiros de todos os quadrantes da Pátria e de estrangeiros dos mais diversos países do mundo.

Principalmente por entender essa circunstância é que fez com que D. Jaime Luiz Coelho possa ser ao mesmo tempo Príncipe da Igreja Católica Apostólica Romana e admirado, como amigo, conselheiro, orientador, mesmo sem a tutela rígida da sua religião.

Homem que trouxe uma seiva nova, dinâmica, rígida; sua igreja como que sofreu uma transformação de base desde a sua chegada. Sacudiu até os alicerces a diocese mostrando uma vontade imensa de tudo fazer e nada deixar para traz, vem trabalhando constantemente com o fito visível de deixar uma obra que por certo traduzirá toda a sua imensa capacidade de bem servir.

Já é fácil, em função do que dissemos julgar hoje aquilo que já está feito, mesmo admitindo a controvérsia dos que não concordam.

Albergue Noturno, Irmãs Missionárias, Seminário, Catedral; Escolas; educação, exemplos, abnegação; formam um admirável feixe de varas indicando um pouco do muito que se vê, sem a necessidade de lentes aumentativas.

O JORNAL na passagem de tão grande evento dedica hoje, com grande evento, dedica hoje, com grande satisfação o seu pensamento para trazer, neste editorial, a sua manifestação de alegria e respeito pela data transcorrida. (O JORNAL DE MARINGÁ, 25 de março de 1960, p. 3).

O primeiro aspecto a ser analisado no artigo diz respeito à atuação de D. Jaime enquanto líder religioso, cuja autoridade consolidou os valores católicos na cidade ainda em formação. A hegemonia da Igreja Católica foi possibilitada graças ao empenho desse bispo ao favorecer a instalação de diversas congregações religiosas na cidade e de envolver os fiéis católicos na missão de propagar o catolicismo, por meio dos mais diversos movimentos leigos da Igreja.

O segundo aspecto corresponde à atuação do bispo enquanto líder político. A escolha de um jovem bispo para uma promissora região do estado do Paraná em ascensão consistiu em uma acertada decisão da Santa Sé. Um homem jovem e obediente aos dogmas católicos consistia assim no líder católico ideal para solidificar o pensamento católico numa cidade em desenvolvimento e mantê-la longe da interferência comunista. Conforme evidenciado ao final do artigo, a atuação do bispo constituiu-se numa “legítima tribuna de combate ao que não presta”.

Entende-se aqui que todo movimento concatenado a um pensamento progressista que incitava mudanças sociais era atribuído ao comunismo e considerado como “aquilo que não presta”. O pensamento marxista era o principal foco da desordem da sociedade, pois a partir da ótica do bispo, a luta de classes é uma especificidade do comunismo que pode levar o mundo ao caos, ao passo que o capitalismo era passível de algumas reformas que corrigiriam alguns desvios do sistema, e que responderiam aos reais anseios da sociedade.

Ao concluir esta seção, para alcançar o propósito almejado, destaca-se que, à medida que o debate em torno da LDB na Câmara dos Deputados se acirrava, *O Jornal de Maringá*, especificamente a Igreja Católica, representada pelo bispo diocesano, estimulava o caráter classista da educação, ao defender os subsídios estatais para a escola privada. Ou seja, ao assumir a posição de defesa dos princípios cristãos na consolidação de uma sociedade pelos gerida pela classe dominante, a Igreja Católica conquistava, no periódico, um espaço privilegiado de difusão ideológica.

O último parágrafo do artigo ora analisado demonstra esse papel exercido pelo bispo no envolvimento da sociedade local nos debates políticos educacionais.

E, não só saudar ao sacerdote ilustre, mas também felicitar ao seu redator que ocupando diariamente fazem mais de dois anos, uma parte do jornal, soube transformar esse local num espaço de doutrinação cristã, de informações úteis e numa legítima tribuna de combate ao que não presta (O JORNAL DE MARINGÁ, 25 de março de 1960, p. 3).

As palavras do articulista, impressas no exemplar de 25 de março de 1960 e inscritas na história da educação maringaense, por si só explicam que o periódico *O Jornal de Maringá*, fez ecoar na cidade e região o discurso da Igreja Católica em defesa do ensino privado e que consequentemente pouco contribuiu para que a escola pública se consolidasse de fato.

5 CONCLUSÃO

O estudo realizado neste trabalho não cumpriu o papel de ordenar os fatos históricos na sua singularidade, a partir das fontes levantadas, mas sim, de situar os fatos dentro do contexto social, econômico e político no qual se deram, com o intuito de analisar os mecanismos utilizados por uma determinada sociedade ou grupo para a manutenção ou transformação da sociedade local.

No decorrer da pesquisa, procurou-se analisar a ação político-educacional da Igreja Católica divulgada no periódico *O Jornal de Maringá*, cidade localizada na região Noroeste do Paraná, cujo principal foco de atuação pautou-se pela disseminação de um pensamento conservador e no combate ao comunismo. Considera-se que a tomada do periódico em estudo como objeto de análise contribui para o entendimento das relações de poder que refletiram no contexto educacional e social da sociedade maringaense.

O periódico *O Jornal de Maringá* se constitui num importante instrumento para a compreensão do processo educativo no qual a cidade se consolidou. Nesta perspectiva, faz-se necessário pontuar o descaso das instituições públicas na conservação e catalogação destas fontes documentais, pois percebeu-se uma inadequada acomodação e a inexistência, em arquivo público da cidade de Maringá, de exemplares d'*O Jornal* que datam de 1953, ano da sua fundação.

Os artigos selecionados e analisados deram arrimo para a constatação do posicionamento da Igreja Católica frente à sociedade e sua influência no contexto político-educacional da cidade de Maringá. Tais artigos trazem em seu conteúdo um ideal conservador, que caminham para a consolidação da sociedade capitalista.

No tocante à questão problematizadora desta investigação, tentou-se mostrar como a atuação do bispo D. Jaime Luiz Coelho n'*O Jornal de Maringá* marcou notadamente a educação maringaense. É importante destacar que a busca de respostas a esse questionamento exigiu um estudo mais detalhado acerca da utilização da imprensa como instrumento de disseminação de ideologias que estão, na maioria das vezes, a serviço das classes dominantes.

No interior desta discussão existem alguns aspectos que norteiam a análise do periódico, como: a consolidação do catolicismo na cidade de Maringá e região, a utilização de diferentes instrumentos de catequese pela Igreja Católica e o combate

à propagação do comunismo. Tais aspectos não estão simplesmente dados ao acaso, mas são objetivados pela relevância histórica que possuem.

Desse modo, a história d'O *Jornal de Maringá*, apresentada na primeira seção deste estudo, subsidiou a discussão acerca da importância da utilização da imprensa como fonte e objeto da pesquisa histórico-educacional. Assim, a imprensa contribui tanto para a análise específica da realidade de um determinado momento histórico, quanto para a utilização de objetos de pesquisa, aparentemente desvinculados da educação, que se constituem em diferentes fontes de informação sobre os processos educativos.

O fundador do jornal, Samuel Silveira, considerado também pioneiro do rádio na cidade, veio da cidade de Campinas – São Paulo, e se instalou em Maringá a pedido dos diretores da companhia responsável pela colonização da região, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, o que indica a intencionalidade de utilizar a imprensa como um aporte ideológico na propagação e desenvolvimento do capitalismo na região.

Por meio da análise realizada sobre a fundação d'O *Jornal de Maringá* foi possível perceber que o seu desenvolvimento esteve atrelado ao progresso da cidade, que se constituiu sobre a imagem de uma cidade próspera e organizada com base nos princípios católicos.

As informações veiculadas no periódico reproduziam os principais fatos políticos nacionais e da região, propagandas da cidade, assim como os eventos sociais que, na sua maioria, enfatizavam as atividades religiosas da Igreja Católica, ou a ela relacionadas. O conteúdo dos artigos trazidos pelo jornal possuía características específicas, conforme o estilo literário de seus articulistas. O posicionamento político conservador e o discurso em prol da consolidação da cidade como referência nacional, eram usuais.

Os redatores do periódico participaram ativamente da vida política e assumiram importantes cargos públicos na cidade e no estado do Paraná, respectivamente, vereadores e deputados estaduais. Nesse particular, é importante considerar o aspecto hegemônico da atuação do jornal, uma vez que este foi o primeiro e único jornal diário a circular na cidade de Maringá por quase uma década.

Neste universo de difusão ideológica, D. Jaime Luiz Coelho, primeiro bispo da diocese, desempenhou um papel fundamental na constituição de um pensamento marcadamente elitista e conservador, pautado na luta contra o “diabo vermelho”.

Conclui-se que a origem do jornal respondeu a uma necessidade socialmente determinada com a intenção, mesmo que velada, de consolidar a ideologia de um grupo dominante que sedimentou na população um pensamento conservador que vigora até os dias atuais.

A utilização da imprensa como um instrumento de consolidação do pensamento católico, não se deu especificamente na cidade de Maringá. Por meio da constatação dos eventos realizados pela Igreja Católica no âmbito da comunicação social, dos quais se destacam o Concílio Vaticano II (1962-1965), as Conferências de Medellín (1968) e de Puebla (1979), bem como a publicação de decretos, instruções e encíclicas, percebeu-se que este era um campo de atuação almejado pela Igreja há muito tempo.

Pode-se concluir também que a atuação de D. Jaime na sociedade maringaense não se dava por interesse pessoal, mas estava imbricada com os eventos e discussões apresentadas pelo contexto universal da própria Igreja Católica e do papel desempenhado por ela naquele contexto, tanto no Brasil como no mundo.

O posicionamento conservador da Igreja foi reafirmado na coluna *Por Um Mundo Melhor* que, no início da década de 1960, representada por seu maior signatário, D. Jaime Luiz Coelho, expressava diariamente sua preocupação com a disseminação dos ideais socialistas na cidade.

No mês de abril de 1964, a nação brasileira presenciou o golpe militar que culminou na instalação de um regime político autoritário e ditatorial que durou até a década de 1985. Inicialmente, a Igreja Católica apoiou o Golpe de 1964 e manteve uma estreita relação com os militares, por considerá-los aliados na luta contra o comunismo.

A utilização da imprensa pela Igreja Católica, na cidade de Maringá, cumpriu sobejamente o objetivo de ação contra o comunismo e se constituiu num estandarte de luta. A propagação dos ideais comunistas, em principal, entre as classes subalternas da sociedade, era considerada pela Igreja um perigo para a sustentação dos valores cristãos. Assim, a imprensa se fez um eficaz instrumento de informação e formação, pautado no discurso de combate ao fantasma vermelho.

Cumprе salientar que, em meados da década de 1960, grupos de cristãos comprometidos com reformas sociais mais radicais passaram a indicar causas mais profundas para os males que afligiam a sociedade brasileira. À medida que se

apontavam causas estruturais e questionavam o próprio sistema, iniciou-se um “divórcio” parcial entre a Igreja e o governo, porém, tal movimento foi imediatamente abafado pelos dois lados, que buscavam preservar o pacto de colaboração recíproca.

Procurou-se analisar também o conteúdo dos artigos divulgados na coluna *Por Um Mundo Melhor* relacionado ao processo de tramitação da primeira LDB. Com base no estudo apresentado, percebeu-se que a Igreja Católica pretendia recuperar o prestígio e a representatividade na sociedade por meio da educação. Por essa razão envolveu-se com afinco nas discussões da LDB por meio dos debates políticos.

O firme propósito de manter a liberdade de escolha da família e garantir a ordem social constituíram-se na base do discurso da Igreja Católica na defesa da escola privada n'O *Jornal de Maringá*. Ao analisar os artigos da coluna *Por Um Mundo Melhor* referentes à tramitação do projeto de lei que culminou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024/61, percebeu-se a intenção da Igreja em angariar entre os leitores o apoio necessário para que a instituição recuperasse a hegemonia educacional.

Pela análise das referências relacionadas ao tema e, sobretudo dos artigos d'O *Jornal de Maringá*, pode-se concluir que a Igreja Católica, utilizou a imprensa para aproximar os católicos e os não-católicos, ou seja, toda a sociedade maringaense, do modelo ideal de sociedade aceito pela Igreja. Dessa feita, este estudo possibilitou a comprovação de que a Igreja Católica utilizou a imprensa como um aparato ideológico que contribuiu para a consolidação do pensamento político-educacional voltado para a manutenção dos interesses da classe dominante, do qual a sociedade maringaense é herdeira.

Embora se saiba que o contexto educacional institucional de uma cidade ou região depende de fatores econômicos, políticos e culturais, em Maringá, a estruturação desse contexto não passou ilesa ao pensamento propagado pela Igreja n'O *Jornal de Maringá*. Sua onipresença é constatada atualmente ao considerar que as escolas confessionais, que se faziam presentes na cidade no final da década de 1950, e que outras escolas confessionais católicas e não católicas atuam na cidade.

A atuação da Igreja Católica na sociedade maringaense, via imprensa, em específico, n'O *Jornal de Maringá* foi analisada neste trabalho, entretanto, os questionamentos não foram esgotados. Na compilação das fontes outras questões

suscitaram sobre uma análise mais detalhada d'*O Jornal de Maringá*: Qual a relevância dos artigos apresentados por outros colunistas do jornal? Como as escolas confessionais presentes na cidade de Maringá, atuaram no período da tramitação da Lei 4.024/61? Qual a importância do redator Ivens Lagoano Pacheco no contexto de sua atuação n'*O Jornal de Maringá*? Tais questionamentos conduziram este estudo para novas discussões a serem analisadas em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

Fonte Primária

O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá. 1954-1984.

Literatura de Apoio

ALTOÉ, G. **O rádio em Maringá:** o pioneirismo, o alcance e a bela trajetória do mais ágil meio de comunicação social. Maringá: Clichetec, 2007.

ANGELIS, B. L. D. **A praça no contexto das cidades:** o caso de Maringá-PR. 2000. 383f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ARAÚJO, E. **CNBB 50 anos:** edição comemorativa do jubileu de ouro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Londrina: Livre Iniciativa, 2002.

ARBEX JR, J. **O jornalismo canalha:** a promíscua relação entre a mídia e o poder. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2003.

ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ. Os vinte e cinco anos da diocese de Maringá. **Revista Comemorativa**, Maringá, v. 1, n. 5, p. 10-16, maio 1982.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais.** Petrópolis: Vozes, 1985.

AZEVEDO, D. **Igreja e estado no Brasil:** colaboração de agentes religiosos com a repressão política do regime de 1964. 2001. Disponível em: <<http://www.usp.br>>. Acesso em: 5 maio 2008.

BANDEIRA, L. A. M. **O governo João Goulart:** as lutas sociais no Brasil: 1961-1964. 7. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Revan, Brasília, DF: EdUNB, 2001.

BASTOS, M. H. C. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR, D. (Org.) **Novos temas em história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 151-174.

BERNAL, S. **CNBB:** da igreja da cristandade à igreja dos pobres. São Paulo: Loyola, 1989.

BRASIL. **Lei de imprensa**: Lei n. 5250, de 9 de fevereiro de 1967. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicação, 2000. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 18 jul. 2008.

BUFFA, E. **Ideologias em conflitos**: escola pública e privada. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. **A educação negada**: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CARVALHO, C. H.; INÁCIO FILHO, G. Debates educacionais na imprensa: republicanos e católicos no triângulo mineiro – MG (1892-1931). In: SCHELBAUER, A. R.; ARAÚJO, J. C. S. (Org.). **História da educação pela imprensa**. Campinas: Alínea, 2007. p. 53-84.

CENTRO PASTORAL VERGUEIRO. **As relações igreja-estado no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1986.

CHASIN, J. **Conquistar a democracia pela base**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE MEDELLÍN. 1968. **Texto oficial**. São Paulo: Paulinas, 1998.

CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE PUEBLA. **Texto oficial**. São Paulo: Paulinas, 1979.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. 4.ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988.

DIAS, R. B. **Sob o signo da revolução brasileira**: a experiência da ação popular no Paraná. Maringá: Eduem, 2003.

DOTTI, R. A. Prefácio. In: NEVES, L. **A vivência de fatos históricos**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 17-21.

DREYFUSS, R. A. A noção de soberania na escola superior de guerra. In: OLIVEIRA, E. R. (Org.). **Militares**: pensamento e ação política. Campinas: Papirus, 1987. p. 165-176.

ENDLICH, M. A; MORO, A. D. Maringá e a produção do espaço regional. In: MORO, A. D. **Maringá espaço e tempo**: ensaio de geografia urbana. Maringá: UEM, 2003. p.9-48.

FABRIL, S. **O seminário maior arquidiocesano Nossa Senhora da Glória de Maringá enquanto instituição educativa**. 2007. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

FARIA, F. L. M. O Jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos S.; GATTI JR, Décio (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 133-150.

FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira III: o Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)**. 2.ed. São Paulo: Difel/Difusão Editorial, 1978.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5.ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, A. G. A difusão da escola e a afirmação da sociedade burguesa. **Revista Brasileira de História de Educação**, Campinas: Autores Associados, n.9, p.177-198, jan/jun. 2005.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FIGUEIREDO, C. L. **Memória e experiência de uma cidade do Paraná: o caso de Maringá**. 2005. 202f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2005.

FRISANCO, F. A. **Ensino religioso na escola pública brasileira: uma questão política**. 2000. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2000.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil: 1964-1985**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOMES, M. A. O. **Vozes em defesa da ordem: o debate entre o público e o privado na educação (1945-1968)**, 2006. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos>>. Acesso em: 2 jan. 2009.

GONÇALVES, P. S. L.; BOMBANATTO, I. V. **Concílio Vaticano II: análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

HILÁRIO, J. **Maria do Ingá: amargo sabor de mel na colonização do Paraná**. Maringá: Gráfica Ideal, 1985.

HOBBSAWM, E. J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

INSTRUÇÃO. ***Communio et Progressio***, 1971. Disponível em: <<http://www.vatican.va>>. Acesso em: 16 jul. 2008.

INTER MIRIFICA. Decreto sobre os meios de comunicação social. In: VIER, F. (O.F.M) (Coord.). **Compêndio do Vaticano II**: constituições: decreto: declarações. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 565-578.

JORNAL GAZETA DO POVO. **Brasil perde o jurista, historiador e escritor Túlio Vargas**. Curitiba, 2008. p.3.

LUZ, F. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**. Maringá: A Prefeitura, 1997.

MAINWARING, S. **A Igreja Católica e a política no Brasil 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MATOS, H. C. J. **CEBS: uma interpelação para o ser cristão hoje**. São Paulo: Paulinas, 1985.

_____. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2003.

MELO, M. J. **Meios de Comunicação e realidade sócio-cultural**. São Paulo: Ed. Loyola, 1981.

NAPOLITANO, M. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. São Paulo: Editora Atual, 1998.

NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B.C. (Org.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p.9-15.

PADIS, A. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PRADO JR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PUNTEL, J. T. **A igreja e a democratização da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1994.

REIS, O. **Maringá e seus prefeitos: 1952-1996**. Maringá: Prefeitura de Maringá, 1996.

RIBEIRO, M. L. S **História da educação brasileira: a organização escolar**. 19.ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2003.

ROBLES, Padre O. **A Igreja que brotou da mata**. Maringá: Dental Press, 2007.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 7.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

SANCHES, A. **Maringá outrora, e agora**. Maringá: Editota Bertoni, 2006.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 5.ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 14.ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOMBARDI, C. J.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, I. M. (Org.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2005. p.1-30.

_____. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 6.ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHIAVONE, A. **Memórias de um bom sujeito I**. Maringá: Sthampa Editora, 2000.

_____. **Memórias de um bom sujeito: artigos históricos**. Maringá: Sthampa Editora, 2004.

_____. **Memórias de um bom sujeito III: 60 anos da história política de Maringá**. Maringá: Edição do Autor, 2007.

SCHAFFRATH, M. A. S. **A escola normal em Maringá-PR: o ensino público como projeto político**, 2006. Disponível em: <<http://www.histedebr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 27 ago. 2008.

SERBIN, K.P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEMERARO, G. Da Libertação à Hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba: n.29, p.95-104, nov. 2007.

SILVA, H. O. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Gráfica e Editora Rosa de Bassi, 2006.

SODRÉ, N. W. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TEIXEIRA, A. S. A escola pública universal e gratuita. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.26, n.64, p.3-27, out./dez. 1956.

_____. Meia vitória, mas vitória. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.37, n.86, p.222-223, abr./jun. 1962.

TEIXEIRA, N. C. **A comunicação libertadora**. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

VIDAL, D.G.; CAMARGO, M. J.G. A imprensa periódica e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v.73, n.175, p.407-430, set./dez. 1992.

VIEIRA, I. M.; **Jacus & Picaretas**: a história de uma colonização. Maringá: Bertoni, 1999.

VIER, F. (O.F.M) (Coord.). **Compêndio do Vaticano II**: constituições: decreto: declarações. Petrópolis: Vozes, 1982.

ANEXOS

ANEXO A – SEDE D'O JORNAL E DA RÁDIO CULTURA

O Jornal

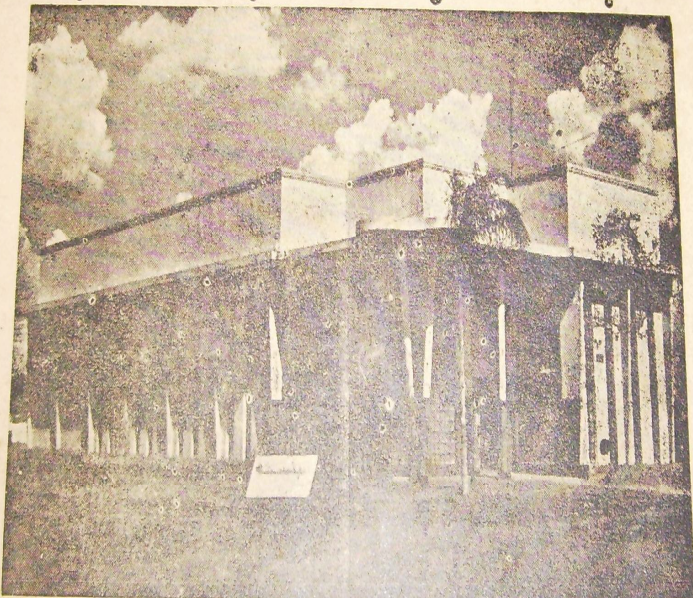
TEMPERATURA
Min. 20,9º Max. 33,7º
Vento: N-NU
Previsão
Tempo Variavel

ANO II | MARINGÁ, sábado, 25 de Dezembro de 1954 | N.º 218

Surpreendente derrota de Pierre Mendés France

PARIS, 24 (J) — Hoje pela madrugada quando era votada a permanência da Alemanha no Conselho da Europa, a Assembléa Nacional, foi surpreendida com um resultado surpreendente, porque o ponto de vista do governo foi derrotado, criando assim um verdadeiro impasse quando se esperava a tória do ponto de vista d sr. Pierre Mendés France. Os proprios deputados que haviam votado contra, não imaginavam que pudessem realizar a façanha de derrotar o primeiro ministro de forma tão espetacular. Em face disso, o sr. Pierre Mendés France pediu imediatamente três votos de confiança. O primeiro que diz respeito ao caso do Sarre, o segundo que se refere à soberania alemã e o ultimo a votação da madrugada de hoje. Na proxima segunda-ira serão estudados esses votos solicitados.

Edifício Sede da Rádio Cultura de Maringá e O JORNAL



A Rádio Cultura de Maringá, ZYS-23, e O JORNAL no momento sublime em que o mundo cristão comemora a passagem de sua data magna e sentindo a emotividade do dia que hoje transcorre, comunica com o sentimento de todos, almejando aos seus amigos pessoais, assinantes, anunciantes, colaboradores, um Natal repleto da mais ampla felicidade e um — Ano Novo cheio de tranquilidade e novas e brilhantes iniciativas. —

A GRUTA DE BELE'M

Fonte: O Jornal, 25 de dezembro de 1954.

ANEXO B - PROPAGANDAS

21.11.1954 O JORNAL

Antecipe suas compras de Fim de Ano adquirindo seus artigos para presentes na

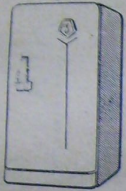
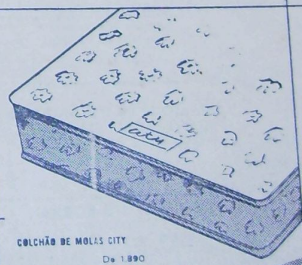
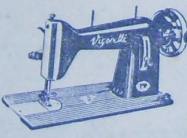
"Festa do Lar"

das lojas orgulho da cidade!

Tudo remarcado!

Compre agora pelo preço antigo a melhor e mais moderna artigo!

Evite os atropelos da ultima hora, comprando mais e melhor pelos preços que V. só poderá encontrar na "Festa do Lar" que HERMES MACEDO está promovendo neste fim de ano.

 REFRIGERADOR SPRINGER 8 pés cúbicos - 5 anos de garantia. De 23.400 por 20.900	 RADIO FÔNOGRAFO PHILCO 3 faixas - 7 lâmpadas Tudo discos original e 3 rotapexes De 18.155 por 14.360	 RADIO HERMES 5 lâmpadas - 2 faixas De 2.205 por 1.960
 FOGÃO DAKO a queimada 3 bocas e forno De 4.860 por 4.320	 CAMA AUTOMÁTICA Ultima novidade De 2.835 por 2.520	 ENCERADEIRA MACSTAR Lixa - Raspa Encera e lustre De 2.950 por 2.640
 FAQEIRO FRACALANZA 51 peças De 1.530 por 1.360	 Aspirador de pó RITZMA Procedência Holandesa De 3.870 por 3.440	 COLCHÃO DE MOLIS CITY De 1.890 por 1.680
 LIQUIDIFICADOR MACSTAR 4 velocidades De 1.620 por 1.440	 Máquina de costura VIGORELLI 15 anos de garantia De 7.110 por 6.400	 BICICLETAS Remontada e m todas as medidas

Acordeons, planos, sofás-cama, lampadários, panelas de pressão etc. ... e para seu filho, bicicletas, patinetos, triciclos, jeeps e automoveis, resistentes

Hermes Macedo S/A
CURTIDA - PONTA GROSSA - LONDRIA - MARINGÁ - BLUMENAU
Uma loja em todo canto
Para o encanto de seu lar!

ANEXO C - ANÚNCIOS

Indicador Profissional

ESCRITÓRIOS COMERCIAIS	FARMACIAS	HOTEIS	DIVERSOS
ESCRITÓRIO RA'PIDO COMERCIAL Reg. no CRC-Pr. sob o nº 81 Escritas e contabilidades fiscais, etc. Proprietário e Responsável JOÃO BATISTA SANCHES Economista e Contador Av. Brasil, 3.228 Caixa Postal 263 Maringá, Paraná	FARMACIA SÃO JORGE de Victor Solino Machado & Cia A rainha das farmácias — atendimento dia e noite aberta até as 24 horas — drogas nacionais e estrangeiras — perfumarias, etc. a preços de drogaria. — Av. Brasil, 9161 — Maringá Velho	PALACE HOTEL B em no coração da cidade! Banhos quentes e frios Água encanada em todos os quartos Refeições de primeira classe! Diárias Modicas 'Alace Hotel — na Av. Brasil — MARINGÁ	TINTURARIA MODERNA de Rolando Mendes Junqueira Lava — passa — tinge reforma-se chapéus. Entregas a domicílio — Rua Aquidaban, 2828. Anexo uma SAPATARIA
ESCRITÓRIO "LUX" DE CONTABILIDADE Cre. Pr. Nº 65 Contabilidade, Seguros e Expediente em Geral Agente da Companhia Boa Vista de Seguros ALCINDO BRAOS PADILHA Av. Brasil nº 3353 Caixa Postal — MARINGÁ — PARANÁ	FARMACIA MURTA Direção de farmacêutico formado. Medicamentos das melhores fontes de produção Preços modicos. — Av. Brasil (Vila Operária)	ESPLANADA HOTEL DE LUIZ SANDRI O pioneiro dos hotéis em MARINGÁ As melhores instalações da cidade. Aqueço e conforto. Água corrente em todos os quartos. Banhos quentes e frios. Avenida Duque de Caxias, 647 — Caixa postal, 132 MARINGÁ PARANÁ	CASA DE SEMENTES MARINGÁ Vendas por atacado e varejo Faça-nos uma visita, onde encontrará sementes de qualquer espécie, pelos melhores preços e da mais alta germinação. Rua Santos Dumot, 2710
ESCRITÓRIO BUSMAN Aberturas, Escritas Fiscais e Organizadas, Contratos, Distratos, Recibos, Encerramentos, etc. — Seguros em geral — Cia Boa Vista AMIR BUSSMANN CONTADOR Av. Ipiranga, 236 — Caixa Postal, 1141 — Maringá — Paraná	FARMACIA NUNES Completo estoque de medicamentos nacionais e estrangeiros. no aviação de receitas. Atende-se a qualquer hora — Maximo escrupulo Av São Paulo — acima da linha ferrea.	HOTEL YPIRANGA Conchões de molas em todos os quartos. Água corrente — luz própria a noite toda. Avenida Tamandaré bem em frente a estação Ferra	CONSTRUTORA IZIDORO LUIZ Construções — Perspectivas Orçamentos e Escritório: Av. Brasil, 3765 sala 5
ESCRITÓRIO GLOBO Contabilidades e escrituração gerais. Avenida Brasil, 5552, — Maringá Velho	FARMACIA NOVA Maxima higiene no aviação de receitas Completo estoque de drogas nacionais e estrangeiras. Av. Brasil, 3123	HOTEL DOS VIAJANTES Sob direção de novos proprietários Culinária a cargo da proprietária — J. melhor de Maringá Velho — Avenida Brasil, 5509	CONSTRUTORES E PROPRIETARIOS Projetos para entrega na Prefeitura. Plantas em geral — Execução - Perspectivas coloridas por clichés, IMRE G. JULYAS projetista arquiteto Escritório: Av. Brasil, 3325, sala 3. Expediente: das 8 às 11 horas; das 13 às 18 horas
ESCRITÓRIO COMERCIAL SANCHES Escritas Fiscais, contratos, distratos, recibos aberturas e encerramentos de firmas. Rua General Camara, 499 — Caixa Postal, 598	FARMACIA SANTA ROSA Atende-se com a maxima presteza Grande sortimento de drogas nacionais e estrangeiras. Manipulação escrupulosa Av. Brasil, 5647 MARINGÁ VELHO	HOTEL RANCHO ALEGRE Quartos confortáveis — cozinha de primeira Ordem — Ponto central da cidade. Rua Aquidaban, 2801.	
ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE ORIENTE DE HAMILTON PERDIGÃO MAIA CONTADOR Reg. D. E. C. 94.726 — C. R. C. 1.596 Avenida Herval n. 275 Caixa Postal, 1008 MARINGÁ NORTE DO PARANÁ	CONSTRUTORA CRUZEIRO DO SUL (Engenheiro civil) CONSTRUÇÕES, PLANTAS EM GERAL, ETC. Escritório: Avenida Duque de Caxias, altos do Banco Nacional de Minas Gerais S. A.	HOTEL UNIÃO Refeição de primeira — diárias Cr\$ 85,00 equipado com otimos colchões de molas Rua Santos Dumont, 23 31	
WANDERLAN MILANEZ Contador CRC 1.347 Serviço de Contabilidade em geral Escritório: Av. Brasil, 2765, sala 8 Alto do Banco Noroeste	CONSTRUTORA BRESSLAU & BASTIAN LTDA ENGENHARIA E ARQUITETURA LONDRINA Edif. Manelle — 7º Caixa Postal 649 — Tel. 832 SAO PAULO Rua Major Sertorio 110 — 6º — Tel. 36-1957	BICICLETARIA MONARK Completo estoque de peças e acessórios, consertos de bicicletas a cargo de competentes profissionais. Trabalhos rápidos e garantidos Avenida Herval, 589 MARINGÁ	
ORGANIZAÇÃO PARANÁ sob a direção do economista contador Geraldo Winter. Escritas contabilizadas e fiscais etc. Av. Brasil, s/nº, no Posto Tenaco	RESERVADO	A BICICLETARIA MARINGÁ Comunica a sua distinta freguezia que acaba de abrir uma FILIAL a rua Santos Dumont, 2002, em frente a Hermes Macedo consertos, acessórios e peças em geral	

ANEXO D – RECEPÇÃO AO PRIMEIRO BISPO DIOCESANO – O MEZ DO BISPO



Fonte: O Jornal de Maringá, 03 de março de 1957.

ANEXO E – ATA DE PUBLICAÇÃO DA EREÇÃO DA DIOCESE DE MARINGÁ (TEXTO ORIGINAL EM LATIM)

No dia vinte e quatro de março de mil novecentos e cinquenta e sete, na igreja Nossa Senhora da Glória, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, presentes os excelentíssimos e reverendíssimos senhores arcebispo metropolitano de Curitiba, bispo de Jacarezinho e outros senhores bispos da Província Eclesiástica de Curitiba, o reverendíssimo monsenhor Mario Pio Gaspari, auditor da Nunciatura Apostólica no Brasil, legitimamente delegado “ad hoc” pelo excelentíssimo e reverendíssimo senhores dom Armando Lombardi, núncio apostólico no Brasil, com voz alta e clara, leu para todos os presentes a bula “Latíssimas Partire Ecclesias”, pela qual o nosso Santo Padre, por divina providência papa Pio XII, criou a diocese de Maringá.

O mesmo monsenhor Mario Pio Gaspari também procedeu à leitura do Decreto pelo qual o excelentíssimo e reverendíssimo dom Armando Lombardi ordenou a execução de tudo o que contém a supra citada bula, e assim foi declarada ereta a nova diocese de Maringá.

Maringá, 24 de março de 1957.

Ata da posse de D. Jaime Luiz Coelho (texto original em latim)

Bispo da diocese de Maringá, Província Eclesiástica de Curitiba, no Estado do Paraná, Brasil

No dia vinte e quatro de março de mil novecentos e cinquenta e sete, em Maringá, na igreja Catedral de Nossa Senhora da Glória, por volta das dezessete horas, presentes os excelentíssimos e reverendíssimos senhores arcebispos de Curitiba, bispo de Jacarezinho e outros senhores bispos da Província Eclesiástica de Curitiba, o excelentíssimo e reverendíssimo senhor D. Jaime Luiz Coelho mostrou ao clero da cidade de Maringá e aos presentes da região a bula de sua eleição como bispo de Maringá.

Maringá, 24 de março de 1957.

Fonte: ROBLES, O. **A Igreja que brotou da mata**. Maringá: Dental Press, 2007.

ANEXO F – COLUNA POR UM MUNDO MELHOR - PRESENÇA DOS CATÓLICOS NA POLÍTICA



Fonte: O Jornal de Maringá, 18 de março de 1960.

ANEXO G - COLUNA CRÔNICA DA SEMANA - MÁRIO CLAPIER URBINATI

Jornal

MARINGÁ, 3.ª feira, 4 de Janeiro de 1955

Atenção Motorista

ATOMO é a garantia do seu automóvel!
ATOMO cuida da bateria!
ATOMO evita circuito!
ATOMO evita roubo!
ATOMO E' o interruptor que pela sua eficiência, serve ao seu automóvel, oferecendo-lhe uma garantia máxima.

Demonstrações e venda na:
INDUSTRIA E COMERCIO VERA CRUZ L.T.A.
 Rua Santos Dumont, 1.500, esq. Anhangueira, n.º 14 — MARINGÁ

Cronica da Semana

MARIO CLAPIER URBINATI

Chegamos ao fim do ano de 1954, sem que o panorama político administrativo, oferecesse a menor modificação.

Tudo permanece na situação, que é tão bem traduzida pelo ditado popular: "deixa estar, para ver como é que fica".

Queda-se o município no mais negro abandono. Nada se fez... e nada se fará, até que termine os mandatos dos atuais administradores, que denegriam esta primeira página, em que Maringá se libertou para ter a sua vida política administrativa independente, mas que, infelizmente nenhum resultado prático lhe trouxe, a não ser síeres municipais e calamitosa aos municípios.

Diante do atual estado de coisas, torna-se necessário uma reação dos homens que de fato, querem bem a essa comuna, candidatando-se aos

cargos eletivos, para que Maringá não venha a cair em mãos de outros algozes, como os atuais, que só aprovam alguma coisa, quando isso lhes reverte em gordas e polpudas propinas, em detrimento a economia dos municípios, que são sobrecarregados de impostos abusivos e coercitivos.

E' pois, chegada a hora de iniciar um movimento de verdadeira redenção municipal, para que se restaure em nosso município, um clima de confiança e decoro que só é dado gozar aos municípios que elegem homens, capazes de desempenhar o seu mandato, de acordo com o juramento prestado, e com o verdadeiro espírito de administrar, isto é, colocando acima dos interesses particulares: o bem estar da coletividade.

E' pois, como já dissemos, chegada a hora dos verdadeiros Maringenses, tomarem as redes do poder, saindo do seu comodismo burguês, para que chegado o pleito, se elejam os que de fato têm merecimento para tanto, afim de que Maringá possa ocupar o lugar de destaque que lhe pertence, como potencia produtora e pelo elevado índice de cultura dos seus habitantes.

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
 (Seção Industrial)
 Pedreira
 Pedras brutas e britadas
 Posta na pedreira ou na obra
 Os melhores preços da praça

Alcançou sucesso em tri-campeão

S. Silvestre de Maringá, vencida por paranaense — Des

Superando a toda expectativa, mesmo as mais otimistas, a primeira S. Silvestre, realizada nesta cidade, graças a uma iniciativa do Sr. Adelardo Pompeu Giubilei, das Industrias Giubilei, foi sem a menor dúvida a grande nota de fim de ano e a grande atração, para milhares de pessoas, que lotaram o circuito determinado para essa corrida.

Para que se tenha uma idéia do sucesso que alcançou a primeira S. Silvestre de Maringá, basta que se diga que nela tomaram parte 28 atletas, entre os quais verdadeiros campeões que se deslocaram de outras cidades para darem maior brilho a essa iniciativa.

O sr. Adelardo Pompeu Giubilei, pode se considerar deveras satisfeito, porque foi graças ao seu esforço, a sua dedicação e ao seu espírito de homem bem formado, que gosta da terra onde reside, que os esportistas amantes do pedestrianismo tiveram a oportunidade de assistirem a uma empolgante corrida, exatamente quando um ano terminava e outro se iniciava. E, destacamos, porque é de justiça, tudo foi feito sem o menor apoio ou amparo dos poderes publicos. Desde os premios até aos mínimos descrever o que foi essa grande prova que bem revela o alto grau de educação esportiva de nosso povo.

ATLETAS INSCRITOS
 Inscreveram-se e tomaram parte nessa primeira S. Silvestre, os seguintes atletas das seguintes cidades:

José Soares da Silva, Olimpico Club (Londrina); Antonio Batista de Oliveira, idem; Salvador Ferreira, idem; Silvestre Placido, Peabiri; Adenovel Martins, Jandaia do Sul; Osvaldo Boldrini, Marialva; Luiz Lunardonini, Mandaguai; Gregorio Silverio Cruz, Cruzeiro D'Oeste; Antonio Bagnoli, Apucarana; Raimundo Nascimento, Ginásio Titan Brasileiro; José Branco, idem; Edmundo Ferreira, idem; Desdout Silva, idem; Augusto de Souza, idem; Antonio Fernandes, Maringá (Individual); Antonio Neves, Maringá; Albes Tristão, Maringá; Valdir Tristão, Maringá; Sizino Alves, Maringá; Aristeu Coelho, Maringá; Mario André, Maringá; Antonio Bertucci, Maringá; Iraci Mochi, Maringá; Aurelio Incerri, Maringá; Antonio Musurunga Moraes, Maringá; Antonio Coelho, Maringá; Onofre Gonçalves, Maringá; Miravan Sales, Maringá.

PERCURSO

Foi o seguinte o percurso determinado: Partida da Av. Herval, em frente a Rádio Cultural. Por ela até a Av. Brasil e desta, até a Av. Ipiranga. Dessa avenida até a Av. 15 de Novembro, voltando ao ponto de partida. A corrida foi de 6.650 metros, tendo os atletas que dar sete voltas para atingirem ao percurso total.

PREMIOS

Ao 1.º lugar: Cr\$ 3.000,00; Ao 2.º lugar: Cr\$ 1.000,00; Ao 3.º lugar: Cr\$ 500,00.

ção assumiu contornos mais nítidos para já na terceira, ter a certeza que, sem acerto, Antonio Batista Oliveira venceria. Esse atleta de Maringá, com suas pernas engoliam os metros da corrida aumentando a sua distância dos demais atletas, encadados apenas por José Soares da Silva, também de Londrina, Antonio Bagnoli de Apucarana e Salvador Ferreira, ainda de Londrina.

De Maringá, realizou uma corrida deveras sensacional o atleta Mario André. Jovem ainda, possivelmente sem experiência nesse setor esportivo, Mario André mostrou não só uma fibra admirável, competindo com tão valerosos concorrentes, como também impressionou pelo esforço que dispendeu para conseguir uma colocação honrosa para a cidade.

Esse moço, dedicado como é ao esporte, sem dúvida, constitui um exemplo de esforço e de capacidade, sendo certo que diante dos treinos a que costuma ele submeter-se, em breve suas possibilidades poderão aumentar bem mais. Mario André nas provas a que compete é sempre uma surpresa e tem sido, como aconteceu na primeira S. Silvestre, um favorito que é saudado simpaticamente pelo povo que reconhece nele um competidor leal e valeroso.

O panorama inicial que relatamos, foi seguido mais ou menos, sem muitas variantes até que os locutores da ZYS-23, Moacir Savelli e Francisco Rocamora, anunciaram a última volta.

Nessa oportunidade Antonio Batista Oliveira, modificou o ritmo de suas passadas e passou a correr em velocidade. Foi verdadeiramente uma coisa espetacular. Quando ele chegou na esquina da Av. Ipiranga com a 15 de Novembro, — réta da chegada — Antonio parecia voar. Sua passagem pela fita de chegada foi realizada no estilo dos grandes atletas, em um vôo formidável. Faros aplausos saudaram a proeza do atleta londrino, que foi seguido de perto por Antonio Bagnoli, de Apucarana, atleta que entrou em segundo lugar.

A colocação dos corredores até o decimo atleta foi a seguinte:

1.º, Antonio Batista Oliveira, Apucarana; 3.º, Joazeiro, Londrina; 2.º, Antonio José Soares da Silva, Londrina; 4.º, Salvador Ferreira, Londrina; 5.º, Mario André, Maringá; 6.º, Antonio Fernandes, Maringá; 7.º, Augusto Martins de Souza; 8.º, Gregorio Silverio, Cruzeiro D'Oeste; 9.º, Antonio Adesio Coelho, Maringá; 10.º, Aristeu Cardoso Coelho, Maringá.

Foram classificados por cumprirem oito voltas os atletas do Ginásio Titan Brasileiro: Raimundo Soares do Nascimento e José Branco.

ATLETAS COM TITULO NA S. SILVESTRE

O vencedor da prova, Antonio Batista de Oliveira é tri-campeão paranaense. Foi

peço pelo município de Arapongas — Quinto colocado preliminar de S. Silvestre em Curitiba o ano passado — Antonio Fernandes Reis.

Antonio Fernandes Reis comprovou com documento ter sido campeão da Federação Espanhola de Atletismo em La Coruna, Espanha. Miravan Sales — em por Pernambuco, em por consequiu se classificar primeira S. Silvestre da cidade, mas não só impressionou pela sua regularidade, e também não deixou dúvida de ser um atleta completo, possuidor de elevado índice de esportividade, visto sendo um fundista, paradas de 10.000 metros, mais, concorreu a prova, sabe, o fator velocidade exerce influencia. Nossos Miravens, ao professor Miravan Sales, pela sua excelente demonstração de capacidade portiva.

TEMPO ASSINALADO

O tempo assinalado vencedor foi ótimo, aproximando-se, se tomarmos consideração a pista, das horas olímpicas.

Foram os seguintes: O vencedor cobriu o curso com o tempo de 22,25; o 2.º colocado — Antonio Bagnoli, 22,25; José

Sinopse

De acordo com uma se preparada pelos nossos dados, os principais acontecimentos internacionais e do município que terminou, os seguintes:

INTERNACIONAL
 Soberania Alemã e o movimento da Alemanha. A guerra da Índia e a heroica resistência.

GINASIO MUNICIPAL MARINGÁ

Recebemos do Ginásio Municipal de Maringá o seguinte aviso:

"Atendendo a pedidos de diversos pais de alunos, comunico que o Ginásio Municipal de Maringá, pelo Município de Maringá, apenas no ano de 1955, conforme portaria de 1.049, de 7-12-1954 do Ministério da Educação e Cultura.

Assim, os interessados desejarem prosseguir estudos em outro estabelecimento congenero deverão requerer as transferências durante os próximos meses de fevereiro de 1955 (Portaria Ministério de 10-1-1955).

ANEXO H - COLUNA ANTENA FORENSE - TÚLIO VARGAS

MARINGÁ, Domingo, 20 de Março de 1960

AL DE MARINGÁ

antena Forense DIREÇÃO DE TÚLIO VARGAS

Tarde Demais...

Embora mal interpretadas por ilustre vereador quando inserimos opinião em ANTENA FORENSE (28.2-60) a respeito da cassação do mandato do prefeito municipal, resultando mesmo disso um quiproquó com a imprensa local pretendíamos não voltar mais ao assunto, a fim de evitar novas ilicções falsas sobre nosso ponto de vista.

Vale, entretanto, salientar para ressalva do apreço e da admiração com que particularmente encaramos a atuação parlamentar de grande número de vereadores, (que não particularizamos para não promover injustiças que a nossa crítica naquela crônica, não comportava uma censura ao projeto de impeachment quanto ao seu mérito.

Não combatemos a sua justificação, pois sabemos perfeitamente que inúmeros atos do Prefeito são passíveis de punição, por irregularidades mas argumentamos — sim — quanto à inoportunidade da ação pretendida já que a aplicação da medida não teria eficácia para alcançar a vigência do mandato prefetural.

Se o tempo é escasso por que insistir numa iniciativa vã, fadada à inutilidade e a semear confusão? — Não compreendemos.

conhecer o epílogo da luta. Valerá a pena tanto sacrifício?

Em São Paulo, há mais de um ano a Câmara Municipal pretende cassar o mandato do prefeito Ademar de Barros, mediante duas denúncias. O processo se arrasta nos órgãos técnicos da edilidade paulistana.

Em Maringá tivemos já o exemplo do prefeito anterior. Entretanto, a Câmara Municipal insiste em aplicar o "impeachment" no sr. Américo Dias Ferraz, em poucos meses, como se fosse a coisa mais fácil do mundo.

Vejamos, a propósito, o que publicou a "Folha de São Paulo" do dia 16-3-60, referindo-se ao impeachment do prefeito Ademar de Barros:

"Decidiu ontem a Comissão de Justiça da Câmara Municipal paulista que o "impeachment" efetivamente é aplicável aos prefeitos municipais nos termos da legislação federal vigente, que no caso funcionará supletivamente. E decidiu ainda que o processamento dessa medida se regule, enquanto perdurar a omissão do legislador competente (Assembleia Legislativa do Estado), pelas leis federais 1.079 e 3.528. Assim, o processamento, por analogia, o ano passado nos órgãos técnicos da Edilidade paulistana, pois já duas denúncias foram apresentadas contra o sr. Ademar de Barros por vereadores. A vingança a tese da Comissão de Justiça haverá novas agitações políticas na Edilidade".

Vejam, pois, senhores leitores, se não ocorrem as mesmas omissões aqui em Paraná. A Assembleia Legislativa ainda não regulamentou a forma de julgamento em segunda instância. O processo terá que tramitar para o Judiciário, segundo o melhor entendimento.

Isso representa um golpe mortal nas aspirações dos promotores da cassação, pois um processo dessa natureza, quando levado ao Judiciário, exige tempo em demasia, dadas as enormes liberalidades concedidas à defesa.

Raciocinando assim, no sentido comparativo, visto que nas atuais circunstâncias, a Câmara não dispõe de tempo suficiente para o feito de concretizar o impeachment. Aceitando a tese de legislador bandado, conclui-se que a iniciativa do Poder Legislativo local é inoperante e incapaz de produzir resultados a que se destinava. E nos parece uma coisa

MARINGÁ, Domingo, 20 de Março de 1960

BATEDEIRA WALITA
Dez velocidades reguláveis, peças para qualquer tipo de massas. Espreme frutas, moí carne e é também batedeira portátil. É sucesso na cozinha.
\$ 775,- mensais

Fonte: O Jornal de Maringá, 20 de março de 1960.

ANEXO I - COLUNA NOTÍCIAS DA MUNICIPALIDADE - ANTENOR SANCHES

Jornal

3 de Abril de 1957



POPULAR

to de um advogado que, numa comarca de nosso interior, tentou contra a vida de um juiz de direito. Os fatos tiveram lugar por volta de 1950. Pois bem, até hoje, cerca de sete anos depois, esse criminoso ainda não foi definitivamente julgado. Evitam-se, com chicanas de toda a espécie, as causas desfavoráveis... para não permitir-se o julgamento quando grande é a chance do delinquente em obter um resultado, senão pelo menos parcialmente favorável. E, quando, em grau de recurso, a condenação sobrevém, não faltam as manobras processuais a permitirem a anulação do veredicto, a volta ao zero, sobrevivendo, novamente, as marchas e contramarchas, até conseguir-se a oportunidade.

este é apenas um dos fatos da grande desmoralização em que vem caindo a justiça popular. Pode-se dizer e por vezes acertadamente, que em outro caso, mas a culpa é a benevolência exagerada, inspirada por um sentimentalismo piegas, bem conhecido pela habilidade dos advogados afeitos a tais manobras. Isto acontece nos centros. Que dizer, portanto, do que sucede e acontecer em nosso interior.

Noticias da Municipalidade

Escreveu ANTENOR SANCHES

MARINGÁ RECEBE CONGRATULAÇÕES

Recebeu a nossa cidade, através do Prefeito Americo Dias Ferraz, um ofício da Diesel, Máquinas S. A. — Engenharia e Importação — Curitiba, com o conteúdo seguinte: — REF. Aeroporto Gastão Vidigal-Maringá — Notícia de "O ESTADO DO PARANÁ" do dia 16-3-57 — Com a presente, temos a máxima satisfação em cumprimentar V. Excia., e o operoso povo desse Município, pelas notícias publicadas na imprensa, de que, imediatamente após o asfaltamento do Aeroporto de Brasília, será efetuado o asfaltamento do Aeroporto Gastão Vidigal. Fazemos votos que isso torne-se uma brilhante realidade, dentro de pouco tempo, renovando a V. Excia., os protestos de alta consideração.

BISPADO

Continua a Prefeitura Municipal, a receber ofícios e telegramas de congratulações pela elevação de Maringá a sede Episcopal, e de parabéns a Dom Jaime Luiz Coelho, seu 1.º Bispo, assim é que, hoje registrou-se o recebimento de honrosos telegramas das autoridades seguintes: Bispo de Florianópolis, Santa Catarina, Apolônio Sales, Rio de Janeiro e Nereu Ramos, Rio de Janeiro.

URAI CONVIDA O PREFEITO MUNICIPAL DE MARINGÁ

Recebeu o Prefeito Municipal, um honroso ofício de Urai, convidando-o, para que, com sua presença, contribua para o maior brilho do Décimo Campeonato de Base-Ball do Estado do Paraná, a realizarse naque-

la progressista cidade nos dias 4, 5, 6 e 7 de abril do corrente mês. Consta do programa, a participação da Soc. Esp. Cultural de Maringá no mencionado "10.º Campeonato do Estado".

LEIS MUNICIPAIS

Lei n. 6-57, autoria do Prefeito Municipal, autorizando o Poder Executivo a proceder a permuta do Jeep da Prefeitura Municipal, por uma camioneta marca Ford modelo 1957. — Esta lei foi decretada em 9 de março do corrente ano, sancionada em 14 do mesmo mês e, publicada no órgão oficial do Município ("O Jornal") em ... 17-3-57.

Lei n. 10-57, autoria do vereador dr. Jorge Sato, autorizando o Poder Executivo a construir junto ao Cemitério Municipal um Necrotério, de acordo com as exigências Sanitárias. Esta construção deverá ser executada, depois de elaborado um plano urbanístico no Cemitério, em situação ideal, de fácil acesso e de acordo com as normas quanto à circulação, exposição etc. Esta lei foi decretada em 9 de março do ano em curso, sancionada em 14 do mesmo mês e, publicada no órgão oficial do Município ("O Jornal") em 17-3-57.

REPRESENTANTES DO NOSSO MUNICIPIO EM CURITIBA

Encontram-se em Curitiba a serviço da Municipalidade os srs. Manoel do Rozario, agente municipal de Estatística, e Francisco Rodrigues de Mello, vereador compo-

feliz estadia em Curitiba, e bom desempenho de suas missões.

ATIVIDADES DO LEGISLATIVO

A Camara Municipal, aprovou uma indicação do Vereador Francisco Rodrigues de Mello, no sentido de que seja feito um estudo para a criação, no menor espaço de tempo possível, de um posto policial em ponto central da Vila Operaria.

Em atenção a Mensagem n. 1-A enviada pelo Executivo à Camara Municipal, solicitando a elaboração do CÓDIGO DE POSTURAS, o Legislativo forneceu as informações seguintes: O Código de Posturas, a que se refere a mencionada mensagem acha-se em elaboração nesta Casa, estando o mesmo ao encargo do Vereador Salvador Lopes Gomes; sendo de nosso desejo enviá-lo no menor prazo possível para sanção.

NOTAS POLICIAIS

Na Descoberta de um Vulto Reagiu a Bala Contendo Matando um

Tivemos ocasião de noticiar, amplamente, o assalto de que foi vítima a residência do dr. Augusto Pinto Pereira onde os ladrões, aproveitando a sua ausência e de sua família, fizeram uma verdadeira limpeza. Os ladrões levaram diversos objetos de valor, além de jóias.

A AÇÃO POLICIAL

A Polícia, diante não só desse fato, mas outros, pois realmente vem se realizando

PELA PRIMEIRA VEZ "ESCOLA DE

Sob os auspícios da Federação de Futebol Regional de Maringá, deverá estar funcionando, a partir do próximo domingo, dia 4 de Abril, uma autêntica Escola de Juizes de Futebol cujo curso será ministrado pelo dr. Flavio Pasquini. As inscrições estão na sede da entidade, e do acrescentar que frequentar o curso q

"Mesa de Debates"

O programa "Mesa de Debates" da próxima semana, na Radio Clube de Maringá, no horário das 19 horas, reunirá representantes do Rotary Clube e do Clube de Debates, respectivamente, para focalizarem várias de suas atividades. Representará o Rotary o médico dr. Walter ... Quando ao Rotary representantes de ... portar-se aos res

roubos na cidade encontrar os ladrões série de providências. Realmente, de ... em diligência, a ... cou sabendo que ... Pedro de tal, co ... tuno, quando ... estava usando u ... parecia ser de f ... O CERCO AOS ... Diante disso, ... determinou que ... zado Pedro, o c ... em matar ...

ANEXO J - ARTIGO DO DIA - IVENS LAGOANO PACHECO

Página — 2 —

"ARTIGO" DO DIA

Voto Para os Analfabetos

IVENS LAGOANO PACHECO

cia diante do Juiz, ainda apresenta se-
nões enormes, principalmente naquilo
que se relaciona com a liberdade de vo-
tar, como não será a situação, quando os
analfabetos votarem?

Hoje em dia, ninguém ignora, ainda
existem eleitores que votam por con-
veniência e que mercantilizam seu voto.

Existe o eleitor de cabresto.

Há, o que utiliza o título para atitu-
des inconfessáveis e assim por diante.

Quando tivermos os analfabetos vo-
tando, será muito fácil para um delega-
do de polícia, um prefeito ou mesmo um
chefe político, junta-los como tropa de
boi e os conduzi-los às urnas na certeza
de que poderá conseguir uma quantia
certa de votos, sem dificuldades.

Só a circunstância de uma pessoa
maior de 18 anos não saber ler, indica,
facilmente, o seu acanhamento mental
e como tal, oferece oportunidade para
que faça julgamentos apressados, como
por exemplo atender que em se tratán-
do de autoridade deve obedecer sem as
observâncias das garantias que possui.

Por outro lado, fica, ainda, o voto,
praticamente desmoralizado.

Sim, desmoralizado.

O que adianta ao eleitor consciente,
procurar dar o seu voto visando o bem
comum da nação, quando é certo que
num distrito ou numa cidade a eleição
pode ser decidida por quem não apre-
deu a ler?

Francamente, não estamos aten-
dendo onde pretendem chegar os senho-
res mandatários da política nacional.

Quem sabe si é porque não sendo,
como não somos políticos e jamais pre-
tendemos ocupar cargo eletivo, nos re-
pugna a idéia de um dia pensar que po-
díamos nós, ocupar uma posição qual-
quer sabendo que fomos eleitos por
quem não sabe o que está fazendo!

Já está amplamente discutido nas
altas esferas do país, através do pronun-
ciamento de gregos e troianos, a neces-
sidade de que os analfabetos possam tam-
bém votar.

O ponto de vista do Sr. Vieira Melo,
líder do governo na Câmara dos Deputa-
dos é favorável ao voto daqueles que
não sabem ler, enquanto que, e até ai
é obvio, a oposição alinha argumentos
em contrário.

Não sabemos até que ponto chegar,
si por ventura tal causa acontecer.

Temos a nitida impressão de que o
Brasil dará uma triste demonstração ao
mundo, de que realmente não é um país
em crescimento no mais ampla sentido
da palavra, mas sim uma nação que re-
troage. Uma das chegadas mais profundas
que possui o país é o analfabetismo. O
próprio governo assim reconhece tanto
que vem fazendo, não de hoje, uma cam-
panha persistente pelas formas mais va-
riadas que se conhece.

Foi assim que surgiram os cursos
noturnos para alfabetização de adultos.

E, em função da mesma, que todos
os dias, vereadores, deputados, senado-
res, prefeitos e homens interessados, pe-
dem escolas, criam escolas, desejam es-
colas.

Também vem sendo sendo em razão
desse movimento que instituições parti-
culares facilitam matrículas e incenti-
vam valores ainda em embrião. Pois bem.

Agora se pretende de uma penada,
liquidar-se com tudo isto, simplesmente
porque alguns políticos que encontram
pouca ressonância no eleitor que sabe ler,
acham que, em colocando os analfabe-
tos com um título na mão tem mais
possibilidades de se reelegerem ou de
elegerem seus afilhados.

Se o eleitor atual que é obrigado,
praticamente, a um exame de suficien-



ANIVERSARIOS

- Fazem anos hoje:
- Tupan de Aguiar Borges.
 - Inacio Frederico Chev-
lier, funcionário esta-
dual em Jacarezinho.
 - Raul Dol Kossukof.

Aniversariou-se dia 28 do
corrente a Srta. Alice Frare,
funcionária do Depto. Imo-
biliário Oeste Brasileiro.

GRÊMIO DOS
COMERCIÁRIOS
DE MARINGÁ

... Leiam a notícia mais
abaixo e temos certeza que
você vão gostar.

... O Grêmio dos Comer-
ciários no intento de propor-
cionar mais divertimento e
alegria para os seus associa-
dos, fará realizar, no pró-

Empresa Ciner
de Maringá

H O J E
CINE MAR

RIO 40 GRAUS — Pelicul
desto de Souza — 2 Sessô
CINE PARANÁ — Em t
AMOR PRELUDIO DE A
cope Colorido da United
do por Herbert Wagner

PRECISA

Precisa-se de diver
cos com bastante prático
Inútil apresentar-s
nhcimento.

Tratar na Oficina
Rua Santos Dumont, 34

"ORGANIZAÇÃO
Contador Waldomiro C
C.R.C. N. 8878 (SP)
Serviços contábeis

Dr. Sylvio Bonoldi

Especialista em Moléstias de Senhoras e Crianças — Partos.
Av. Brasil, 3.252 — Fone, 1212
Atende dia e noite
Maringá

Dentista - DR. JOSÉ DE CARVALHO - Raios X
tratamento de canais com controle radiográ-
fico — Pesquisa de fôcos — Dentaduras ime-
diatas — Tratamento absolutamente sem dôr.
Av. Brasil — 3.252 — Maringá.

Pedalistas
Preferem
PROSDOCIMO

TERRAS EM GOIAS

**ANEXO K – COLUNA POR UM MUNDO MELHOR ATUAÇÃO DE D. JAIME
JUNTO À REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**

FINALITO DIVULGA NOTA OFICIAL SOBRE ntização dos banc

Presi-
quinte
licada
sobre
ancá-
o da
e de
ue o
ção
rio,
che-
mi-
Go-
do
je-

Para uma visita de cortesia, esteve na Universidade Estadual de Maringá, na última quinta-feira, o arcebispo metropolitano Dom Jaime Luiz Coelho, que foi recebido pelo reitor Paulo Roberto Pereira de Souza, Dom Jaime, que é professor "Honoris Causa" da UEM, e que foi o principal fundador do primeiro curso superior instalado nesta cidade (Ciências Econômicas), faz questão de acompanhar toda a história da Universidade, participando dela com transparente entusiasmo. No encontro com o reitor Paulo Roberto, Dom Jaime Luiz Coelho manifestou-se especialmente empenhado em colaborar, diretamente ou através de sacerdotes e leigos cristãos, no sentido de que a atividade universitária esteja sempre associada ao crescimento espiritual dos estudantes e dos professores.

milhões
ação rural

Arcebispo na Universidade União da críticas



A União da Maringaense — U através de sua dente, Regina V esteve na Reda O JORNAL, respondeu às dos vereadores peito de nota dade sobre o F perário. A pos UMM é relatad te matutino na PÁGINA C

HOJE, SEMINÁRIO DO BANCO NOROESTE

O Banco Noroeste, tradicional financiador das atividades agropecuárias brasileiras — primeiro neste setor em Maringá — realiza hoje, no Country Clube, a partir das 9 horas, o seminário 'Rumo Rural Noroeste — Perspectiva Agropecuária 83, que contará com os especialistas Renato Ticoulat e Franklin Mendes Thame, que proferirão palestra sobre 'Desempenho da Agricultura Brasileira' e 'Perspectivas do Crédito Rural em 83'. Ticoulat é presidente da Sociedade Rural Brasileira, e Mendes Thame Gerente Nacional da Área Rural do Banco Noroeste.

PÁGINA TRÊS

Leal reassume hoje Ciretran de N. E.

Às 11 horas de hoje, em solenidade simples, o vereador José Cardoso Leal assume a Ciretran de Nova Esperança. Leal teve sua indicação unânime pelo Diretório e todos os vereadores da Bancada. Vereador por 5 legislaturas, reeleito em 82 com 445 votos, José Cardoso Leal já havia exercido a Chefia da Ciretran por 23 anos consecutivos, tendo sido afastado, por 8 anos, por problemas políticos. Mas agora reassume, com a total confiança da população de Nova Esperança, que aprendeu

Artis expõem

Pela primeira vez artistas plásticos Cultura e Turismo cluindo fotogr difício Tozzo té o dia 15, c mostrando o berta das 9 às

Plan

São Paulo
bi

Vas
Atl
Sar

ANEXO L – CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS QUE AMPLIARAM AS DISCUSSÕES SOBRE COMUNICAÇÃO NA IGREJA CATÓLICA

1487: Publicação de primeiro documento da Igreja Católica sobre a imprensa, *Inter Multiplices*, papa Inocêncio VII.

1559: O *Index* dos livros proibidos é aprovado e publicado pelo papa Paulo IV.

1878: Com o papa Leão XIII, a Igreja Católica começa um segundo e importante período de relações referentes à comunicação. A Igreja começa a mostrar alguma flexibilidade em relação à imprensa e às novas tecnologias de comunicação, particularmente o cinema e o rádio, embora ainda agindo com cautela.

1891: Publicação da encíclica *Rerum Novarum* sobre a ordem social pelo papa Leão XIII.

1927: Criação da União Católica Internacional de Imprensa (UCIP), na Bélgica.

1928: Criação da Organização Católica Internacional de Cinema (OCIC), fundada durante o Congresso Católico Internacional de Cinema, na Holanda, sob o papado de Pio XI.

1928: Criação da Organização Católica Internacional de Rádio e Televisão (UNDA), na Alemanha.

1930: Publicação da encíclica *Casti Conubii* pelo papa Pio XI, referente ao cinema.

1931: Estabelecimento da Rádio Vaticano, sob o papa Pio XI.

1936: Publicação da encíclica *Vigilanti Cura*, sobre cinema, pelo papa Pio XI, dirigida aos bispos dos Estados Unidos referindo-se à Legião da Docência.

1939: Com o papa Pio XII, a Igreja Católica começou a aumentar e aprofundar suas reflexões sobre as relações sociais na sociedade democrática e sobre o papel da informação na construção da opinião pública.

1950: A América Latina inicia a nova dimensão da comunicação por meio das escolas radiofônicas.

1952: Criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

1955: Criação da Conferência dos Bispos da América Latina – CELAM.

1957: Publicação da Encíclica *Miranda Prorsus* sobre cinema, rádio e televisão pelo papa Pio XII.

1960: Início da Teologia da Libertação na América Latina.

1962: Início do Concílio Vaticano II.

1963: Decreto *Inter Mirifica*, publicação pelo Vaticano. Documento assinala aceitação oficial da igreja dos meios de comunicação para desenvolver o trabalho pastoral.

1965: Começo das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil (CEBs) e encerramento do Concílio Vaticano II.

1966: O *Index* dos livros proibidos é abolido pelo papa Paulo VI.

1968: Segunda Conferência dos Bispos da América Latina (CELAM) em Medellín, Colômbia e publicação do documento.

1970: Encontro em Melgar, Colômbia, sobre comunicação.

1971: Publicação da *Communio et Progressio*, instrução pastoral para aplicação do decreto do Concílio Vaticano II sobre os meios de comunicação.

1978: Publicação de “Evangelização e Comunicação Social na América Latina”, documento preparado para Conferência de Puebla.

1979: Conferência Episcopal de Puebla e publicação do documento.

1984: Cardeal J. Ratzinger, representando a congregação da Doutrina da Fé, publica a instrução sobre Certos Aspectos da Teologia da Libertação.

1985: Teólogo da Libertação, Leonardo Boff, é suspenso pelo Vaticano de lecionar e escrever sobre teologia.

Fonte: PUNTEL, J. T. **A Igreja e a democratização da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1994.

MARINGÁ, 5.a Feira, 28 de Julho de 1960



Por um

Mundo Melhor

CRISTIANISMO E COMUNISMO

É conveniente notar as diferenças seguintes:

1) a — PARA O CRISTÃO, o homem é livre porque a sua iniciativa vem de dentro, a saber, de sua alma. Ele pode ser comprado a um capitão de navio que é livre de traçar o seu próprio curso e de escolher o seu próprio porto.

b — PARA O COMUNISTA, o homem não é livre porque sua iniciativa vem de fora: isto é, do Partido, que dita até mesmo o que ele deverá pensar. Ele é como o leme de um navio que vai para onde quiser que o dirija o comandante, que é o diretor do Partido Comunista...

2) a — PARA O CRISTÃO, um homem é um sujeito. Um sujeito pode livremente pintar quaisquer pinturas que escolher.

b) — PARA O COMUNISTA, o homem é um objeto. Um objeto não pode agir mas é movido como um autômato social e tornar-se como cinzel na mão de um escultor.

3) a — PARA O CRISTÃO o homem é um cidadão de dois mundos e, em virtude do segundo, elle possui certos direitos inalienáveis, tais como a vida, a liberdade, a prosperidade, ::::: é, ::::: ;oô????? de a propriedade, dos quaes nenhum Partido pode privá-lo

SERM x Floral, 11

Sem dúvida nenhuma o certame da Série "B" de profissionais do Norte terá, na rodada de domingo o seu grande e sensacional acontecimento, um viva de espetacular confronto entre SERN e Florai, ambos lid- res invictos do atual cam- peonato.

Estas duas
conseguido re-
ficos e como
lam a posicão
ecomendável
vonto perdido
da a hora do
to um dos
trégua o bas
para o seu a

Notas & C

Liberada

Agua e

Noticias chegadas hoje de Curitiba dão contas que o Governador do Estado liberou verba para solucionar o problema do abastecimento de água à Maringá — Sendo vinte e um milhões de cruzeros da verba orçamentária e cento e oitenta

Deput
Snr.
tor da
Dessa
de a
à no

ANEXO N – COMÍCIO PELAS DIRETAS-JÁ – LONDRINA

O JORNAL DE MARINGÁ
A VOZ DO POVO

Fundado em 5 de abril de 1953 Diretor: Wilson Caetano Maringá, terça-feira, 03 de abril de 1984 - Ano XXXI - Nº 7.512 - Cr\$ 200,00

Faleceu o Ex-Vice Presidente
Nove dias antes de completar 79 anos, faleceu ontem, no Rio de Janeiro, o general Adalberto Pereira dos Santos, Vice-presidente da República no governo Geisel. A morte do general ocorreu à tarde, no hospital do Servidor do Estado, onde se encontrava internado. Adalberto Pereira dos Santos nasceu em Taquara (RS) a 11-4-1905, ingressando no Colégio Militar de Porto Alegre em 1918. Entrou também a Escola Militar de Realengo, do Estado-Maior do Exército e Superior de Guerra. Participou da Revolução Constitucionalista de 32, e integrou FEB. Foi eleito Vice-Presidente Ernesto Geisel, assumindo o cargo a 15 de março de 1974. Encontrava-se totalmente alastrado Exército e da política.

Purpur para Procuradoria do Paraná
O maringense Rodolfo Purpur, que respondia pela Secretaria de Recursos Humanos do Estado do Paraná, vai assumir a Procuradoria Geral do Estado junto ao Tribunal de Justiça, devendo sua nomeação ser publicada na Edição de hoje do Diário Oficial do Paraná. Rodolfo teve brilhante passagem como Rector da Universidade Estadual de Maringá, foi o coordenador da campanha do senador Saul Felício Ferreira, já na Diretoria Financeira do Estado, foi copiado para várias Secretarias de Estado, e esteve bastante cotado para a Presidência do Estado, mas não desenvolveu trabalho na Capital do Estado, pois passou todos os seus dias na sua Maringá.

Comício pelas eleições diretas, também em Londrina, ontem, mostrou que só o Governo e o PDS não reconhecem que a voz do povo é a

A VOZ DE DEUS



Cerca de 40 mil pessoas se espremeram em uma rua estreita, ontem à noite em Londrina, no comício das diretas, comandado por Osmar Santos, para ouvirem os presidentes do PMDB, Ulisses Guimarães, e do PT, Luis Ignácio da Silva, o Lula (o mais aplaudido), o Governador José Richa, os senadores Álvaro Dias e Erasmo Faria, outros políticos e os cantores Wando e Belchior. Presente uma centena de deputados, secretários de Estado e prefeitos da Região.

Todos os oradores exortaram o povo a se unir e a pressionar os parlamentares do PDS no sentido de que aprovelem a emenda Dante de Oliveira, a ser votada neste dia 25. E não pouparam críticas ao Colégio Eleitoral, considerado ilegítimo e espúrio, bem como ao ministro Delfim Netto, ao presidente Figueiredo, e até mesmo ao prefeito londrinense Wilson Moreira.

PÁGINA TRÊS

Prefeito confiante na

Fonte: O Jornal de Maringá, 03 de abril de 1984.

ANEXO O - COLUNA POR UM MUNDO MELHOR LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Jornal de Maringá

MARINGÁ 5.ª feira, 3 de Março de 1960

Por um Mundo Melhor

PROJETO DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

A aprovação do projeto de Diretrizes e Bases da Educação pela Câmara Federal está provocando manifestações no país que seriam extremamente proveitosas, caso estivessem sendo feitas de boa-fé, com o objetivo real e efetivo de debater a reforma do ensino no país.

Ao que parece, entretanto, o que se está fazendo é uma grande montagem publicitária, para desacreditar no espírito do público, a própria ideia de reformar o ensino. Ainda ontem chegou de São Paulo a notícia que professores da Faculdade de Filosofia vão enviar ao Senado uma representação condenando o projeto aprovado pela Câmara. Dizem os autores da referida notícia que "não obstante reconheçam a existência de disposições muito boas no projeto, os defeitos são tais que só resta apelar para o esclarecido espírito de patriotismo que tem caracterizado os eminentes senadores da República no sentido de sua rejeição, afim de que novos estudos sejam feitos "por especialistas".

Como se verifica os autores da algaravia montada em torno desse projeto botam por fim a calva à mostra.

Afinal de contas o Brasil não é um país de desmemoriados para que seja preciso historiar novamente os fatos que cercam a tramitação da reforma do ensino. Todos sabem que a Lei de Diretrizes e Bases se arrasta há doze anos no Congresso. Durante esse tempo, cinco ou seis substitutivos foram elaborados para aperfeiçoar e atualizar o primitivo projeto apresentado, ao tempo do governo Dutra, pelo Ministério de Educação.

Nos anos de 1958 e 1959 a matéria entrou num ritmo de relativa aceleração e o projeto foi integralmente reelaborado por uma subcomissão de que representantes de todos os partidos que têm assento na Câmara. Depois de debatido, revisto e discutido por todos os lados foi, o projeto aprovado no plenário, por unanimidade.

★
HOJE NA CATEDRAL

EISENHOWER

Um Passo Para um Mundo Melhor

Verdadeira Consagração nas Ruas de Brasília, do Rio e de São Paulo
Significativa Ratificação de Todos os Tratados

RIO (A. N. via postal) — Em Brasília, no Rio e em São Paulo, a rápida e histórica visita do Presidente Eisenhower foi assinalada pelas mais expressivas manifestações de simpatia do povo brasileiro que ratificou nas ruas dessas três cidades a perfeita compreensão entre brasileiros e norte-americanos, unidos pelo ideal comum de amor à liberdade e fidelidade aos princípios democráticos.

Em seu discurso no Areal do Arsenial de Marinha, ao chegar ao Rio, o Presidente Eisenhower acentuou que vinha "como representante de 180 milhões de cidadãos norte-americanos. Meus cidadãos compartilham conosco do ardente desejo de que a guerra e todas as formas de coerção sejam sempre banidas da Terra; os líderes de todas as nações ascultam as orações de seus povos em prol da paz com justiça, de uma paz na qual a corrida armamentista ceda lugar a um ataque construtivo e cooperativo às doenças, à ignorância e à miséria — uma paz que faça da boa vizinhança, com essa existente entre os nossos dois países, uma realidade no mundo inteiro".

Pouco mais tarde no Jantar que lhe foi oferecido na sede do Ministério das Relações Exteriores, o ilustre visitante, ao proferir o seu discurso e agradecimento: "O Brasil e os Estados Unidos sempre viveram juntos em Paz. A colaboração constante revelou-se mutuamente benéfica. Confio e acredito que minha breve visita ao Brasil acentuará o desfecho de meu governo e de meu povo do meu país de fazer os laços de amizade conosco. O nosso não contém nenhum elemento egoístico. Buscamos apenas maior compreensão mútua, a convivência de que todos os povos entre nós existentes se resolvem para o benefício de ambas as nações, uma associação para o bem de esforços para o mundo livre e mais forte".

EDITAL

CLAUDINO FERREIRA DOS SANTOS, Oficial do Registro de Imóveis de Londrina, Estado do Paraná, Etc.

FAZ SABER QUE, achando-se os senhores Delmoir Melo Camargo (Quadra n.º 6 — Data n.º 11 — P. Cianorte — Zona 1) Heinrich Kleina (Quadra n.º 10 — Data n.º 5 — P. Cianorte — Zona 1) Heinrich Kleina (Quadra n.º 10 — Data n.º 6 — P. Cianorte — Zona 1) Shigeo Nakahara (Quadra n.º 11 — Data n.º 16 — P. Cianorte — Zona 1) Shigeo Nakahara (Quadra n.º 11 — Data n.º 17 — P. Cianorte — Zona 1) Benedito Vilela de Andrade (Quadra n.º 12 — Data n.º 6 — P. Cianorte — Zona 1) Stasys Vancovichus (Quadra n.º 20 — Data n.º 19 — P. Cianorte — Zona 1) Paulo Jacob e Francilino Pereira de Campos (Quadra n.º 22 — Data n.º 1 — P. Cianorte

ANEXO P – COLUNA POR UM MUNDO MELHOR DEFESA DA ESCOLA PARTICULAR



Por um Mundo Melhor

DEFESA DA ESCOLA PARTICULAR

Ninguém ignora que as leis e mais ainda, os projetos dos homens são passíveis de falhas e de erros. Salta, porém, aos olhos a perseguição sistemática que os inimigos das "Diretrizes e Bases" vêm movendo contra o ensino particular. Depreciam-no com os exageros com que Gobineau viu o Brasil: "hommes sans honneur, femmes sans pudeur, fleurs sans odeur".

.....

A escola particular nos arrastais inimigos é um verdadeiro bicho de sete cabeças. Deve ser eliminada de qualquer maneira para esse fim todos os meios são aplicados. Servem-se de explorações vis e demagógicas. Não há senso de justiça nas críticas acerbadas aos diretores e professores de estabelecimentos particulares. E' longa a lista de difamações e calúnias, sem uma alínea sequer para uma honrosa exceção. Chegam mesmo a apresentar o ensino particular como causa da decadência cultural do Brasil.

De outro lado, a escola pública é elevada até às nuvens. Tudo ali é pureza, espírito científico, desapêgo material. Nas escolas públicas não há ignorância, não há explicações, não há extravio de verbas, nada disto. Tudo ali é azul como o azul do céu...

.....

E' claro que esses exageros não passam despercebidos aos seus pregoeiros. Acontece, porém, que esses arautos se dizem amigos da democracia e o que querem é impor aos brasileiros é flagrantemente anti-democrático: a escola única.

Enquanto o público vive alucinado com as ondas de

J. Paulino de

imprevisto

aclamado

por 600

Pessoas

de M

MARINGÁ,

Um

que

Ninguém pode negar que vem alcançando cada dia que passa maior profundidade política, a candidatura do Dr. João Paulino Vieira Filho.

E a confirmação dessa verdade está no comício que ocorreu ante-ontem na Avenida Riachuelo.

Praticamente de improviso o candidato popular, se viu cercado dentro de pouco tempo, por mais de 600 pessoas que aclamam seu nome vendo nêsse moço do jeito de um passado limpo a grande esperança de Ma-

Tenho agora que minou Vam

Em Alegre, da car Não tumes. Hav como i apertad os par burosas rio Wa

Fonte: O Jornal de Maringá, 22 de julho de 1960.